



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CLEUZA BATISTA DE OLIVEIRA

**PRODUÇÃO FAMILIAR E FORMAS DE PERMANÊNCIA NO
CAMPO: DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE – URAÍ/PR**

Londrina
2010

CLEUZA BATISTA DE OLIVEIRA

**PRODUÇÃO FAMILIAR E FORMAS DE PERMANÊNCIA NO
CAMPO: DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE – URAÍ/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Youko
Tsukamoto

Londrina
2010

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O48p Oliveira, Cleuza Batista de.
Produção familiar e formas de permanência no campo : distrito de Cruzeiro do
Norte – Uraí/PR / Cleuza Batista de Oliveira. – Londrina, 2010.
130 f. : il.

Orientador: Ruth Youko Tsukamoto.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.
Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Agricultura familiar – Teses. 3. Comunidades
agrícolas – Teses. 4. Solo rural – Uso – Teses. 5. Colonização agrícola – Teses.
I. Tsukamoto, Ruth Youko. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências
Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3::631

CLEUZA BATISTA DE OLIVEIRA

**PRODUÇÃO FAMILIAR E FORMAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO:
DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE – URAÍ/PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
UEL – Londrina - PR

Prof. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros
Hespanhol
UNESP – Presidente Prudente - SP

Profª Dra. Alice Yatiyo Asari
UEL – Londrina - PR

Londrina, ____ de _____ de 2010

DEDICATÓRIA

A Gutemberg,
meu marido e companheiro
pelo apoio incondicional;
incentivador das minhas escolhas,
tornando possível concretizá-las.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me dar forças, me acompanhar e me reanimar em todos os momentos desta caminhada.

A meu esposo Gutemberg, sempre presente e paciente com minha ausência, em momentos muitas vezes de extrema importância. Obrigada, por mais uma vez, acreditar no meu projeto de vida.

A meus filhos Gutemberg Júnior, Guilherme e Gustavo peço desculpas por não estar presente todas as vezes que precisaram.

A minha neta Ana Luíza pela sua existência, por tornar os curtos momentos de convivência uma “injeção de ânimo” em nossas vidas.

Gostaria de agradecer também a minha orientadora Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto, que mesmo estando distante conseguiu me tranquilizar nos momentos mais difíceis desta etapa.

Um agradecimento especial também para minha sogra, ou segunda mãe, “Dona Luizinha” que me apoiou nas horas de cansaço.

A minha cunhada e amiga Geyza pela colaboração, dedicação e apoio nos momentos mais difíceis pelos quais passamos no decorrer deste ano.

A Prof^a. Dra. Yoshya pelas palavras de encorajamento e contribuição.

As Prof^{as}. Dras. Alice e Rosângela pelas sugestões em meu exame de qualificação.

Ao incentivo e apoio de duas grandes amigas de curso: Daniela e Célia. As amigas “ocultas” da biblioteca que sempre prestativas nos auxiliavam por telefone. Ao Gustavo pela confecção dos gráficos.

Ao Kleyton pela prestatividade e perfeição na elaboração dos mapas.

A toda família pela compreensão, e a Larissa pela tradução do resumo.

Aos produtores do Distrito de Cruzeiro do Norte pela confiança e atenção dedicadas.

E a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Muito Obrigada!

OLIVEIRA, Cleuza Batista de. **Produção familiar e formas de permanência no campo**: Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí/PR. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

A agricultura familiar viveu um processo à margem das políticas de modernização conservadora do Brasil. Tais políticas de modernização eram voltadas principalmente aos médios e grandes proprietários rurais, enquanto que os produtores familiares tiveram acesso restrito às políticas desse período. Diante de tal fato ocorreu um intenso processo de migração rural-urbana. Na região de Uraí-PR observou-se esse fato; pois não houve alteração na estrutura agrária durante esse processo, que aliada à diversas questões, dentre elas: juros altos, falta de crédito, subsídios, restrições ao acesso de tecnologias adequadas para produção, fez com que muitos produtores familiares abandonassem o campo. Por outro lado, registrou-se a resistência de alguns agricultores que permaneceram na terra. Isto se deve a muitos fatores, dentre eles as raízes agrárias que os leva a acreditar na produção agrícola familiar como forma de permanência no campo. Por meio da análise da diversificação da produção e da forma de comercialização nas unidades produtivas familiares no Distrito de Cruzeiro do Norte verificou-se que influenciaram diretamente nas condições de permanência das mesmas no campo. A diversidade dessa forma de produzir na agricultura demonstra a capacidade de adaptação e reprodução desses agricultores. Para tanto foi realizada uma caracterização geral do Distrito e dos produtores, a qual contou com a aplicação de questionários e entrevistas, aliados às anotações de campo. Nota-se que a importância da terra para esses produtores está vinculada à resistência da venda da propriedade, que demonstra estar diretamente ligada a continuidade da reprodução do patrimônio familiar.

Palavras-chave: Produção familiar. Formas de permanência. Diversificação de culturas. Distrito de Cruzeiro do Norte.

OLIVEIRA, Cleuza Batista de. **Family production and ways of remains in the field:** Cruzeiro do Norte District - Uraí/PR. 2010. 133 f. Dissertation (Master's Degree in Geography, Environmental Dynamics Area) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

ABSTRACT

The familiar agriculture lived a process on the fringes of the politics of conservative modernization in Brazil. These modernization of politics were mainly returned to average and big rural owners, while the family producers had restricted access to politics of this period. In front of that fact there was an intensive process of rural-urban migration. In the region of Uraí, state of Paraná, this fact was noticed, because there wasn't alteration in the land structure during this process that allied with several matters, among them: high interest, lack of credit, subsidies, restriction on access of adequate technologies for production, made many family producers leave the country. On the other hand, it was recorded the resistance of some farmers that stayed in the land. This is due to many factors, among them, the land roots that lead them to believe in the family agricultural production as a way of staying in the country. By means of analysis of the diversification of production and of ways of commerce in the family productive units in Cruzeiro do Norte District, it was checked that they influenced straight in the remaining conditions of the same in the country. The diversity of this way to produce in the agriculture shows these farmers' capacity of adjustment and reproduction. That's why, it was made a general description of the District and of the producers, that count on application of questionnaires and interviews, allied to notes of field. It is noticed that the importance of the land for these producers is linked to the resistance of the property's sale that shows to be straight linked to continuation of the family property's reproduction.

Keywords: Family production. Ways of remains. Diversification of cultures. Cruzeiro do Norte District.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Evolução da população urbana e rural de UraíPR	40
Tabela 2	– Culturas desenvolvidas em Uraí – 1970/2000.....	42
Tabela 3	– Estabelecimentos Agropecuários e Área segundo a Condição Produtor – Uraí – 2006.....	44
Tabela 4	– Área plantada, área colhida, quantidade produzida da lavoura temporária*. Uraí/2009	45
Tabela 5	– Área plantada, área colhida, quantidade produzida da lavoura permanente* - Uraí/2009.....	45
Tabela 6	– Classes de área e área total	63
Tabela 7	– Formas de obtenção das terras do produtor do Distrito	64
Tabela 8	– Residência do produtor que dirige a propriedade	66
Tabela 9	– Número de filhos por casal.....	70
Tabela 10	– Nível de Escolaridade	71
Tabela 11	– Fontes de renda de recursos externos.....	73
Tabela 12	– Uso e ocupação do solo do Distrito de Cruzeiro do Norte.....	75
Tabela 13	– Infra-estrutura das Unidades Produtivas Familiares	82
Tabela 14	– Preço estimado das terras pelos produtores entrevistados no Distrito de Cruzeiro do Norte.....	83
Tabela 15	– Formas de aquisição dos maquinários utilizados.....	84
Tabela 16	– Pessoal ocupado no estabelecimento.....	86
Tabela 17	– Orientação técnica utilizada	88
Tabela 18	– Local de compra de insumos e produtos.....	89
Tabela 19	– Insumos utilizados pelos produtores	90
Tabela 20	– Etapas da produção da videira e mão de obra utilizada.....	97
Tabela 21	– Comercialização dos produtos – local de venda	110
Tabela 22	– Nível de satisfação dos preços obtidos.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Década de aquisição das propriedades.....	59
Gráfico 2 – Local de origem dos produtores do Distrito de Cruzeiro do Norte	68
Gráfico 3 – Distribuição dos produtores de acordo com a faixa etária	69
Gráfico 4 – Tipos de maquinários utilizados.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APRONOR	Associação Norte Paranaense de Horticultores
AUVA	Associação dos Fruticultores de Uraí
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEASA	Central de Abastecimento do Paraná S.A
CIPRA	Companhia Paranaense de Rami
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário VBP – Valor Bruto de Produção
MINEROPAR	Minerais do Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Ocupação do Estado do Paraná	27
Mapa 2 – Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense	30
Mapa 3 – Uraí na Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense.....	32
Mapa 4 – Município de Uraí - Divisão Territorial Rural.....	43
Mapa 5 – Localização do Distrito de Cruzeiro do Norte no Município de Uraí/PR	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE REVISÃO	19
3	MUNICÍPIO DE URAÍ, SEU PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL	25
3.1	OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ: BREVES CONSIDERAÇÕES	25
3.2	LOCALIZANDO O MUNICÍPIO DE URAÍ NO PARANÁ	30
3.3	PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URAÍ	33
3.4	FASES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE URAÍ E SEU QUADRO AGRÁRIO	38
3.4.1	A Cultura do Rami – Auge do Desenvolvimento do Município.	45
4	O DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE	54
4.1	ESTRUTURA PRODUTIVA DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE.....	59
4.2	ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE	61
4.3	PERFIL DOS PRODUTORES E O USO DA TERRA DO DISTRITO	67
4.3.1	A Família e a Atuação no Trabalho Rural	67
4.3.2	Características das Propriedades e o Uso da Terra.....	74
4.4	RELAÇÕES DE TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE	85
5	PRODUÇÃO FAMILIAR: A VITICULTURA E A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	91
5.1	A IMPORTÂNCIA DA VITICULTURA NA PRODUÇÃO FAMILIAR DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE	91
5.2	RELAÇÕES DE TRABALHO E OS TRATOS CULTURAIS NA VITICULTURA	93
5.3	O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO NA UVA e a ASSOCIAÇÃO DE FRUTICULTORES DE URAÍ – AUVA.....	101
5.4	PRODUÇÃO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE	121
APÊNDICE A – Análise dos Resultados do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar no Brasil - 2006	122
ANEXO	127
ANEXO A – Questionário Sócio-Econômico	128

1 INTRODUÇÃO

Ao se introduzir uma discussão sobre o espaço rural brasileiro é necessário considerar a heterogeneidade existente nas formas de relações de produção no campo. São situações que envolvem diferentes atores sociais, entre eles, os agricultores familiares. Esses agricultores que trabalham com suas famílias se destacam pela grande diversidade nas formas de produzir para permanecer no campo.

Lamarche (1993) ao analisar a inserção das explorações familiares em diferentes realidades sócio-econômicas e políticas destaca que “[...] a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”.

No cenário agrário norte paranaense está presente uma diversificação de atividades e nele atuam produtores em diferentes escalas. Foi ocupado, inicialmente, por companhias colonizadoras nacionais e/ou estrangeiras, tendo contado também com a iniciativa do Estado. Estas antigas áreas de colonização tornaram-se municípios cuja atividade agrícola tem sido a principal base econômica.

De forma geral a dimensão das propriedades/lotes nesse processo de colonização do Norte do Paraná, era basicamente de 50 hectares.

O município de Uraí faz parte da Mesorregião Geográfica do Norte Pioneiro Paranaense e da Microrregião Algodoeira de Assai¹, estando localizado no norte do estado do Paraná, tem como base de sua economia a agropecuária, destacando a presença de pequenas e médias propriedades rurais.

Uma das justificativas na escolha do Distrito de Cruzeiro do Norte está relacionada ao nosso conhecimento anterior, de parte da história da formação desta região, como também, às leituras realizadas anteriormente que indicaram algumas especificidades locais como: a gênese dessa comunidade, ligada aos

¹ A Microrregião Algodoeira de Assai, de acordo com a divisão do IBGE, é parte integrante da Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, formada pelos municípios de Assai, Jataizinho, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira e Uraí.

paulistas e nordestinos que ocuparam as terras do atual Distrito de Cruzeiro do Norte, enquanto que os japoneses se fixaram no município de Uraí, e ingressaram em terras mais férteis em relação a esta área.

Outra questão que foi despertada deve-se ao fato de ser uma comunidade não étnica, encravada e colonizada por empreendedores étnicos, no caso, os japoneses.

A escolha do Distrito de Cruzeiro do Norte prende-se então ao fato de ser majoritariamente, composta por brasileiros não descendentes de japoneses e tem como atividade principal a agricultura, a viticultura de mesa. A diversificação da produção tem sido uma das estratégias de permanência no campo, aliada também, as formas de comercialização utilizadas para elevar a renda.

O tema escolhido se situa no âmbito da agricultura familiar, uma vez que essa categoria de produtor tem sido tratada, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, com uma política agrícola denominada Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)², dentre outros programas não menos relevantes.

Por outro lado, tem-se observado que, cada vez mais está ocorrendo o abandono do campo por essa categoria de produtores o que nos levou a procurar entender quais as formas encontradas pelos produtores do Distrito de Cruzeiro do Norte para superar os problemas atinentes ao campo brasileiro, tornando viável a agricultura familiar no modo de produção capitalista, e desta forma permanecendo no campo.

O nosso trabalho tem como objetivo analisar as formas encontradas para a permanência do agricultor no campo; analisar também a utilização das terras e as relações sociais de produção nas unidades produtivas familiares; identificar se as alternativas de comercialização utilizadas por esses agricultores também contribuem para sua permanência no campo.

Diante disso, faz-se necessário analisar, além das formas praticadas para superar as dificuldades, o perfil do produtor e as relações sociais mantidas pelos mesmos para entendermos se estaria ocorrendo o sobretrabalho da força de trabalho familiar nas atividades desenvolvidas em seus estabelecimentos.

² Finalidade: financiamento de projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso Julho/2010.

Ao se constatar que a diversificação de culturas/atividades está presente nas unidades de produção familiar preocupamos em verificar se esta prática influenciou diretamente nas condições de permanência de agricultores familiares no campo ou se, a forma de comercialização desenvolvida por uma grande parcela desses agricultores está agregando maior valor ao produto final.

Enfim, se está fortalecendo o desenvolvimento da agricultura familiar no Distrito.

A diversidade dessa forma de produzir na agricultura demonstra a capacidade de adaptação e reprodução desses agricultores sobrevivendo apenas com a renda da terra.

Diante da importância que o tema da agricultura familiar assumiu e vem assumindo, nos propusemos a estudá-lo para que possamos contribuir para o entendimento dessa forma social de produzir.

Este trabalho está dividido em cinco partes além da introdução e das considerações finais. Primeiramente apresentamos algumas posições teóricas sobre a agricultura familiar, definindo assim o quadro teórico que utilizaremos e que dará suporte ao trabalho.

Em seguida, apresentamos o Município de Uraí, destacando neste particular, seu processo de ocupação, sua localização no Paraná, bem como suas fases econômicas e seu quadro agrário, dando destaque para a cultura do rami, auge do desenvolvimento do município.

Pensando no aspecto principal da pesquisa e no contexto em que esses agricultores familiares se reproduzem na sociedade, nos propusemos a ouvi-los, na tentativa de compreender a diversidade presente na área objeto da pesquisa.

No quarto item, inicialmente contextualizamos o Distrito de Cruzeiro do Norte no processo de ocupação e colonização do Norte do Paraná e o papel da colonizadora.

Para isso tivemos que optar por analisar esses produtores a partir de algumas dimensões. Dentre as dimensões selecionadas estão: as estruturas produtivas e fundiárias, as características das unidades de produção familiar e as relações de trabalho, o que nos permitiu desenhar o seu perfil, no sentido de compreender melhor a realidade agrária em estudo.

No último item estão sistematizados os resultados obtidos com a pesquisa empírica. Os dados empíricos nos permitem fazer abordagens quanto à

diversificação da produção e a forma de comercialização do produto final que está presente no meio rural da área de estudo. O item em questão foi subdividido em subitens que refletem as estratégias produtivas e a comercialização da produção, além de mostrar a importância da viticultura na renda familiar do Distrito.

Este trabalho foi elaborado por meio de dados secundários, via documentação disponível em relatórios governamentais, quer pela utilização de dados extraídos dos Censos Agropecuários. No levantamento de dados estatísticos em fontes secundárias foram utilizadas as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, principalmente os Censos Demográficos (1950-2000) e Agropecuários (1970-2002) e 2006.

Para alcançarmos os objetivos traçados, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica no campo da Geografia Agrária, de um modo geral, e de temáticas específicas da pesquisa em questão, particularmente os assuntos relacionados ao modo de produção capitalista, referências e conceitos sobre a agricultura familiar para dar suporte teórico-metodológico à pesquisa.

Foram estudados além do significado da agricultura familiar, os tipos de relações de trabalho que ocorrem nesse sistema, o que norteou o entendimento das formas que essa categoria de produtores procura desenvolver em suas propriedades para permanecer nessa atividade. Para tanto, além da literatura de cunho geográfico, foram levantadas obras da área de Ciências Sociais e Econômicas.

Após a revisão bibliográfica realizada, sistematizamos as leituras, fazendo uma análise crítica e filtrando referências teóricas e metodológicas utilizadas nesta pesquisa.

O levantamento empírico foi precedido de uma atividade exploratória no qual percorremos 30 (trinta) propriedades rurais do Distrito de Cruzeiro do Norte, com o objetivo de fazer um levantamento preliminar de informações concernentes à área como um todo, especificamente sobre a formação histórica e as características socioeconômicas predominantes, que nos permitiram elaborar o instrumento de pesquisa. Para tanto foram realizadas conversas e entrevistas com os moradores do Distrito, na Prefeitura Municipal de Uraí e no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Os dados fornecidos pelo questionário são relativos à caracterização sócio-econômica da população da área de estudo, além de informações atuais sobre

a produção, comercialização, nível tecnológico, relações de trabalho de cada família, além de opiniões e perspectivas.

Antes da aplicação do questionário foi realizado um teste do mesmo, o qual objetivou avaliar a eficácia do instrumento de obtenção dos dados.

A aplicação do questionário foi realizada nos meses de julho a novembro de 2009 e foram aplicados nas 30 (trinta) propriedades selecionadas. O questionário³ foi elaborado com a finalidade de obtenção de dados atuais das propriedades, por amostra qualitativa, ou seja, pela sondagem realizada, foi elaborado um critério de escolha considerando os diferentes tipos de propriedades (tipos de cultura e dimensão do imóvel), diferentes proprietários (composição da família, existência de aposentados, relações de trabalho praticadas). Após a coleta de dados no campo, as informações foram sistematizadas em tabulações e confecções de figuras e representações gráficas e mapeamentos, seguido de uma análise dos dados levantados.

Entre os vários caminhos metodológicos, a pesquisa qualitativa referente ao levantamento realizado no campo foi um dos mais profícuos na compreensão do significado rural e sócio-econômico do Distrito de Cruzeiro do Norte.

As leituras que foram feitas para elaboração deste trabalho indicaram que há muitas abordagens e temas voltados à agricultura e ainda necessitamos de estudos não só teóricos como também pesquisas de campo para desvendar e relacionar a teoria à empiria.

Enfim, esperamos que a pesquisa aqui apresentada seja um quadro inicial de conhecimento sobre a realidade da agricultura familiar do Distrito de Cruzeiro do Norte, e que permita apontar questões a serem estudadas para a melhor compreensão dessa forma social de produzir.

³ O modelo de questionário utilizado encontra-se no Anexo A do presente trabalho.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE REVISÃO

Os fundamentos teóricos desta pesquisa pautam-se na revisão de literatura sobre o modo capitalista de produção e a agricultura familiar.

O debate sobre os conceitos e a importância da agricultura familiar tem produzido inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes entidades representativas dos pequenos agricultores, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro, (INCRA/FAO, 2000).

Algumas destas concepções institucionais⁴ do termo “agricultura familiar” estão inseridas abaixo:

- A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO): considera os agricultores familiares, aqueles com até um empregado permanente; (INCRA/FAO).
- A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) considera como familiares todos os agricultores que trabalham em menos de quatro módulos fiscais e que não contratem mão-de-obra permanente;
- O Ministério da Agricultura - PRONAF considerou como familiares todos os agricultores que contratavam até dois empregados permanentes e detinham área inferior a quatro módulos fiscais;
- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como familiares aqueles estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; o trabalho familiar (tempo de trabalho) era superior ao trabalho contratado.

O debate sobre a agricultura familiar é relativamente recente no Brasil. A parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) separa os agricultores em duas categorias: “patronal” e “familiar”.

A produção patronal é caracterizada pela separação entre a gestão e o trabalho, pelo uso predominante do trabalho assalariado, pela organização descentralizada, pela ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis, e pela adoção de novas tecnologias. Já o modelo familiar se caracteriza pela gestão do processo produtivo conduzido pelos proprietários, pela utilização de trabalho assalariado em caráter complementar, pela ênfase na

⁴ Ver Projeto de Cooperação Técnica (INCRA/FAO, 2000).

diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos, pela tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo. (INCRA/FAO, 1996).

Entre os vários conceitos sobre a agricultura familiar, há também a legislação referente a essa categoria (Lei 11.326 de 24 de julho de 2006) que foi a base da pesquisa do IBGE⁵. O Art. 3º para os efeitos desta Lei, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais⁶;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Assim, resumindo,

[...] o termo *agricultura familiar* corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). (NEVES, 2007, p. 230).

A autora, em sua argumentação sobre a categoria agricultura familiar, menciona que o termo hoje utilizado em textos acadêmicos aparece sob a pretensão de conceito.

Sob este ponto de vista, se define agricultura familiar “como uma forma de organização e gestão das relações de produção e trabalho, cujo eixo fundamental está referenciado à dinâmica da constituição da família”. (LAMARCHE apud NEVES, 2007). Uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

⁵ No Apêndice estão algumas considerações sobre os resultados do Censo Agropecuário 2006 referente à Agricultura Familiar, que pela primeira vez, foi contemplada no levantamento do IBGE.

⁶ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município.

Para efeitos de uma definição, a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento.

A agricultura familiar possui elementos fundamentais: é praticada por uma família que trabalha na terra com autonomia para as tomadas de decisão, sendo que sua produção tende a ser diversificada como forma de diminuir os riscos inerentes a cada atividade agrícola. É importante mencionar que os atributos básicos gestão, propriedade e trabalho familiar estão presentes em todas as definições descritas.

Mesmo com estes critérios é necessário compreender como essa categoria de agricultores se organiza social e economicamente no modo capitalista de produção.

Martins (1983), em um estudo sobre a expansão do capitalismo no campo, faz um alerta com relação a abordagens que muitas vezes são equivocadas, quando o assunto não é tratado com a devida seriedade, pois essa expansão do capitalismo no campo tem sido usada como,

[...] uma espécie de conceito mágico que explicaria tudo – seja para o economista, seja para o sociólogo, o antropólogo, o missionário, o militante político, o agente de pastoral, o homem comum. Explicaria até mesmo fatos opostos entre si, como a preservação do chamado camponato e a expropriação desse mesmo camponato. Se os camponeses não são expulsos da terra, isso é por causa da expansão do capitalismo, se são expulsos também é por causa da expansão do capitalismo. (MARTINS, 1983, p. 151).

O autor observa que é simplificar demais a questão se limitarmos a ver meras relações de causa e efeito entre o capital e os problemas que vão surgindo.

Desde logo, convém dizer que o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. (MARTINS, 1983, p.152).

Na sua concepção, quando falam na expansão do capitalismo no campo, as pessoas querem se referir a duas coisas, pelo menos, combinadas entre si.

[...] de um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada: de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra. O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso [...] (MARTINS, 1983, p. 152).

Conforme colocações do autor acima, há significados e divergências distintas, dependendo da ótica de abordagem dos autores. Com sábias observações Martins (1983) analisa que a questão é complexa e necessita de conceitos e referências bem fundamentadas sobre o desenvolvimento agrário no modo de produção capitalista.

Neste sentido, vale lembrar as palavras de Oliveira (1995, p. 06) que discute a permanência ou a extinção dessas unidades de produção familiar. “É a força de trabalho familiar que tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo”

O autor ainda afirma que o desenvolvimento capitalista se faz movido por suas contradições:

Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização [...] para outros, esse processo é contraditório, portanto heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar. (OLIVEIRA, 1995, p. 06).

Este desenvolvimento contraditório segundo o mesmo autor “ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão de obra uma parte de seu capital”.

Isso revela que esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, como explica Oliveira (1991, p. 18-19), que se faz através de relações não-capitalistas.

No que se refere a isto, completa Oliveira (1991), “ao mesmo tempo em que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores, [...] convertendo-se em mercadoria, transformando-a em capital”.

Oliveira (1991, p. 18) aborda a questão das contradições do desenvolvimento capitalista na agricultura em sua obra *A Agricultura Camponesa no*

Brasil em que revela “[...] o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (parceria familiar) para produzir o capital”.

Complementando seu pensamento, o autor, observa que esta parceria só é possível “através da transferência da renda da terra em produto, ou em dinheiro, quando o pagamento é feito em dinheiro, e/ou em trabalho, pelos camponeses, parceiros ou rendeiros [...]” (p. 20). O processo do desenvolvimento do capitalismo está intimamente relacionado ao processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja,

o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão somente à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias; portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias. (OLIVEIRA, 1995, p. 28).

Cabe, portanto esclarecer que neste processo o produto final do processo de produção é a mercadoria. Esta mercadoria no momento da circulação se converte em dinheiro.

Oliveira (1995, p. 29) entende também que

o chamado processo econômico é constituído de quatro momentos distintos, porém articulados, unidos contraditoriamente. Esses momentos são o da produção imediata, da distribuição, da circulação e do consumo. Assim, esse desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao se reproduzir, reproduz também de forma ampliada as suas contradições. [...] O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital.

Assim, a maioria das definições de *agricultura familiar* adotadas em trabalhos recentes sobre o tema⁷, baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na administração dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola quando da comercialização da produção.

⁷ INCRA, **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Fevereiro de 2000.

Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento. Cabe então mencionar que este trabalho pretende investigar na área de estudo a mão de obra utilizada, tamanho das propriedades, a estratégia de comercialização e formas de produzir para se manter na atividade agrícola.

3 MUNICÍPIO DE URAÍ, SEU PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL

3.1 OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ: BREVES CONSIDERAÇÕES

A ocupação do território que hoje constitui o Estado do Paraná ocorreu de acordo com (PADIS, 1970, p. 11-13), “inicialmente de forma muito lento e bastante descontínuo”, sendo que os registros históricos mais antigos indicam uma tentativa de ocupação somente no começo da segunda metade do século XVI.

Conforme Padis (1970), apenas no começo da segunda metade deste século teve início, por parte dos espanhóis que avançaram numa frente que vinha do interior para o litoral, por meio de missionários da Companhia de Jesus (jesuítas) que mantinham povoações nos vales dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu.

Entretanto, os espanhóis, não chegaram a constituir uma ocupação que se possa considerar permanente e efetiva do território, pois, nas primeiras décadas do século XVII, os Bandeirantes, com o propósito de evitar a penetração espanhola para leste e caçar índios para o trabalho escravo nas lavouras já existentes especialmente no Nordeste, destruíram completamente as chamadas reduções jesuíticas.

Foi só a partir de 1930, que o processo de ocupação do Norte do Paraná ocorreu de forma acelerada. Essa ocupação da porção norte do território paranaense tem uma história em grande parte vinculada à evolução da cafeicultura, condicionada pelas condições fisiográficas da região, ou seja, uma combinação positiva dos fatores fisiográficos com a atividade econômica cafeeira.

Padis é claro neste particular, pois,

A cultura do café exige uma combinação conveniente de solos e climas. Se os solos do norte paranaense – em grande parte constituído de terras roxas, de excelente qualidade – não ofereciam barreiras ao cultivo do café, o mesmo não se dava com o clima nem sempre favorável. sendo que o norte paranaense é constituído de Latossolo Roxo, de excelente qualidade, propícia para o cultivo do café, mas o mesmo não acontece com o clima, que nem sempre foi favorável. (1970, p.116-117).

Os estudos de Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 16), relatam que a partir da década de 1860, fazendeiros paulistas e mineiros, iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no norte paranaense, nos moldes tradicionais de São Paulo e Minas Gerais, penetrando pelo curso superior e médio do Itararé. A notícia da existência de manchas de terra roxa na região havia sido difundido pelos mateiros⁸ que percorriam a região.

Ainda de acordo com os autores citados, desde 1862, migrantes mineiros e paulistas penetraram no Norte do Paraná, pela região hoje denominada Norte Pioneiro, onde fundaram fazendas e criaram cidades nos vales do Paranapanema, das Cinzas e do Jataí⁹.

A ocupação dessa área se estendeu até a margem direita do Tibagi. Devido à qualidade das terras e a perspectiva de lucro, muitos colonizadores e colonos foram atraídos também para a margem esquerda contratados por companhias colonizadoras.

Prosseguindo em seus estudos Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 17), afirmam que “as frentes pioneiras eram constituídas pelos fazendeiros, sua família e empregados, que procuravam as terras do Norte do Paraná espontaneamente para o plantio do café, e em menor escala para a criação de gado”.

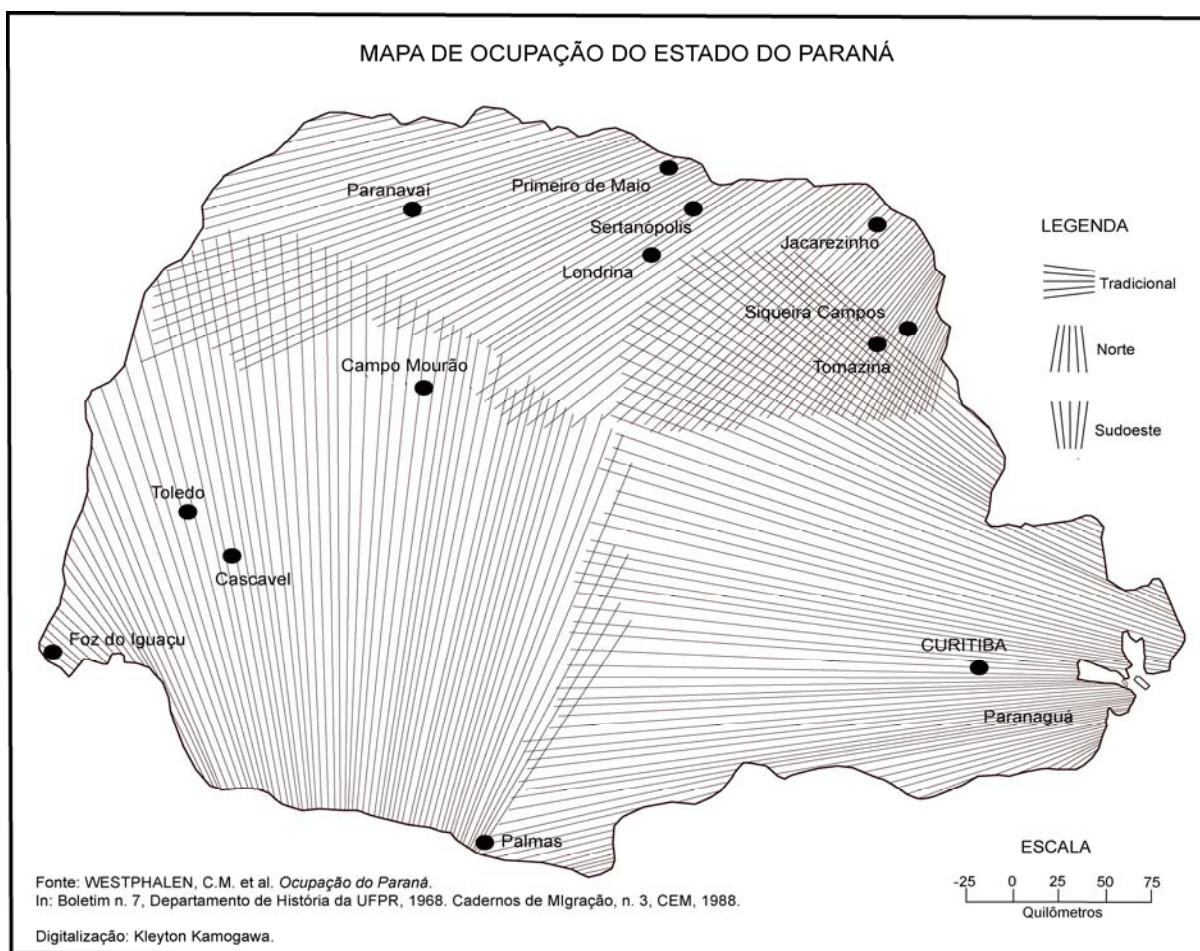
De acordo com os autores a história da ocupação do território paranaense e da formação das comunidades se deu através de três ondas povoadoras que com objetivos diversos realizaram essa ocupação e formaram as comunidades que hoje constituem o estado do Paraná.

Desta forma, ainda de acordo com os autores, a História do Paraná se constitui pela formação de três regiões (Mapa 1): o Paraná tradicional, cuja expansão deu-se a partir de Paranaguá e Curitiba às regiões de campos no século XVII, motivado pela mineração do ouro, criação e comércio de gado, atividades extrativas, comércio da erva-mate e da madeira. A segunda e a terceira dizem respeito ao Paraná Moderno, a do Norte, uma ligada à expansão da cafeicultura que ocupou o Norte do Paraná, vinda de São Paulo e a outra, os colonos da agricultura

⁸ Trabalhadores da mata, responsáveis pela extração da erva-mate e da madeira, geralmente brasileiros e paraguaios, empregados das ricas companhias colonizadoras do Paraná. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968).

Riacho da margem direita do Tibagi, na confluência desse riacho com o rio, fixou o local para a fundação da colônia que recebeu o nome do mesmo riacho: Nossa Senhora da Conceição do Jataí. (WACHOWICZ, 1987, p.17).

de subsistência (criadores de suínos e plantadores de cereais) originária principalmente do Rio Grande do Sul, ocupando o Sudoeste paranaense. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968).



Mapa 1 – Ocupação do Estado do Paraná, (WESTPHALEN, 1968).

Assim, na década de 1960, todo o Estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras começam a difundir as ondas de povoamento, criando o seu próprio tipo de economia, fundando suas próprias cidades. Cardoso e Westphalen (1968) adotam essa idéia de três ondas de ocupação distintas para explicar a ocupação do Paraná e a formação das comunidades paranaenses.

Sendo assim, de acordo com os autores, a colonização do norte paranaense é tradicionalmente apresentada a partir da divisão do território em três

partes: o Norte Velho, ou Norte Pioneiro, localizado no nordeste do Estado, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi e teve sua ocupação iniciada em meados do século XIX, desenvolvendo-se nas primeiras décadas do século XX. O Norte Novo, região que vai desde o rio Tibagi até as proximidades de Maringá, foi colonizada principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), entre os anos de 1930 e 1947.

O Norte Novíssimo, que compreende a região que se estende das proximidades de Maringá até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e se estende por toda a margem direita do rio Piquiri, foi colonizada desde 1940, até 1960.

A colonização do Norte do Paraná iniciou-se pelo Norte Pioneiro, o primeiro núcleo colonizador oficial foi a colônia militar Jataí, construída em 1854 e entregue à administração do governo estadual em 1896, dando origem a Jataizinho.

De acordo com, Westphalen, Machado e Balhana (1968, p. 19), a iniciativa da (CTNP) e de outras companhias colonizadoras, particulares, fez povoar densamente a região.

Os povoadores recém chegados eram, sobretudo, paulistas, mineiros, e nordestinos. Colonos estrangeiros, de variada procedência, também se estabeleceram no Norte do Paraná, muitos espontaneamente, outros dirigidos por companhias colonizadoras. No último caso, são exemplificativas as colônias de Assai e Uraí, aquela fundada pela Brazil Tokushoku Kaisha-Bratac, e esta pela Nambei Tochi-Kabushiki, com imigrantes japoneses e seus descendentes.

Cabe ainda mencionar que, a característica marcante da economia que se desenvolveu na região norte paranaense foi a adoção do regime de pequenas e médias propriedades e a forma adotada para a transmissão da propriedade da terra, pelas três companhias colonizadoras e pelo governo do Estado. Nas palavras de Padis (1970, p. 151),

Essencialmente, o que se fez, foi dividir as terras em pequenos lotes, cujas dimensões variavam entre três e quinze alqueires e cuja venda era feita para pagamento parcelado, em prazo até quatro anos, com juros de oito por cento ao ano. Além disto, há muitos casos em que as companhias colonizadoras ofereciam transporte e assistência técnica (ou até mesmo financeira, como por exemplo, parte da Bratac) para a instalação inicial dos colonos.

Vale destacar que, aliado a estes fatores, havia outro facilitador de fluxo migratório para a região: o baixo preço da terra. As dimensões limitadas das áreas a serem cultivadas exigiam investimento de capital relativamente modesto, a força de trabalho familiar era suficiente para atender as necessidades da produção. Sendo assim, o desenvolvimento da economia agrícola dessa região foi muito rápido. O que resultou no aparecimento das cidades, dentre elas Uraí.

Já em 2006 o Paraná, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁰ concentrava 17% de sua população no meio rural possuindo 371,051 estabelecimentos rurais, ocupando aproximadamente 80% do território paranaense, ou seja, 14.788.497 hectares. A grande maioria dos estabelecimentos, 80,3% do total, tem os proprietários como responsáveis. Os arrendatários representam 6,92% do total e os 15% restantes são parceiros ou ocupantes.

Com uma agricultura diversificada, é o principal estado agrícola do país. Destaca-se também a pecuária, com elevado grau de desenvolvimento da bovinocultura, suinocultura e avicultura. A estrutura agrária do estado é formada, predominantemente, de pequenos e médios estabelecimentos, cumprindo importante papel social, de geração de emprego e renda, no campo.

Cerca de 86% dos estabelecimentos rurais do Paraná apresentam área inferior a 50 ha, envolvendo aproximadamente 318.200 propriedades. Estes estabelecimentos detêm 28% da área total do estado. Aproximadamente 81% dos estabelecimentos são explorados pelos proprietários e pessoas da família, envolvendo 1.852.700 pessoas.

Em uma avaliação mais detalhada, com a desagregação segundo estratos de área, foi verificado pelo IBGE (2006), 165,5 mil propriedades com menos de 10 hectares, o que representa 44,6% do conjunto das unidades do setor agrícola do Paraná. Constatando assim um aumento no número de pequenas propriedades no estado.

Dos 371.051 estabelecimentos existentes no Paraná, 81,63% enquadra-se na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Da ótica da condição do produtor em relação às terras, nos

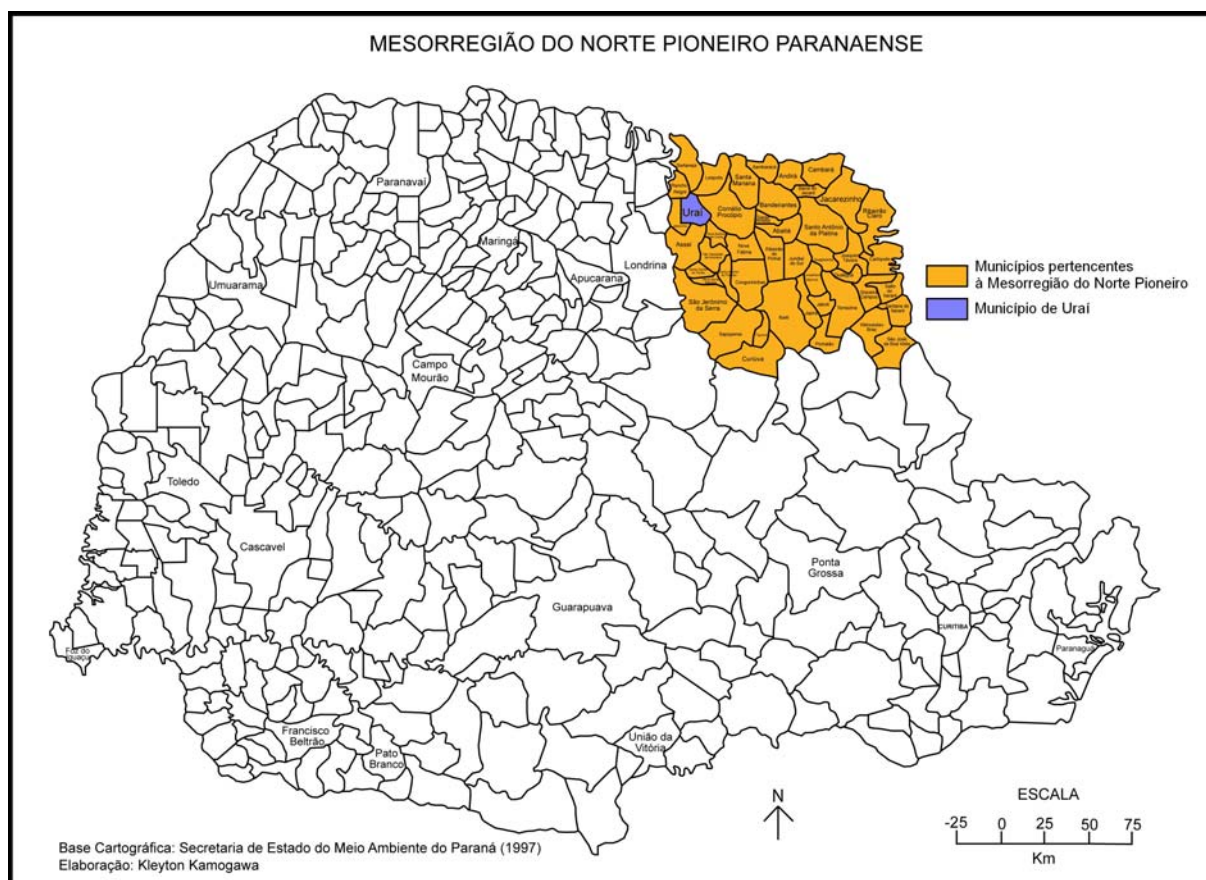
¹⁰ Os dados analisados foram obtidos no Escritório Regional do IBGE de Cornélio Procópio/PR através de material impresso e conversa informal com funcionário responsável. (Abr. 2010)

302.907 estabelecimentos da agricultura familiar 64,8% dos produtores encontram-se na condição de proprietários, empregando 70% do pessoal ocupado. Este fato evidencia a importância desses estabelecimentos na dinâmica produtiva.

Para justificar a escolha do objeto e do tema da pesquisa, levaram-se em consideração os dados apontados anteriormente, que demonstram também a prevalência da condição do produtor e da área da propriedade. Para se compreender, portanto, os reais condicionantes da permanência do trabalhador familiar no campo.

3.2 LOCALIZANDO O MUNICÍPIO DE URAÍ NO PARANÁ

Antes de iniciarmos sobre o processo de ocupação do município de Uraí, faz-se necessário sua localização dentro do estado do Paraná e também na Mesorregião Norte Pioneira Paranaense, da qual o mesmo faz parte. Para isso o Mapa 2 apresenta esta localização.



Mapa 2 – Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense.

Adaptado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira – Novembro/2010.

Nesse contexto de acordo com Maack (1981, p. 419)

o município de Uraí está localizado no norte do Paraná, na parte Nordeste do Terceiro Planalto Paranaense, denominado Planalto de Araiporanga, que se estende entre os Rios Tibagi e Itararé. Esta área é relativamente baixa e cortada por platôs isolados, mesetas e pelos rios Cinzas, Laranjinhas e Congonhas, sendo que este último constitui a divisa leste do município de Uraí com Cornélio Procópio. De modo geral, as altitudes destas áreas de mesetas e platôs oscilam entre 300 a 650 metros.

A área de Uraí é de 238 Km², possui altitude de 380 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas de latitude 23° 11' 51", hemisfério sul e longitude 50° 47' 47" oeste de Greenwich, situa-se ao norte do Trópico de Capricórnio. Na sua formação geológica há faixas de solos de "terras roxas" na maioria das regiões norte, oeste e sudoeste, em linhas gerais solos de alta fertilidade natural que favorece o desenvolvimento da agricultura. Seu território está situado na bacia do rio Congonhas, principal afluente do Tibagi¹¹.

"Faz limites ao norte com Rancho Alegre, a nordeste com Leópolis e Sertaneja, a sudeste com Assai, ao sul com Nova América da Colina, a leste com Cornélio Procópio e a oeste com Jataizinho". (OLIVEIRA; ALEGRO; GUSMÃO, 2007), (Mapa 3).

O relevo do município apresenta, em quase sua totalidade, leves ondulações com declividades nunca superiores a 10%.

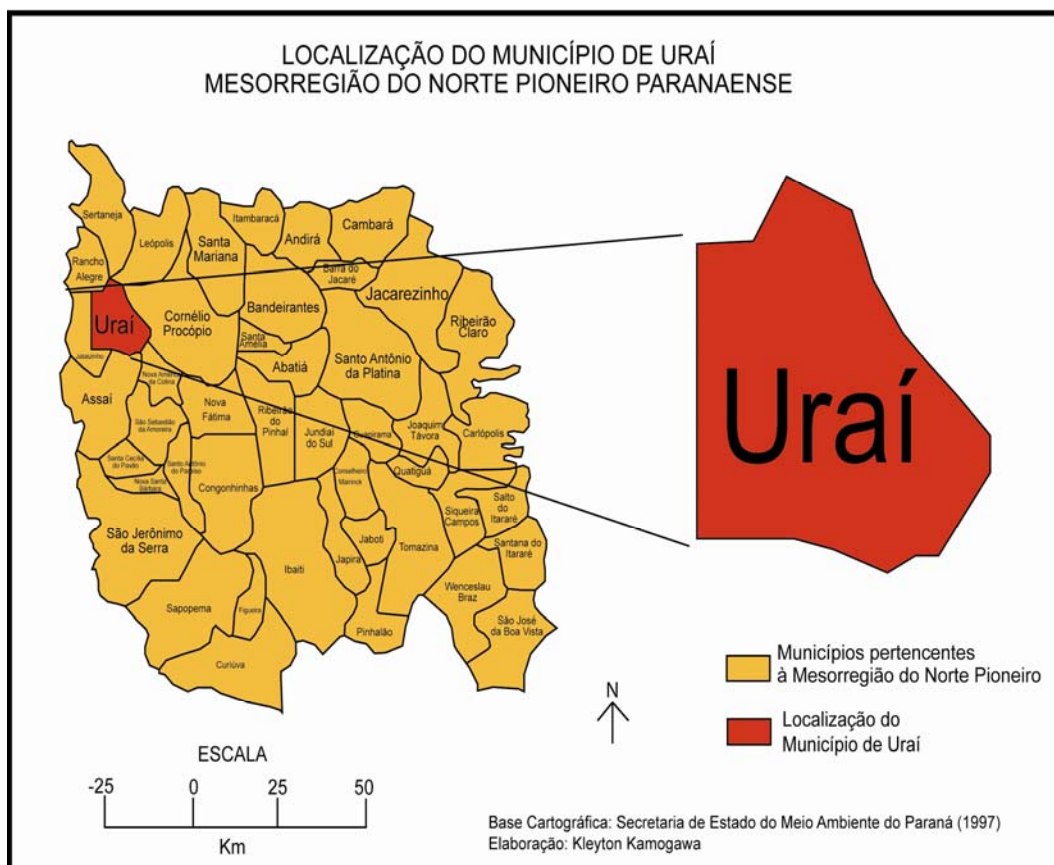
O solo do Município de Uraí é composto por 40% Terra Roxa¹², 30% Latossolo Roxo e 30% de Associação Brunizem Avermelhada¹³ mais Solo Litólico¹⁴. O clima de Uraí, segundo a classificação de Köppen, é do tipo CFA, sendo subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco freqüentes e tendência de concentração de chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. (Prefeitura Municipal de Uraí, 1995).

¹¹ Dados fornecidos pelo IBGE – Agência Cornélio Procópio (Abr. 2010).

¹² Solos de origem eruptiva – distribuem-se pela maior parte do terceiro planalto paranaense. Compreendem os solos derivados dos grandes derrames de lavas (basaltos) ocorridas em eras passadas. O seu tipo mais comum denomina-se "**terra roxa**", sendo muito rico para a agricultura. (WONS, 1983, p. 135).

¹³ Classe de solos com horizonte B textural, não hidromórfico, constituídos de horizonte A chernozêmico sobre horizonte B textural com argila de atividade alta e cores vermelho-vivas.

¹⁴ Classe de solo que agrupa solos rasos (< 50 cm até o substrato rochoso) e com horizontes na seqüência A - C - R. (MINEROPAR, 2010).



Mapa 3 – Uraí na Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense.

A ocupação do Norte do Paraná deu-se através das empresas loteadoras e da expansão da cafeicultura. No início de sua colonização, o município de Uraí possuía densas matas que possibilitou a exploração da madeira por seus colonizadores. A história inicial do município de Uraí está vinculada a esse processo de ocupação do Norte do Paraná levado a cabo pelas companhias colonizadoras.

O episódio de ocupação das terras principalmente pelo empreendimento realizado pela hoje denominada Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (PADIS, 1970) acabou se transformando num dos maiores negócios imobiliários da história contemporânea brasileira.

Essa relação direta entre a companhia e a ocupação de Uraí possibilita tecer algumas considerações sobre a mesma e sua participação na colonização e formação do município.

3.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URAÍ

O desenvolvimento de Uraí está alicerçado essencialmente na colonização japonesa. Segundo Oliveira (1999), em setembro de 1922, quando se comemorava o Centenário da Independência do Brasil, veio do Japão uma missão em viagem de inspeção pela América do Sul.

A vinda de imigrantes japoneses para o Brasil foi motivada por interesses dos dois países: o Brasil necessitava de mão de obra para trabalhar nas fazendas de café, principalmente em São Paulo e no norte do Paraná, e o Japão precisava aliviar a tensão social no país, causada por seu alto índice de crescimento demográfico.

Para conseguir isso, o governo japonês adotou uma política de emigração desde o princípio de sua modernização, iniciada na era Meiji (1868). Apesar de não serem favoráveis à imigração, em 1906, os governos do Japão e do Estado de São Paulo levaram adiante esse processo.

A história da ocupação do território uraiense, segundo Oliveira (1999), teve início quando o chefe da missão que veio para a América do Sul, Eizo Yamashina, adquiriu através do Cônsul Geral do Brasil, o Sr. Akamatsu, 24,200 hectares no vale do Rio Congonhas de propriedade de Antonio Barbosa¹⁵. Com o falecimento de Yamashina, foi fundada a Cia. de Terras Sul América, que iniciou um trabalho visando planificar a região para o surgimento de futuras cidades.

A Companhia Nambei Tochi Kabushiki Kaisha, concessionária da Gleba denominada “PIRIANITO”¹⁶, iniciou a fundação de um Núcleo Colonial.

¹⁵ A fazenda Congonhas, propriedade da família Barbosa Ferraz tinha uma área de 30.975,5 alqueires, essa área se enquadrava na categoria de latifúndio “propriedade especulativa” combatida pelo governo Estadual a partir do decreto nº. 800. Após a construção da estrada de ferro as terras da região de Cambará tiveram uma valorização de “50 contos de réis”, atraindo o capital estrangeiro, em especial o japonês. (OLIVEIRA, GUSMÃO, ALEGRO, 2009)

¹⁶ De acordo com Oliveira (1999), primeiramente, Uraí foi denominado Pirianito. Esse nome originou-se da palavra “periquito”, pássaro que em grande número habitava a região e, segundo versão, no ato do registro da Gleba, a máquina que datilografou o referido nome possuía defeito nas letras “a” e “u” e dava a nítida impressão de estar escrito “PIRIANITO” e assim ficou registrado. No entanto, a mesma autora afirma que há outra versão para o nome, segundo a qual a palavra Uraí derivou-se de “CURARE” – árvore de casca grossa que pontificavam em nossas densas florestas de mata virgem, dessa árvore os indígenas extraíam um líquido venenoso (curare) que usavam nas pequenas flechas em suas caçadas.

A referida gleba pertencia ao município de Assai, importante colônia de imigrantes japoneses. Os trabalhos de planejamento urbano da região foram iniciados em 1936 com a divisão de glebas em lotes rurais e urbanos.

Na execução do planejamento foram plantados mais de 100.000 pés de café, numa área de 100 alqueires, destinando-se 35 alqueires a uma área urbanizada. A partir de então teve início a venda de terras e o trabalho da colonização na Colônia Pirianito, que viria se tornar em 1947 o Município de Uraí. De acordo com a autora “a cinco de maio de 1936, chegaram à localidade os primeiros colonos, tendo à frente Manjiro Watanabe (na época era gerente e encarregado geral da Cia. Nambei Tochi)”, companhia esta responsável pela colonização do município de Uraí.

Yamochi (1991) relata que esse fato foi decisivo para a organização do espaço dessa comunidade, por ter essa Companhia feito o loteamento com uma característica bem próxima e semelhante as demais colônias da região Norte paranaense.

Ainda de acordo com o mesmo autor “a comunidade japonesa de Uraí foi desenvolvida desde o início pelos japoneses provenientes das fazendas do Estado de São Paulo e não pelos japoneses oriundos diretamente do Japão”.

A colonização foi efetuada não só para os japoneses, mas também para os elementos nacionais, com uma proporção bem elevada em relação às outras companhias japonesas que vendiam seus lotes preferencialmente aos japoneses. Essa forma constituiu uma originalidade na formação e organização na vida econômica, política e social dessa comunidade.

O desenvolvimento rápido e acentuado deveu-se, em parte, à estrada de ferro¹⁷, o que permitiu a sua elevação à vila (na época ligava Ourinhos a Jataizinho), e pode-se dizer que a Colônia surge ao longo desta estrada de ferro (Foto 1).

Yamochi (1991, p.124-126) acrescenta que

há um fato interessante na construção das estações de ferro Pirianito e Serra Morena, em 20 de agosto de 1936, ou seja, para atrair a extensão da estrada de ferro à Colônia, a Nambei Tochi K. K. teve que negociar concedendo 10% do total da sua propriedade,

¹⁷ Ao longo da via Férrea, estabeleceu-se os primeiros negócios (serrarias, armazéns, escritórios da colonizadora) e as primeiras residências. Essa posição era estratégica pela possibilidade de ligação com o restante da rede de cidades da época. (OLIVEIRA, 1999, p.317)

equivalente a 1.000 alqueires¹⁸, para a Companhia Ferroviária Norte do Paraná, em troca de 300 ações da Cia.



Foto 1 – Inauguração da Estação Férrea em 20 de agosto de 1936. As pessoas esperam a primeira Maria Fumaça que chegava a Uraí. Foi uma festa a chegada. O rápido desenvolvimento da cidade foi em parte devido à estrada de ferro que na época ligava Ourinhos à Jataizinho.

Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.

Dessa forma foram atraídos a Pirianito os primeiros colonos e suas famílias, incluindo nestas, duas famílias brasileiras. Mesmo com dificuldades financeiras e pouca mão de obra para a produção, as matas virgens foram derrubadas e queimadas dando lugar à plantação de 100.000 pés de café.

As Fotos 2 e 3 mostram, respectivamente, o início da construção do Escritório da Nambei Tochi com uma placa indicando o local do futuro Escritório, concretizado em 1940, para vendas de lotes rurais, e o início do traçado da área urbana, divisões e levantamento topográfico comandados pelos engenheiros Takeo Kawai e seus auxiliares Issami Tokano e Koo Kuma, dando início a abertura de estradas, construções de pontes e alojamentos.

¹⁸ Pagamento pela Estrada de Ferro São Paulo-Paraná – 2.420 hectares.



Foto 2 – Construção do Escritório da Nambei Tochi. Início da construção do Escritório da Nambei Tochi. Placa indicando o local do futuro Escritório da Nambei Tochi Kabushiki Kaisha, concretizado em 1940. Escritório para vendas de lotes rurais e urbanos (datas). Nesse escritório também eram expedidos documentos de licença para construção das casas, plantas (memorial), feito por Issami Tokano, que foi engenheiro agrimensor. KIYOSHI TAKANO – 1936/37.

Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.



Foto 3 – Início do traçado da área urbana de Uraí. Em junho de 1937 ocorreu o início do traçado da área urbana, divisões e levantamento topográfico comandados pelos engenheiros Takeo Kawai e seus auxiliares Issami Tokano e Koo Kuma, dando início à abertura de estradas, construções de pontes e alojamentos. FOTO De KIYOSHI TAKANO – 1937.

Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.

Segundo Yamochi (1991, p. 128-129), há estudos que comprovam que Uraí não foi totalmente povoada por colonos japoneses, mas, por elementos nacionais (paulistas e mineiros), pois, ao ser idealizado, o governador paranaense Manoel Ribas julgou importante a análise das formas de loteamento já realizadas nas colônias de Marília e Assai.

O autor citado concluiu que era necessário para a realização de uma colônia ideal, a introdução não só de migrantes japoneses, mas também nacionais.

Então para esse empreendimento, os lotes rurais mais próximos à cidade foram divididos em lotes de 10 alqueires e estes foram vendidos preferencialmente aos japoneses, os mais distantes, de 30 alqueires cada, foram vendidos aos brasileiros, de preferência.

Ainda de acordo com o mesmo autor, um outro fato que poderia ser considerado como uma das causas da pouca entrada dos japoneses nessa colônia é a difusão dos mosquitos transmissores da malária, que começou a ser divulgada a partir de 1939, por meio de propaganda dos vendedores de terras das companhias rivais.

Nessa ocasião, o vendedor de lotes da Colônia Kokussai de Londrina, Hikoma Udihara, que aproveitava a situação para obter melhores resultados com suas vendas, utilizava o seguinte método: todas as vezes que chegava o trem à estação ferroviária de Congonhas trazendo os imigrantes japoneses interessados em buscar a sorte nessas regiões, Udihara orientava para todos fecharem as janelas do trem, alegando que havia perigo de contágio de malária da Colônia Pirianito.

Dessa forma, o declínio de vendas de lotes da Colônia Pirianito aos japoneses foi inevitável. Os lotes rurais e urbanos eram vendidos por Setsuo Yazaki, proprietário da Empresa Nipo-Brasileira (vendas de imóveis), que tinha como chefe de escritório Sr. Moyti Suguitani e como auxiliar direto Kendi Shingo. Os pioneiros conseguiram formar as primeiras lavouras de café e organizaram suas vidas.

3.4 FASES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE URAÍ E SEU QUADRO AGRÁRIO

Em setembro de 1922, quando da sua ocupação, o município de Uraí contava com uma área de 29.040 ha., foi então organizada em cerca de mil pequenas propriedades¹⁹ que de acordo com Oliveira (1999), ainda depois da incorporação de mais de 4,84 ha. da chamada Companhia Barbosa, manteve o padrão de pequenas propriedades.

No início de sua colonização, o município de Uraí possuía densas matas (Fotos 4 e 5) que possibilitou grande exploração da madeira com vistas ao abastecimento do mercado local e, principalmente, a exportação para o estado de São Paulo.

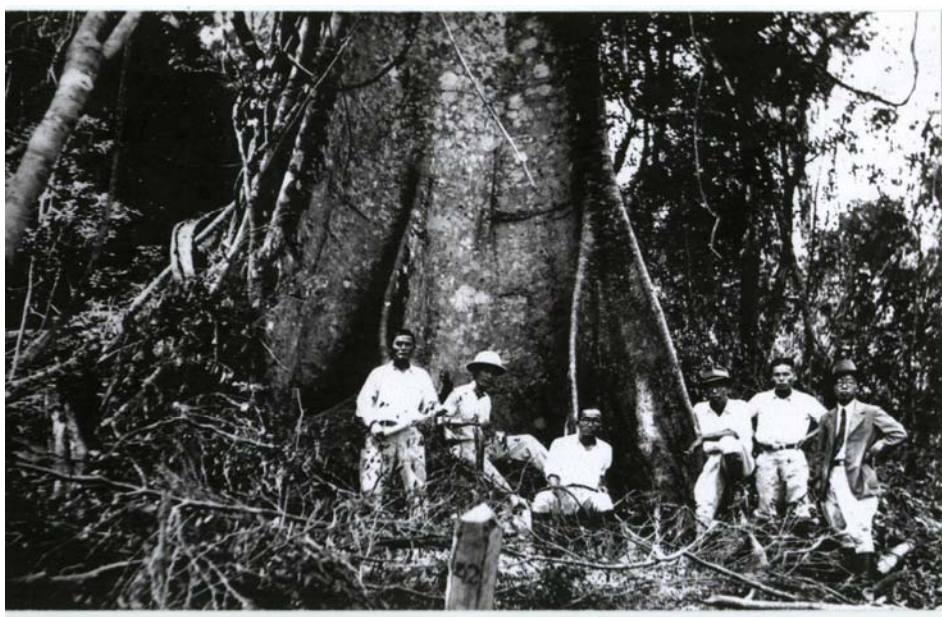


Foto 4 – Homens trabalhando na derrubada da mata para a exploração da madeira – 1937.

Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.

¹⁹ Não há registros do tamanho individual das propriedades, nem mesmo os entrevistados souberam responder. Segundo os mesmos o tamanho era variado.



Foto 5 – Derrubada da mata para construção de estradas – 1937.
Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.

Após o ciclo da madeira²⁰ veio o do café, até 1975 quando houve sua erradicação devido à geada negra. Após este período houve o “boom” da cultura do rami que sustentou a economia do município, o que lhe conferiu até a década de 1980 a denominação de capital mundial do rami. (OLIVEIRA, 1999).

O período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 coincide com a cultura do café e do rami respectivamente, e tem forte influência no crescimento demográfico do município, a necessidade de mão de obra para essas culturas contribuiu para a grande atração populacional, conforme mostra a tabela 1.

Entretanto, segundo a autora citada, “a partir da década de 80 outras culturas são inseridas nos campos da região, o rami perde parte de sua importância na produção do município”.

Dessa maneira, ocorreu um grande êxodo da população do campo para outros centros maiores, inclusive para outros países como o Japão. Os produtores que permaneceram no campo buscaram novas formas de produção de acordo com suas possibilidades, surgindo assim novas culturas (soja e trigo), com grande diversificação da produção nas propriedades familiares.

²⁰ A crescente interiorização da população em busca da erva nativa deu origem, ainda, no final do século XIX, ao ciclo da madeira, quarta fase da evolução de nossa economia. A iniciativa da industrialização da madeira deve-se ao engenheiro Antônio Rebouças. Mas foi com a construção das primeiras estradas de ferro e com o aparecimento do caminhão que se iniciou a grande exportação de madeira para os mercados nacionais e internacionais. (WONS, 1983, p.127).

Também na década de 90 conclui Oliveira (1999), houve uma grande queda na produção de algodão²¹, conforme mostra a tabela 2 (p. 43), o que, aliada à migração de parte da população japonesa do município para o Japão, contribuiu decisivamente para o declínio da economia municipal bem como no número de seus habitantes com reflexos diretos na renda e na qualidade de vida.

Após este período, houve uma intensificação da utilização do solo para a produção de hortifrutigranjeiros e grãos como trigo, soja e milho.

Conforme entrevista com a engenheira agrônoma da EMATER do município de Uraí, Cristina Muraoka (2009),

a Hortifruticultura (fruticultura e olericultura) ocupa uma área de 4% do município de Uraí, e é responsável por 50% da renda bruta anual do município. Na questão da diversificação de culturas no município, destaca-se pelo número de pequenas propriedades rurais, que tem que buscar culturas de alta rentabilidade em pequenas áreas, reforçado pelo histórico de colonização, onde a divisão de pequenos lotes para que o colono efetuasse o pagamento o mais breve possível, resultou em um município altamente diversificado e com os recursos bem distribuídos na população.

Tabela 1– Evolução da população urbana e rural de Uraí/PR – 1950-2000.

ANO	TOTAL	POP. URBANA	%	POP. RURAL	%
1950	18.828	4.263	22,6	14.565	77,3
1960	24.431	6.432	26,3	17.999	73,6
1970	18.506	6.667	36,0	11.839	63,9
1980	13.979	7.114	50,8	6.865	49,1
1991	13.284	9.183	69,1	4.101	30,8
2000	11.874	9.159	77,1	2.715	22,8

Fonte: Censos Demográficos – IBGE – 1950 a 2000. (apud OLIVEIRA, 1999, p. 312).

Adaptado por: Cleuza Batista de Oliveira – 2010.

²¹ A partir de 1990 ocorreu o declínio da cultura de algodão no Estado com conseqüências para o município. Preços baixos, concorrência com produto importado, custo de produção elevado, dificuldade de acesso ao crédito de custeio, endividamento e descapitalização do produtor de algodão são os fatores que levaram ao desestímulo e, conseqüentemente, à redução drástica de cultivo. Esse fato também está relacionado com a expansão da cultura da soja e do trigo. (conforme relatos dos entrevistados)

De acordo com Camargo (2003), a cultura do rami deu margem ao crescimento de uma atividade industrial complementar: o beneficiamento primário da fibra. Tiveram destaques duas indústrias de beneficiamento, a Imperial Fibra Indústria e Comércio Limitada (beneficiamento e alvejamento das fibras de rami) e a CIPRA – Companhia Paranaense de Rami (beneficiamento de rami e fabricação de fios e barbantes).

Porém, nos últimos anos de seu auge a indústria local sofreu com as concorrências de produtos paulistas similares, e a expansão do uso de fibras sintéticas. Sendo assim, em fins da década de 80, as duas fábricas foram fechadas. Este fato desencadeou um acentuado desemprego, tendo em vista que um número significativo de pessoas dependia dessa atividade.

Observando a Tabela 1, nota-se que houve crescimento populacional em Uraí até a década de 60, após esse período começa a ocorrer o êxodo rural, provocado pela decadência do café e a queda da cultura do rami, além da modernização da agricultura que em um processo contínuo contribui para que a população rural começasse a se retirar do campo.

A produção de algodão durante as décadas de 70 e 80 também assumiu grande importância para o município, mas não tanto quanto o rami (conforme mostra a Tabela 2), não conseguindo assim manter os trabalhadores rurais no campo.

Após esse período duas outras culturas tomam o espaço rural de Uraí gradativamente, trata-se da soja e do trigo, o que devido à alta tecnificação contribuem decisivamente para o esvaziamento do campo, (a Tabela 1 mostra o acentuado declínio da população rural entre as décadas de 60 e 80).

O emprego de implementos agrícolas (máquinas e equipamentos) passou a fazer praticamente todas as tarefas das culturas, dispensando dessa forma a mão de obra antes ocupada. Estes não tiveram outra alternativa a não ser sair das propriedades.

Tabela 2 – Culturas desenvolvidas em Uraí – 1970 – 2000.

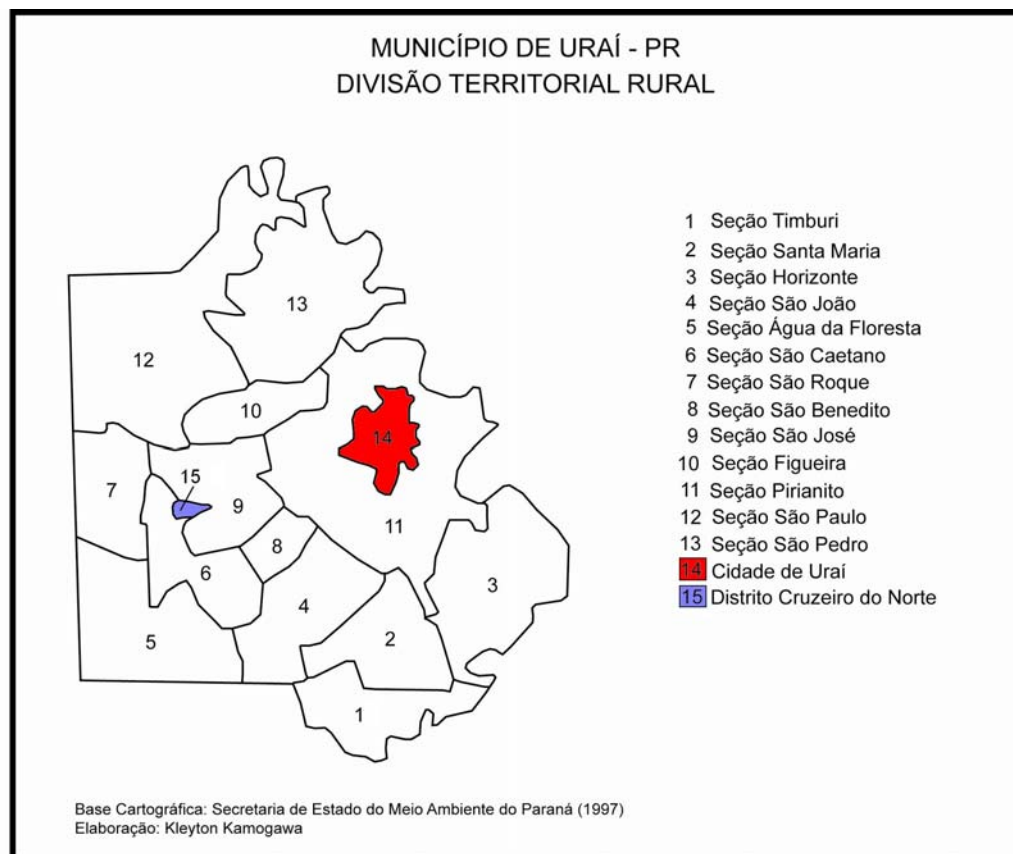
Década	Algodão		Trigo		Soja		Rami		Café	
	(T)*	(ha)**	(T)*	(ha)**	(T)*	(ha)**	(T)*	(ha)**	(T)*	(ha)**
1970	1.737	1.901	160	229	179	111	-	-	131	998
1980	4.801	2.455	3.755	2.380	8.047	3.415	6.438	2.645	666	1.019
1985	7.614	4.097	10.175	4.799	8.016	4.080	4.727	2.134	895	406
1990	6.072	3.500	10.000	5.800	7.920	3.300	300	600	-	-
1995	520	700	6.074	3.500	10.230	5.500	185	370	-	-
2002	-	-	7.050	4.700	14.600	7.300	-	-	1.276	709

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1970, 1980 e 1985 – EMATER – 1990 1995 e 2002.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira. *toneladas, **hectares.

A agricultura é uma das principais atividades econômicas do Paraná e de muitos municípios do norte do estado, por isso, predomina as culturas comerciais e intenso uso de tecnologia implementada com o emprego das máquinas e dos produtos químicos, caracterizando assim a prática da agricultura moderna.

De acordo com a (EMATER, 2009), o município de Uraí em relação à ocupação do solo é constituído na sua maioria, por estabelecimentos agropecuários refletindo de forma direta na sua economia. O Mapa 4 apresenta a divisão territorial rural do município de Uraí que corrobora com a informação.



Mapa 4 – Município de Uraí - Divisão Territorial Rural.
Adaptado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira, 2010.

O cultivo de lavouras temporárias ocupa as maiores áreas rurais entre soja, milho e outros, seguido das lavouras permanentes, entre os produtos destacam-se o café, a uva e outras frutas (banana e frutas cítricas); a pecuária mista ocupa 6.000/ha., com aproximadamente 12.800 cabeças de bovinos. O consumo interno não absorve toda essa produção, fazendo com que os produtos cultivados no município sejam vendidos aos municípios vizinhos. Fonte: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2009 - Uraí).

Em relação a condição do produtor à posse e uso da terra destacada na tabela 3, dos 598 estabelecimentos que ocupam uma área de 18.832 ha, 460 são proprietários de terra, o que equivale a 77,92%, contrapondo-se aos 92 arrendatários (15,38%), 20 ocupantes (3,34%), 17 produtores sem área e 09 parceiros. Os dados comprovam, portanto, a importância da propriedade da terra no município.

Tabela 3 – Estabelecimentos Agropecuários e Área segundo a Condição do Produtor Uraí – 2006.

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	460	16.658
Arrendatário	92	2.034
Ocupante	20	69
Parceiro	9	70
Produtor sem área	17	-
TOTAL	598	18.832

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

As tabelas 4 e 5 a seguir, identificam os principais produtos aos quais se dedicam os estabelecimentos agrícolas do município de Uraí em relação às lavouras temporárias e permanentes respectivamente. Tais produtos foram escolhidos pelos critérios de área plantada, área colhida e quantidade produzida.

Os dados revelam a elevada participação das lavouras temporárias em relação à área plantada e colhida. Entre as culturas temporárias, destaca-se a soja com 11.580 ha. de área plantada e colhida com uma produção de 22.963 toneladas, seguida do milho com 4.120 ha. e o trigo com 6.200 ha. A lavoura permanente é responsável por 563 ha. de café, 280 ha. de banana, 206 ha. de uva e 28 ha. de laranja.

Tabela 4 – Área plantada, área colhida, quantidade produzida da lavoura temporária*. Uraí/2009.

Município	Lavoura temporária	Área plantada e colhida (ha.)	Quantidade produzida (Toneladas)
Uraí/PR	Arroz (em casca)	30	61
	Feijão (em grão)	155	92
	Milho (em grão)	4.120	12.172
	Soja (em grão)	11.580	22.963
	Trigo (em grão)	6.200	8.184
	Cana-de-açúcar	220	21.450
	TOTAL	22.085	64.922

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – 2009.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira – 2010. * Produção de maior relevância.

Tabela 5 – Área plantada, área colhida, quantidade produzida da lavoura permanente*. Uraí/2009

Município	Lavoura permanente	Área plantada e colhida (ha.)	Quantidade produzida (Toneladas)
Uraí/PR	Banana	280	1.400
	Café	563	643
	Laranja	28	385
	Uva	206	4.200
	TOTAL	1.077 (ha.)	6.628 t.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – 2009.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira. * Produção de maior relevância.

3.4.1 A Cultura do Rami – Auge do Desenvolvimento do Município.

O nome rami²² vem de “ramish”, palavra de origem malaia, dado à planta e à fibra de um vegetal pertencente à família das urtigas, sob a denominação

²² Planta têxtil, herbácea nativa da Ásia, introduzida no Brasil no início deste século. O rami adapta-se a qualquer tipo de terreno e aos climas tropical e subtropical. Fornece fibra de valor pela característica que possui de se misturar facilmente com o algodão, com a seda, com a lã e com o

botânica de *Boehmeria nivea*, que se distingue de outros membros da família pela ausência de pêlos urticantes²³. Apesar de ser cultivado quase que exclusivamente para produção de fibras, o rami foi introduzido no país como planta forrageira²⁴. A Foto 6 mostra a primeira plantação de rami em Uraí no ano de 1939.



Foto 6 – Rami – Primeira plantação feita em Uraí – 1ª vida do rami (1939).
Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.

A planta pode ser utilizada em diversos segmentos: fabricação de tecidos, cordas e barbantes, como também podem gerar a celulose para a produção de papel moeda, devido à sua resistência. Além disso, pode ser empregados na fabricação de mangueiras, pneus, fios de pára-quadras, etc.

Os tecidos de rami podem ser considerados como um produto substituto muito próximo do linho, com a vantagem serem mais baratos. Em geral, são vendidos ao consumidor final como se fossem linho ou com o nome de “linho rami”, pois, dificilmente se distingue o rami do linho.

linho. A cultura do rami, no Estado do Paraná, teve início no município de Uraí. O cultivo aumentou devido ao interesse despertado pela indústria têxtil paulista e por causa das geadas que dizimaram os cafezais do Norte do Estado. (WONS, 1983, p.141).

²³ <http://atlas.embrapa.br>. Acesso em 2007.

²⁴ O rami foi cultivado também em Santa Catarina como ingrediente de ração para o gado. (BENATTI JÚNIOR, 1988).

O rami é mais abrasivo que o linho, de forma que os tecidos são mais ásperos e menos agradáveis ao uso, embora essas características possam ser bastante minimizadas através de processos de acabamento e/ou misturas com algumas fibras sintéticas. Por outro lado, os tecidos são facilmente laváveis, apresentando grande vantagem na retenção de corantes quando comparados a qualquer outra fibra vegetal.

A cultura do rami é permanente com duração de cerca de 20 anos. No entanto, uma lavoura média produz cerca de nove anos, contando a partir do segundo ano, com máximos rendimentos entre as idades de três a cinco anos, depois dos quais entra em processos de rendimentos decrescentes. Podem ser feitos até quatro cortes anuais.

A colheita é realizada em duas ou três semanas, após este período as fibras perdem o teor de qualidade. A qualidade e o rendimento de fibra dependem do corte, da variedade da planta e de fatores climáticos. A fibra do rami, pertencente à família das fibras longas, tem em média 150 a 200 centímetros de comprimento (Foto 7), a exemplo do linho, juta, sisal e do cânhamo. Apresenta alta resistência, sendo considerada três vezes superiores à do cânhamo, quatro vezes à do linho e oito vezes à do algodão. O processo de beneficiamento é constituído da descorticação e da desgoma.



Foto 7– Rami em seu último estágio de crescimento – 1964. Devido à fertilidade do solo alguns chegaram a atingir 3,5 m aproximadamente, pessoas de outros lugares às vezes vinham para Uraí só para ver plantação de rami. A média mundial é de dois metros.

Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.

A primeira etapa é feita ainda no campo por meio de máquinas desfibradoras ou descorticadoras (foto 8), sendo as mais utilizadas conhecidas como *piriquitos*, que separam as cascas das hastes. Já a desgomagem é feita nas indústrias via processos químicos. Em termos de processo produtivo, esta cultura apresentava baixo padrão tecnológico, sendo bastante intensiva no uso da mão de obra, da qual exige muito esforço físico. Além disso, a máquina *piriquito* utilizada na sua descorticação era perigosa e ineficiente, redundando na alta incidência de acidentes de trabalho.

Em 1937, uma firma japonesa com sede em Tóquio adquiriu uma área de 400 alqueires para plantar rami (foto 9). A firma, denominada Tóquio Assaito Bosseki K. K., (ou Fiação e Tecelagem Tóquio de Rami S/A) iniciou o ciclo do rami, plantando 200 alqueires.

Essa cultura sofreu oscilações devido à 2ª Guerra Mundial, houve a interrupção da produção e também porque não havia mercado consumidor, portanto passou por sérias crises a ponto de quase chegar à extinção.



Foto 8 – Trabalhadores em conjunto no desfibramento do Rami - 1976 - Eram retiradas as folhas do rami só ficavam as fibras, era nesse momento que os acidentes aconteciam, para aumentar a produção muitos aumentavam a largura da boca da máquina, ficavam sem mão, sem braço, mutilados. Na foto desfibrador “piriquito” e motor Tobata.
Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.



Foto 9 – Planta do rami na época da florada.
Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano – 1964.

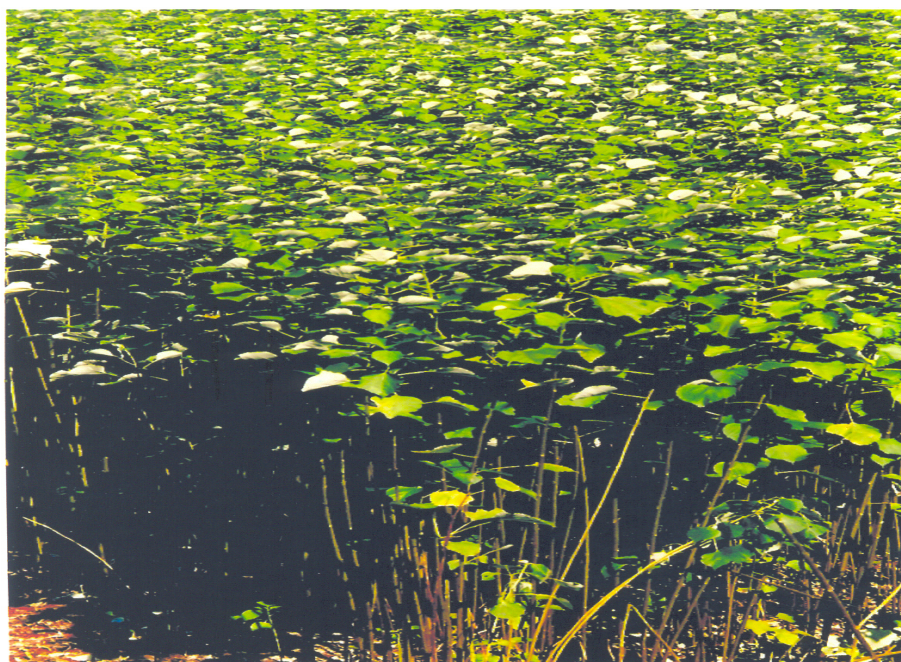


Foto 10 - Rami no ponto da colheita. [1940?].
Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano.

No ano de 1940, a localidade contava com comércio regular, a zona rural contava com grande número de propriedades que produziam nas terras férteis. A foto 10 mostra o rami no ponto de colheita

O município de Uraí foi a primeira localidade do estado do Paraná a cultivar a planta. Em 1940, na Fazenda Pirianito (Foto 11), iniciou-se o enluvo da fibra, com inúmeras utilidades e aplicações.



Foto 11 – 1ª Colheita de rami na Chácara Pirianito (1940), da Tokio Assaito Bosseki KK, fruto do campo experimental, plantado em outubro de 1939.
Fonte: Acervo fotográfico Jorge Takano

Uraí tornou-se então o maior produtor de rami do Brasil, razão pela qual, recebeu o epíteto de “Capital Mundial do Rami” e nesse período teve seu maior índice populacional contando com 24.600 habitantes. A produção era consumida nos mercados internos e externos, principalmente no Japão - maior consumidor.

A família Itimura instalou suas indústrias: CIPRA - Cia. Industrial Paranaense de Rami e Imperial Fibras Indústria e Comércio Ltda. (URAÍ, 1979).

A Cooperativa Agrícola de Cotia operava com o rami desde 1946, cultivado principalmente na Sorocabana. Em 1952, a colheita não passou de 5 toneladas. Enquanto isso, no Paraná, tendo sido plantado em Uraí, obteve rápida difusão da cultura, que logo alcançou Londrina, Maringá, Cambará e Assai.

Logo no primeiro ano de abertura do seu posto de vendas em Londrina, a Cooperativa recebeu 12 toneladas do produto. Com a criação do

Depósito Regional, foi para 18 toneladas. Nessa ocasião é que foram admitidos os cooperados de Uraí, aumentando a importância do município no desenvolvimento da cultura.

A safra da fibra em 1956 foi de 340 toneladas e, em 1958, alcançou 860 toneladas. Em 1959, Uraí contava com 38 cooperados, por isso foi instalado ali principalmente para o recebimento de rami, um sub-depósito regional, ligado ao regional de Londrina.

Em 19 de setembro de 1960, separando-se de Londrina, Uraí passou para a Categoria de Depósito Regional. Nesse dia, foi organizado o Grupo de Produtores de Rami (GP Rami) para estimular a produção da fibra, cuja exportação viria ser suspensa pelo Governo, foi o segundo Grupo de Produtores criado no Paraná.

Com a reabertura das exportações, a produção do rami em 1964 subiu para 2.750 toneladas, com excelentes perspectivas de mercado. Dentro desse propósito, a Cooperativa enviou as Filipinas, para uma viagem de pesquisas, Keizo Hozaka, Presidente do GP Rami, Yoneju Tsunoda, do Departamento de Vendas, e Ruy Kikuti, do Departamento de Fomento Agrícola.

Nos anos de 1976 e 1977, de acordo com o IAPAR (1976), o maior produtor mundial de rami era a China, seguindo-se Brasil e Filipinas. O estado do Paraná liderava a produção brasileira, destacando-se os municípios de Uraí, Assai e Londrina. Parte da produção era consumida no país, principalmente por indústrias de tecidos e barbantes, parte era exportada para o Japão, Itália, França, Suíça e Estados Unidos, entre outros países.

Em 1984, a crise do setor foi interrompida tendo em vista o aumento da demanda mundial e o acréscimo dos preços internacionais. Em consequência, a produção local aumentou e o Brasil passou a ser exportador, segundo a Secretaria de Agricultura do Paraná.

Em 1988, a demanda mundial voltou a cair e os preços internacionais despencaram contribuindo para um completo descolamento da produção nacional e consumo, ou seja, a produção caindo acentuadamente, as importações crescendo e o consumo apresentando ligeira recuperação, principalmente no período 1990/93.

Até 76 foi bão pro rami. Aí 94 já começou a surgir aquela junta, aquele ramim que veio de fora, aí a produção nossa aqui foi caindo, aí todo mundo foi de: desanimado e fora acabou com o rami (...) Uraí chegou a ter 27 mil habitantes e hoje nem tem nem 15. Pessoal foi se:; foi acabado o ramim, todo mundo foi formando a família, foi saindo, uns procurando recurso fora, porque aqui não tinha mais jeito de viver porque acabou o ramim acabou” (M.N.S. (p. 05) ex-trabalhador do rami – Uraí/2006).

Outro fator que colaborou para a desestruturação deste segmento foi o processo de abertura do mercado interno, face à redução das alíquotas de importação dos produtos do setor têxtil. As indústrias locais sentiam a concorrência dos produtores asiáticos, sobretudo da Coreia e da China, como em outros segmentos da cadeia têxtil.

As principais justificativas apontadas para a redução desta cultura no Brasil eram: os produtos chineses colocados no País a preços inferiores ao custo de produção local.

Ressalte-se que além dos baixos salários pagos na China, esta cultura era altamente subsidiada em virtude de ser grande demandadora de mão de obra, [contribuindo dessa forma para o aumento da produção chinesa], diferença entre os custos financeiros interno e externo, facilitando as importações de fibra, fios e tecidos através de financiamentos a prazos superiores a 180 dias, ao passo que o prazo médio das compras internas é praticamente à vista. Além disso, estava ocorrendo uma mudança na sua utilização: de fios mais rústicos (sacarias, cordas) para fios mais nobres (tecidos).

Em consequência, a crise deste setor afetou profundamente as empresas que faziam o beneficiamento do rami, a exemplo da Toyo Sen-I do Brasil, Itimura Têxtil e Carambei - Indústria Têxtil Ltda. que eram as maiores empresas que atuavam neste segmento.

A baixa demanda do produto provocou o abandono das lavouras, sendo poucos os produtores que colheram e estocaram suas safras, e conseqüentemente, elevou o desemprego na região.

Em resumo, os principais problemas enfrentados pelo setor diziam respeito fundamentalmente a baixa qualidade das fibras; monocultura; baixa competitividade do rami, comparado às outras culturas; defasagem tecnológica e tendência de queda da produção.

Também contribuíram para esse quadro os problemas relativos à mão de obra, pois requeria altos esforços físicos, condições precárias de trabalho, elevada quantidade de mão de obra volante sem vínculo empregatício e acidentes de trabalho.

4 O DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE

O atual Distrito de Cruzeiro do Norte (foto 12) surgiu com o advento da ferrovia SPP (São Paulo-Paraná), cuja denominação foi dada a partir da aquisição pela CTNP. Esta ferrovia, no Estado do Paraná, iniciava em Cambará e alcançou até Apucarana no ano de 1942. Em 1932, nascia o povoado de Serra Morena, que seria mais tarde, em 1947, elevado a Distrito Judicial teve o seu nome mudado para Cruzeiro do Norte.



Foto 12 – Núcleo urbano do Distrito de Cruzeiro do Norte. No canto superior esquerdo a igreja e a sua frente a praça. No canto superior direito um prédio comercial.

Fonte: Aldelino Caroano – 2008.

Atraídos pela cultura do café, seus colonizadores povoaram as adjacências da estação ferroviária²⁵ (foto 13), tendo em vista a ausência de qualquer outro meio de transporte.



Foto 13 – A estação no Distrito de Cruzeiro do Norte, em 2008. Atualmente está desativada.

Fonte: Fernando A. Domeze. Distrito de Cruzeiro do Norte. <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/serramorena.htm>.

O Distrito de Cruzeiro do Norte em destaque no mapa 5 localiza-se no extremo oeste do Município de Uraí, aproximadamente 9 km. A sua altitude relativa ao nível do mar é de 533 metros, a área é de 13.358 ha. Sua topografia fica assim distribuída: 5% de terrenos planos, 65% ondulados e o restante montanhoso (foto 14). Seu tipo de solo é Latossolo roxo, com possibilidade de mecanização de

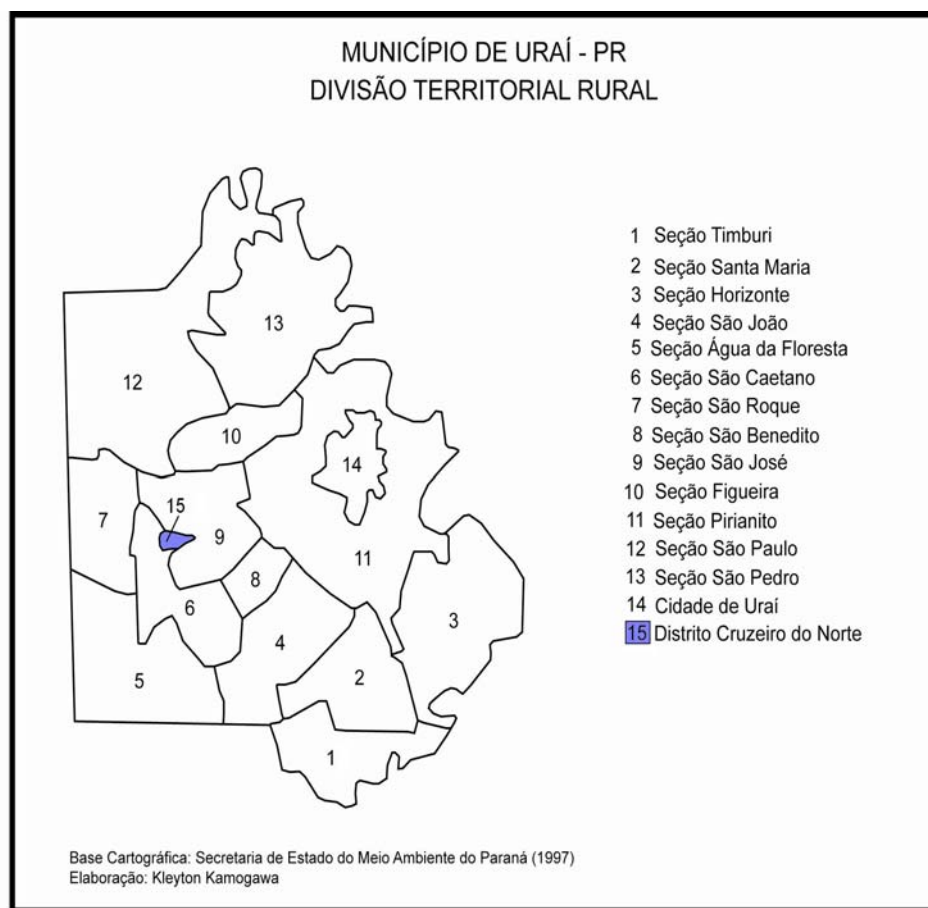
²⁵ A ESTAÇÃO: A estação de Serra Morena foi inaugurada em 1939. Segundo contam Paulino Manfrinato, Antônio Carlos de Toledo Neto e Adélia Grou de Toledo, "Serra Morena é apenas estação. O lugar que lhe corresponde é o bairro Cruzeiro do Norte (um distrito distante 8 km da sede do Município de Uraí), atualmente urbanizado, inclusive ligado à cidade-matriz por via asfaltada. Parte da prosperidade do local se devia a sua produção agrícola (uva, cítricos e cereais destinados a São Paulo). Outro produto lá extraído de ampla pedreira era pedra, fornecida em bruto, média e miúda. Tudo isso movimentava o transporte ferroviário. Todavia, esse bairro era pobre em água. Então, Toledo Neto - chefe de estação ali entre 1967 e 1970, aliás, a sua primeira estação com esse cargo - sugeriu e se empenhou para a solução do problema: conseguiu o fornecimento do líquido vindo do rio Cinzas através de vagão-tanque para abastecer um depósito local e cuja sobra ia para uma cisterna situada em ponto mais elevado. Dessa forma, sentiu-se gratificado pela boa ação praticada em prol da comunidade e por ver reconhecido o seu esforço." <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/serramorena.htm>. Acesso Agosto/2010.

60%, é constituído de 35% de solo argiloso, 45% de argiloso com mistura de cascalho e o restante com maior mistura de cascalho. Oliveira (1999).



Foto 14 – Vista panorâmica do Distrito de Cruzeiro do Norte. A foto retrata a predominância de relevos ondulados na “Serra Morena”. O núcleo urbano do Distrito encontra-se em um fundo de vale. Pode-se notar também no fundo a área agrícola toda ocupada com lavouras e pastagens.

Fonte: Aldelino Caroano – 2008.



Mapa 5 – Localização do Distrito de Cruzeiro do Norte no Município de Uraí/PR
Adaptado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira -2010.

Apesar do relativo progresso, o Distrito é dependente de Uraí, existindo a necessidade de constante deslocamento de sua população para essa cidade. O comércio local não oferece prestação de serviços, pagamento de contas bancárias. O único acesso pavimentado para outras localidades é pelo município de Uraí.

Atualmente o Distrito conta com uma linha de ônibus em dias alternados²⁶, fornecida pela Prefeitura Municipal, um Centro de atendimento à saúde com funcionamento também em dias alternados e, quando necessário, os pacientes são encaminhados para Uraí. Não existe farmácia, por isso também, a dependência em relação à cidade.

²⁶ De acordo com os entrevistados o ônibus é cedido pela prefeitura, por isso só faz o percurso em dias alternados.

O abastecimento de água é regular, o Distrito possui um poço artesiano (foto 15) para abastecer o local, que segundo os entrevistados apresenta problemas nos períodos de maior estiagem o que torna o abastecimento insuficiente para atender a população. Durante esse período o reservatório é abastecido pelo caminhão pipa de Uraí, a situação se torna crítica, pois a população precisa fazer revezamento para utilização da água. Já a energia elétrica atende as necessidades básicas da população.



Foto 15 – Micro Sistema de Abastecimento do Distrito de Cruzeiro do Norte. Poço artesiano que abastece a população do Distrito.
Fonte: Adelino Caroano – 2008.

O Distrito possui somente uma escola que atende a Educação Básica, nos períodos matutino, vespertino e noturno, além de um Centro de Educação Infantil atendido pelo Município.

Em relação à telefonia o Distrito dispõe de ramais telefônicos que atende os usuários da zona rural e da zona urbana, além de um posto de serviço (PS-1) que atende a população em geral, diariamente das 07h00min horas da manhã às 22h00min horas, alguns moradores também possuem acesso à internet via rádio.

Quanto ao mercado e a comercialização dos produtos, há a necessidade de deslocamento da população para outros centros, principalmente para Uraí que conta com uma associação (AUVA) para os produtores venderem

seus produtos a preços competitivos. Desta forma, evita muitas vezes serem lesados pelos intermediários, que procuram tirar proveito dessa situação, levando toda a produção sem garantia de pagamento.

4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE.

O Distrito de Cruzeiro do Norte foi escolhido para este estudo de caso por apresentar um alto índice de fragmentação da propriedade fundiária e um elevado percentual de utilização da força de trabalho familiar.

A população residente neste Distrito apresenta uma situação socioeconômica bastante homogênea, são proprietários privados da terra e utilizam a força de trabalho familiar.

Os dados com a pesquisa “in loco”, indicam que a maior parte das propriedades foi adquirida entre as décadas de 1960 a 1980 (60%). Esse período marca o acelerado desenvolvimento do município de Uraí que esteve alicerçado na cultura do rami, o momento áureo dessa cultura foi entre as décadas de 1960 a 1980 (Gráfico 1).

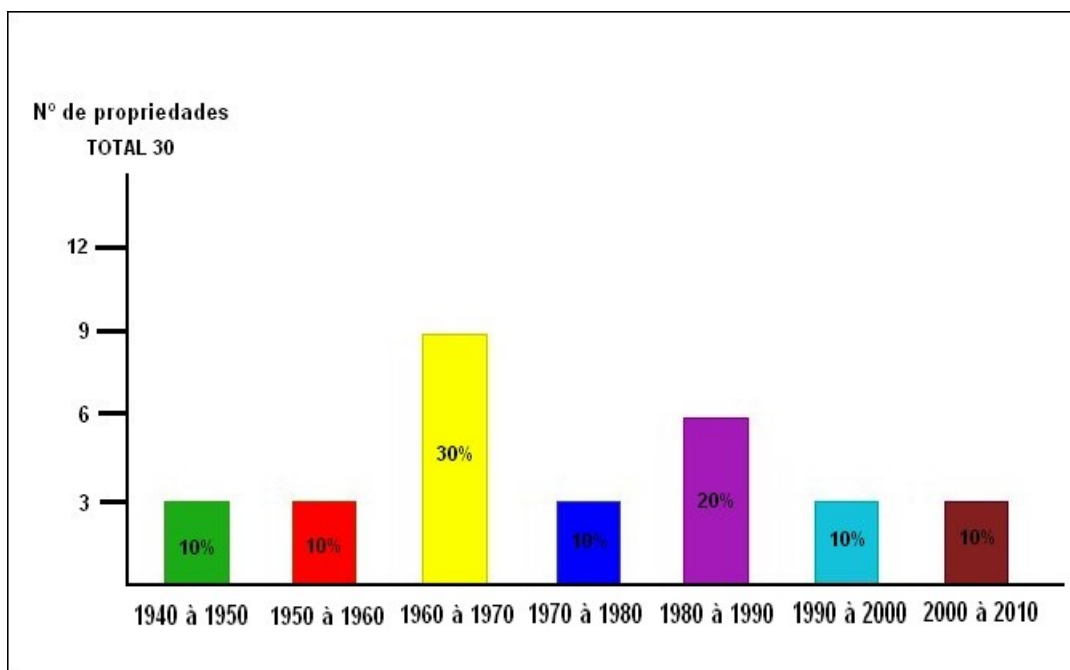


Gráfico 1 – Década de aquisição das propriedades.

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira.

Elaboração Gráfica: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira – 2010.

O município de Uraí tornou-se o maior produtor de rami do país, sendo denominado “Capital Mundial do Rami” e nesse período teve seu maior índice, contando com 24.600 habitantes (Tabela 1).

Uraí, entre as décadas de 1960 e 1980, ostentava prosperidade e organização. O comércio era forte, havia empregos e o dinheiro proveniente, direta ou indiretamente, da cultura do rami movimentava a cidade, os trabalhadores do rami, aplicavam o que ganhavam na compra de lotes de terra. Conforme entrevistas realizadas na época por (OLIVEIRA; ALEGRO; GUSMÃO, 2007) que constam no Artigo: *Uraí, Capital do rami, sob o olhar do Trabalhador: 1960 a 1980*. Os informantes relatam que:

“foi a época que o pinhão ganhou mais dinheiro (...) Uraí teve muita riqueza, Uraí teve aqui quatro, cinco banco, tinha a casa Abe, que era a maior casa que tinha aí, Pernambucanas, Riachuelo, campo de avi/avião. Naquela época tinha dotô João Ribeiro Júnior que ajudava muito Uraí. Então Uraí era bom [enfático], uma maravilha Uraí, (...) Se eu hoje num tenho nada é que eu num sigurei, mas que eu ganhei dinheiro eu ganhei (M.N.S. (p. 06) ex-trabalhador do rami – Uraí/2006).

“tinha um movimento na rua, porque todo mundo tinha dinheiro do rami, criança que nem eu falo, criança ponzava uma caixa de sapato nas costa, descia aí, ó, quando era de tarde tava cum pacote de dinheiro assim, ó, cruzero. (P. F. S (p. 06) ex-trabalhador do rami – Uraí/2006).

Nas famílias, todos trabalhavam, acima de 12 anos, todos trabalhavam, é, e ganhava-se muito bem, desde uma criança que se eles fosse uma criança forte, né, de 12, 13 anos pra cima, que fosse uma criança desenvolvida, trabalhava e ganhava muito bem, uma criança pro ocê tê uma noção, é: uma criança di 12, 13 anos trabalhava e ganhava mais ou menos um salário mínimo. (A. C. R. (p. 15) ex-produtor de rami – Uraí/2006)

Segundo os entrevistados, foi nessa época que a maioria dos proprietários conseguiu comprar sua propriedade conforme mostra o gráfico 6, pois o trabalho no rami era feito por todos os membros da família, até pelas crianças (conforme depoimento). A partir de 1985 essa cultura entra em decadência dando lugar a outras culturas.

4.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE

De acordo com Oliveira (1999), “a estrutura fundiária do Distrito está distribuída num total de 162 propriedades, sendo apenas duas ocupadas por propriedades com mais de 100 hectares e 160, por minifundiários”²⁷. (p.58). A população economicamente ativa está distribuída com 95% no setor primário (agricultura) com grande diversificação de produtos, e 5% no setor terciário (professores e comerciantes), nota-se que a parcela preponderante da renda da população provém da agricultura, uma importante atividade econômica do Distrito.

Os principais produtos agrícolas do Distrito são: café, feijão, soja, milho, trigo, e em grande escala o cultivo da uva. São cultivadas hortaliças para consumo e venda, porém em pequena escala, dentre estes se destacam: quiabo, chuchu, abobrinha e outras variedades. Além da uva outras frutas são produzidas: em menor escala: manga, abacate, banana, maracujá e laranja.

Em relação a pecuária, esta é feita com métodos bastante rudimentares e de forma extensiva, com pequena produção para o consumo. Esse fato está diretamente relacionado com a área das propriedades que dificulta e até mesmo inviabiliza a exploração sustentável dos estabelecimentos com esse tipo de atividade.

Outro fator alegado pelos produtores é em relação a atividade leiteira, que devido às exigências sanitárias atribuídas, os obriga a se adaptarem através da compra de ordenhadeiras e aparelhos de resfriamento do leite, o que aumenta substancialmente os custos finais da produção, tornando inviável a atividade. Conforme ficou claro no relato:

Gostaria de ter uma criação de gado leiteiro para poder vender a produção no Distrito mesmo, porque muitas pessoas compram leite em Uraí, aqui a produção é muito pequena, sem contar os gastos com ração, vacina, todos os cuidados necessários que a lei sanitária

²⁷ Minifúndio: conceito oriundo do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que definia minifúndio como o imóvel rural com dimensão inferior a 1 (um) módulo rural. Por definição, o módulo rural é a área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Com o advento da Lei n.º.746/80, que estava diretamente vinculada ao ITR, o módulo considerado passou a ser o módulo fiscal, estabelecido para cada município e que contempla: o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município e o conceito de propriedade familiar. (INCRA/DC, 1996).

exige (equipamentos para tirar o leite). Mas pra isso precisava ter uma área de terra maior com pastagem pro gado, capital para comprar tudo que precisa e só com 2,42 ha fica difícil produzir alguma coisa. (J. C. G. Distrito de Cruzeiro do Norte/2009).

A família do Sr. J. C. G. é uma das pioneiras no Distrito; a área total que o avô e o seu pai conseguiram adquirir ficava em torno de 121 hectares, segundo ele adquiridos da própria companhia colonizadora. O avô comprou as terras e depois dividiu entre os filhos, ficando cada um com uma parte equivalente. Mas a família ficou numerosa, houve novamente uma divisão nas terras agora entre os netos. Desta divisão surgiram outras propriedades daqueles que venderam suas terras a outras pessoas. Da família apenas o Sr. J.C.G. permaneceu no Distrito.

Por meio dos relatos que fizeram sobre o tamanho das propriedades pode-se supor que no Distrito a terra vendida pela companhia colonizadora foi sendo dividida entre os membros das famílias, que muitas vezes com o falecimento do chefe da família vendia parte da propriedade. É, portanto a partir deste momento que se intensifica o aparecimento das pequenas propriedades.

Entre os agricultores familiares analisados um número significativo é proprietário de um lote menor que 10 ha. De acordo com a tabela 6, 76,68% possuem área inferior a 20 hectares, ou seja, 23 propriedades. Dessa forma, é possível observar que as unidades produtivas de até 20 hectares são bastante significativas.

Analisando a tabela 6 de classes de área e área total observa-se que as propriedades de 10 até 50 hectares representam 43,34% do total e ocupam uma área de 271,47 hectares, ou seja, 59,93% da área total. Ainda, as propriedades com mais de 50 hectares representam 6,66% do total, mas ocupa 107,69 ha. da área total, o que representa 23,78% da área de estudo. Isso indica a predominância de propriedades abaixo do módulo fiscal²⁸ do município, que neste caso é 18 ha. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Ficando assim expresso:

²⁸ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar.

Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. Média Propriedade - o imóvel rural de área de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do Pronaf (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais).

Tabela 6 – Classes de área e área total

Classe de Área (ha.)	Nº. de propriedades	%	Área total (ha.)	%
Até 10	15	50,00	73,82	16,29
10 a 20	08	26,68	112,54	24,85
20 a 30	03	10,00	69,40	15,32
30 a 50	02	06,66	89,55	19,76
50 a 100	02	06,66	107,69	23,78
Total	30	100	453	100

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR (julho/dez de 2009).

Segundo dados da pesquisa de campo, das 30 famílias entrevistadas, todas detêm a propriedade privada da terra, sendo que três famílias (10%) trabalham com arrendatários e seis (20%), com parceria. Esta aquisição deu-se através da compra direta e da transmissão por herança (Tabela 07).

Dessa forma a propriedade da terra aparece como determinante da autonomia do pequeno proprietário, que de posse da terra consegue ter controle do processo produtivo. Conforme OLIVEIRA (1995, p.70),

[...] a propriedade da terra – é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; [...]

Os agricultores do Distrito estão inseridos no processo de produção na condição de proprietários ou parceiros²⁹. Essa última condição é em relação à posição dos sujeitos no grupo de parentesco (pais e filhos).

Tabela 7 – Forma de obtenção das terras do produtor do Distrito de Cruzeiro do Norte.

Forma de aquisição	nº.de propriedades	%
Compra	21	70
Herança	06	20
Herança e compra	03	10
Total	20	100

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Diante disso verifica-se que a terra ainda é o meio de produção fundamental para o produtor familiar do Distrito de Cruzeiro do Norte, pois a maior parte adquiriu a propriedade privada da terra através da compra (70%), outros receberam por herança (20%), e ainda há os que compraram terras com o propósito de aumentar a área recebida na herança, (10%), (tabela 7). Conforme Tavares dos Santos (1984, p.48 e 49),

Em qualquer dos casos, [...] foi preciso investir uma soma de dinheiro para pagar o preço da terra, isto é, a renda territorial capitalizada (uma vez que a terra não tem valor, pois não é trabalho humano). [...] Na medida em que a propriedade privada da terra constitui um dos elementos da produção camponesa, resulta daí a possibilidade de haver a geração de uma renda da terra.

Sob esse ponto de vista Tavares dos Santos (1984) completa que

“desde logo, existe a formação de uma renda absoluta da terra, visto que é a propriedade privada territorial mesma que engendra a renda da terra. O monopólio privado do solo [...]” Os produtores utilizam a terra como um fator de produção que é fundamentalmente voltada para a venda, retirando poucos produtos para sua subsistência, ou seja, o excedente converte-se em renda da terra.

²⁹ Os filhos mantêm-se trabalhando na propriedade paterna sob o regime de parceria, com isso, segundo o IBGE, há mais de um estabelecimento na mesma propriedade.

A renda da terra, já amplamente analisada por diversos estudiosos da questão agrária, e em especial pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que explica bem as conseqüências da propriedade privada da terra e do direito/concessão de produzir através dela.

A renda da terra pode ser pré-capitalista ou capitalista. No primeiro caso, a renda da terra é apropriada através de trabalho, produto ou dinheiro que o proprietário cobra de terceiros pela concessão do direito de produzirem através de suas terras. No segundo caso, da renda da terra capitalista, ela é extraída quando o proprietário se apropria da mais valia dos trabalhadores empregados na produção em suas terras, “ela é a sobra acima do lucro [...] é uma fração da mais valia.” (OLIVEIRA, 2007).

Utilizando como referência as unidades produtivas familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte, podemos ressaltar que a fertilidade e a composição do solo, bem como sua topografia e o clima predominante têm influência na produção e afetam a qualidade e a quantidade dos produtos cultivados.

A outra causa da renda diferencial citada por Tavares dos Santos (1984), “é a proximidade dos mercados”, que também afeta positivamente os produtores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte, que favorece maior rapidez de colocação do produto para comercialização e pagamento de menores fretes para o transporte da mesma (pois o pagamento é feito por combustível utilizado e quilometragem rodada).

Sintetizando essa questão e ainda de acordo com o mesmo autor pode-se assinalar que no processo de trabalho nas unidades produtivas familiares forma-se uma renda da terra: seja ela oriunda da própria propriedade territorial privada e expressa no preço da terra (renda absoluta), seja ela a renda diferencial, provinda da fertilidade diversa do solo e/ou da situação em relação aos mercados.

De acordo com Tavares dos Santos (1984) “Todavia, se há uma geração de uma renda da terra no processo de trabalho [...], isso não significa que ela seja apropriada pelo mesmo”. Portanto, continua,

“Ele é um produtor simples de mercadorias e, sendo a composição de valor do seu produto marcada por uma predominância de trabalho vivo, sua posição em um mercado capitalista, onde tem vigência um preço de produção social médio, será subordinada. Em outras palavras, o valor do produto camponês somente será realizado parcialmente para o próprio camponês, retornando a ele em forma de

dinheiro apenas parcialmente; isso porque os preços de mercado não cobrem o valor do seu produto. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.51).

Conseqüentemente a renda territorial tende a ser apropriada pelo capital industrial, renda essa gerada no processo de trabalho e incorporada ao sobre trabalho familiar.

Observa-se também que houve uma estagnação na aquisição de mais terras para ampliar as propriedades, isto, de acordo com os entrevistados é conseqüência dos altos custos de produção e pouca margem de lucro, aliado aos produtos que são entregues para intermediários que não pagam a mercadoria, principalmente a uva. A pesquisa revela que a terra ainda é o meio fundamental de produção da força de trabalho familiar.

Em relação à residência do produtor que dirige a propriedade, a tabela 8 mostra que 60% residem na propriedade, 20% no Distrito e 20% no Município de Uraí, estes apesar de não morarem na propriedade estão constantemente nela.

Tabela 8 - Residência do produtor que dirige a propriedade.

Na propriedade	No Distrito	No Município
18	06	06
60%	20%	20%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

De acordo com as entrevistas a opção de sair da propriedade foi do proprietário, em alguns casos para facilitar a vida dos filhos que estudam em outros municípios, alguns por falta de recursos e infra-estrutura para residir na propriedade.

Como o próprio Sr. G. L. O. afirmou:

“Não pretendo que meus filhos permaneçam na propriedade. Quero que estudem e tenham uma profissão para poder administrar a propriedade, mas sem depender dela. Que não seja sua principal fonte de renda, pois esse trabalho não é valorizado.” (expressão informal verbal).

Os proprietários que optaram por residir em outro local se deslocam diariamente até a propriedade para trabalhar. Mesmo acreditando que o campo é a melhor opção de moradia, dos produtores entrevistados, alguns gostariam que seus filhos estudassem e fossem trabalhar na cidade, insatisfeitos com a falta de incentivos dados ao pequeno agricultor por parte do governo.

4.3 PERFIL DOS PRODUTORES E O USO DA TERRA DO DISTRITO

4.3.1 A Família e a Atuação no Trabalho Rural

Nos inúmeros contatos realizados durante o trabalho de campo constatamos que a família é geralmente composta por um conjunto diverso de pessoas, ou seja, a estrutura familiar é bem heterogênea³⁰.

Além do núcleo familiar (pais e filhos), convivem em uma mesma casa agregados como avós, enteados, sobrinhos, etc., que contribuem na renda familiar. É o caso específico dos avós aposentados. De acordo com os dados da tabela 8, (60%) desses produtores moram na propriedade.

Em relação a procedência dos produtores, cinco nasceram no Município Uraí, três afirmaram ter origem em outros municípios do Estado do Paraná (Santa Mariana, Assai e Bandeirantes) e, 21 têm sua origem ligada a outros Estados da Federação, sendo 09 de Minas Gerais e 12 de São Paulo. Cabe ressaltar que apenas um produtor afirmou ter nascido em outro país (Japão). (Gráfico 2)

³⁰ É um grupo social que ocupa uma mesma propriedade, não necessariamente a mesma habitação, cujos indivíduos estão ligados entre si, principalmente através de um bem comum, qual seja a unidade familiar de produção e também através de laços de parentesco.

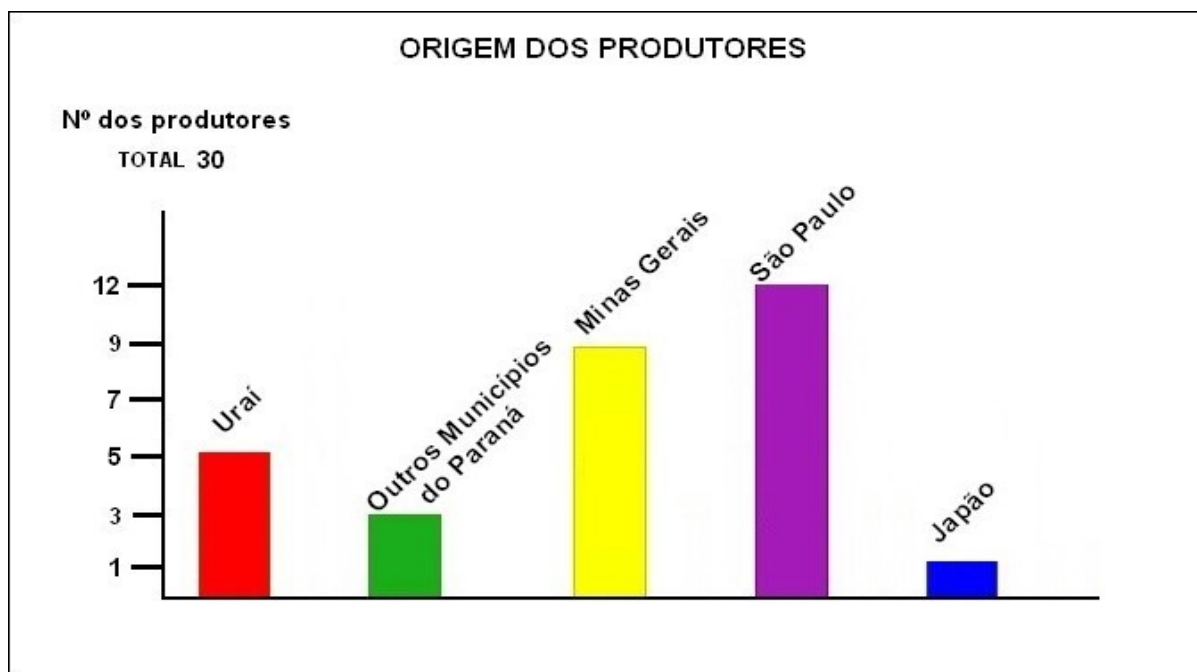


Gráfico 2 – Local de Origem dos produtores do Distrito de Cruzeiro do Norte.

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira – 2010.

Elaboração Gráfica: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira – 2010.

Em relação a faixa etária dos produtores familiares pesquisados. Observa-se que do total de produtores abordados na pesquisa, apenas 20% têm idade inferior a 50 anos. Os produtores com idade entre 51 e 60 anos contabilizam 30% e os produtores entre 61 e 70 anos representam 1/3 do total de pesquisados. Dentre os produtores com idade entre 71 e 80 anos tem-se 13,33% do total; e apenas 3,33% dos produtores com idade acima de 80 anos.

a maioria (19) dos produtores possui entre 50 e 70 anos de idade. Apenas seis produtores possuem menos de 50 anos e um possui mais de 80 anos (Gráfico 3).

Com base nos dados obtidos e analisados podemos afirmar que em relação aos produtores pesquisados no Distrito de Cruzeiro do Norte está ocorrendo o seu envelhecimento, ou seja, um número significativo de produtores abordados na pesquisa (63,3%), tem entre 51 e 70 anos; e cinco (16,66%) têm idade superior a 71 anos.

A questão do envelhecimento dos produtores nos remete a um elemento importante para entendermos a questão da aposentadoria. Do total de produtores investigados, 14 são aposentados, ou seja, contam com a aposentadoria

para a complementação de suas rendas. O depoimento a seguir deixa claro esta situação.

Fiquei viúva muito nova, com três filhos pequenos para sustentar, dependia só da lavoura. Há 37 anos atrás consegui comprar uma chácara trabalhando como professora primária e na lavoura. Hoje já não posso mais trabalhar tanto na lavoura, “estou velha”, minha filha não quer nem saber da roça, então por isso a lavoura não dá nem para pagar as despesas, vivo apenas da minha aposentadoria que está ficando cada vez mais defasada. Mas não vendo minha propriedade por dinheiro nenhum. (J. C. G. 70 anos) – (expressão informal verbal)

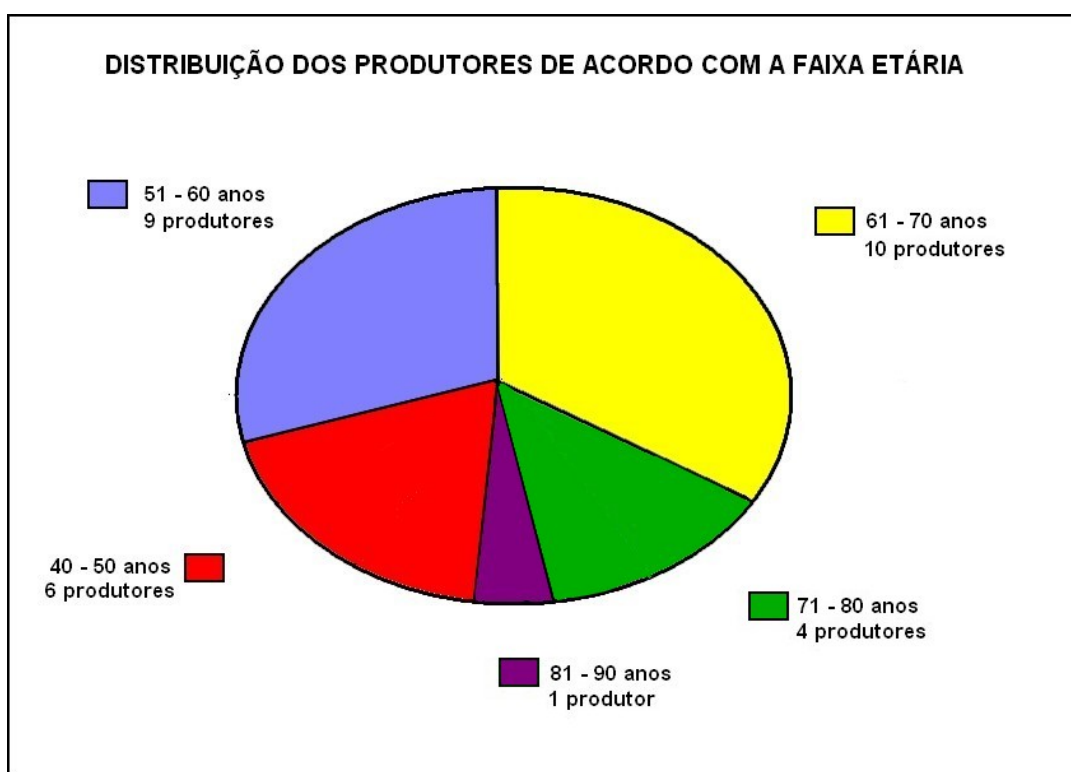


Gráfico 3 – Distribuição dos produtores de acordo com a faixa etária.

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira.

Elaboração Gráfica: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira – 2010.

Quanto às perspectivas para a continuidade da agricultura familiar, por meio dos filhos, verificamos que os resultados apresentados na pesquisa de campo realizada no Distrito de Cruzeiro do Norte não são nada favoráveis.

O número de filhos por casal (tabela 9), em média de dois a três filhos, verificada na área de estudo, aliada à falta de perspectiva destes, anulam as

possibilidades da continuidade da atividade agrícola familiar pelas próximas gerações.

Os filhos dos produtores não pretendem permanecer no campo, devido a poucas perspectivas de trabalho. Acreditam que a saída do campo lhes proporcionará uma qualidade de vida melhor através da realização de trabalhos na cidade. Para eles na cidade tudo é mais prático e produtivo, como o acesso ao estudo e à assistência médica.

Tabela 9 – Número de filhos por casal

Filhos	Número de produtores
Nenhum	-
01 a 02	12
03 a 05	15
Mais de 05	03
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Quanto ao nível de escolaridade na tabela 10, percebe-se que uma parcela significativa dos membros da família não possui o Ensino Fundamental completo, nem conseguiram concluir a 1ª à 4ª série. Os argumentos para essa situação apresentam características diferenciadas: cansaço devido à jornada de trabalho muitas vezes extenuante, necessidade emergente de trabalho, falta de motivação dos pais para que os filhos permaneçam na escola, distância da escola, entre outros.

Tabela 10 – Nível de Escolaridade

ESCOLARIDADE	INCOMPLETO	COMPLETO
ENS. FUND. I	38	-
ENS. FUND. II	18	-
ENSINO MÉDIO	17	06
GRADUAÇÃO	04	05
PÓS-GRADUAÇÃO	-	05
SEM INSTRUÇÃO	16	-

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Embora compreendam sobre a importância do estudo e o que ele pode proporcionar sentem-se impossibilitados pelas circunstâncias de suas vidas, que lhes impuseram, ou seja, optar entre trabalho e estudo, em que o primeiro para muitos é o mais necessário para o momento.

Em relação às atribuições da mulher é o trabalho doméstico – cuidar dos filhos, cozinhar e arrumar a casa – que fica exclusivamente sob sua responsabilidade, atua também em atividades consideradas como simples extensão da casa, cuidar da horta e dos animais, além de trabalhar na lavoura durante o ciclo agrícola, principalmente na viticultura.

A intensidade de trabalho na lavoura depende do ciclo produtivo das culturas: a produção da uva, por exemplo, altera constantemente a intensidade do processo produtivo. O serviço na lavoura, de maneira geral, fica ao encargo do casal e dos filhos mais velhos – a partir dos 14 anos de idade – o que contribui para diminuir os afazeres da mulher, podendo esta se dedicar mais aos afazeres domésticos.

Os filhos do sexo masculino na família constituem-se em um fator de importância para a liberação da mão de obra feminina da lavoura para os afazeres domésticos. Para (TAVARES DOS SANTOS 1984, p.33 e 34)

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o

momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família [...]

A divisão de trabalho cria dessa forma uma área de atuação exclusiva para o homem e para a mulher, voltado para o funcionamento da unidade de produção; os afazeres masculinos aparecem nas atividades que exigem força braçal e também que dependem de um contato com o meio externo: a comercialização da produção. Restrita muitas vezes à casa, a mulher tem quase toda a sua atuação voltada para as tarefas domésticas, mas isso não impede que contribua nos momentos críticos de trabalho na lavoura.

A cooperação está na forma de trabalho coletivo, a distribuição das tarefas de acordo com a capacidade laborativa de cada um, dentro de um mesmo processo de produção, no caso específico – a uva. Já os filhos quando casam começam a se desligar da unidade de produção dos pais, e alguns preferem permanecer na propriedade e formam com os pais e irmãos solteiros uma unidade de moradia e trabalho dando ao pai uma porcentagem (50%) do valor líquido da produção pelo uso da terra.

A tabela 11 mostra a forte presença de agregação de rendas externas entre os agricultores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte, pois 43,34% das unidades produtivas são oriundas principalmente da aposentadoria.

Foi observado que em apenas seis delas não ocorre qualquer fonte de renda externa à propriedade, sendo sua única fonte de renda aquela proveniente da produção agrícola. O papel de complementaridade da renda da família constitui-se para os proprietários entrevistados como uma estratégia de permanência no campo.

Tabela 11 – Fontes de renda de recursos externos

Tipo de Recurso	Unidade Produtiva	Nº. de pessoas	%
Aposentadoria	13	35	43,34
Bolsa Família	02	09	6,66
Aposentadoria e Bolsa Família	02	-	6,66
Trabalho acessório ³¹	07	-	23,34
Nenhum	06		20
TOTAL	30	-	100

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Além disso, muitas das atividades antigas utilizadas pela família rural, que antes não tinham um caráter econômico, hoje se tornaram economicamente importantes. Atividades como a piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, fabricação de conservas, pesque-pagues (foto 16), entre outras, acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Esses trabalhos geralmente empregam os membros das famílias residentes nas propriedades rurais vizinhas, principalmente nas épocas em que as tarefas agrícolas são menos intensas e exige menos mão de obra.

Para Tavares dos Santos (1984) “a transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado é fonte de renda monetária que suplementa o rendimento obtido com a venda da uva”.

³¹ Quando isso ocorre dá-se a transformação do camponês em trabalhador assalariado, recebendo por jornada de trabalho [...] o camponês passa a ser assalariado temporário de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas. (TAVARES DOS SANTOS 1984, p. 38).



Foto 16 – Área formada para um pesque-pague com várias represas (frente) – no fundo, atividade diversificada com plantação de repolho e quiabo. Pode-se observar acentuada declividade do terreno.

Local: Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

4.3.2 Características das Propriedades e o uso da Terra

Para caracterizarmos as propriedades, analisamos as informações obtidas no trabalho de campo, observamos principalmente as condições e o tipo de moradia, principal atividade econômica realizada na unidade produtiva, tipos de maquinários utilizados, infra-estrutura da propriedade, forma de acesso a terra, lavouras cultivadas, mão de obra utilizada e nível tecnológico.

De acordo com a tabela 12 - Uso e ocupação do solo nota-se a predominância do cultivo de uva, (foto 17) “carro-chefe” nas unidades familiares (100%). Notamos também a diversificação, sendo que todos que produzem a uva em suas propriedades também cultivam outros produtos para a comercialização, tais como: verduras, cereais e outros tipos de frutas.



Foto 17 – Produtor familiar de 84 anos trabalhando na colheita da uva. Uva Itália pronta para colheita. Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

Nos relatos dos entrevistados notamos que a diversificação se tornou uma necessidade, uma maneira de diluir os riscos e aumentar a renda familiar. Observamos na tabela 12, que 100% sempre cultivaram a mesma cultura (uva), cuja alegação maior se evidenciou no tamanho de suas propriedades e pouca disponibilidade de mão de obra. Dos agricultores familiares (100%) possui uma produção diversificada, sendo esse sistema mais freqüente no valor bruto da produção.

Tabela 12 – Uso e ocupação do solo do Distrito de Cruzeiro do Norte.

Atividades	UNIDADES PRODUTIVAS	%
UVA E VERDURA	15	50
UVA E CEREAIS	07	23,34
UVA E OUTRAS FRUTAS	06	20
UVA/AVICULTURA	01	3,33
UVA/PISCICULTURA/VERDURA	01	3.33
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Segundo informações coletadas nas entrevistas, concomitante a grande diversificação de culturas no Distrito de Cruzeiro do Norte, a produção de uva de mesa começa a ser cultivada na década de 60. Mas, foi só a partir de 1970 que os resultados começaram a ser maiores.

Atualmente, tornou-se uma das principais alternativas de renda não só para o produtor familiar do Distrito de Cruzeiro do Norte, mas também no município. Esta cultura emprega desde mão de obra familiar até a contratada, permanente e temporariamente, contribuindo para reter maior número de famílias no campo. Existe ainda, o predomínio nesta atividade do chamado porcentageiro³², que ocorre quando a família proprietária não possui mão de obra suficiente para a realização das tarefas exigidas no cultivo da uva.

O Distrito atualmente é bastante diversificado em termos de produtos destinados à venda. Nesta área podem ser observadas culturas como: tomate rasteiro, mandioca, maracujá, jiló, berinjela, abobrinha, vagem, pimentão, pimenta, milho verde, quiabo, laranja e principalmente a uva – presente em todas as propriedades. A produção animal voltada basicamente para o consumo é constituída de gado leiteiro (foto 18), gado de corte (pequenas criações) e granja de frangos. A Foto 19 mostra algumas destas culturas produzidas em áreas que variam de 2,42 a 5 ha.



Foto 18 – Gado leiteiro para consumo e venda do excedente. A área desta propriedade é 9 ha., com cultura diversificada (quiabo, maracujá, laranja), além de área para pastagem.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira.

³² De acordo com informações dadas pelos viticultores durante as entrevistas, porcentageiro é a pessoa que cuida da videira e recebe um percentual dos rendimentos no final da safra, porém o porcentageiro não tem participação nem na compra dos insumos (despesas) e nem na comercialização do produto. Na realidade trata-se de uma mão de obra assalariada, cuja remuneração é feita de acordo com o rendimento do seu trabalho.






 <p>07/04/2010 08:22 PM</p>	
Maracujá	Berinjela
	 <p>07/04/2010 10:41 PM</p>
Pimenta	Quiabo
	
Repolho e alface	Laranja

Foto19 – Atividades agrícolas mais comuns entre os agricultores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira – 2009.

No caso da produção animal, a granja que existe no Distrito faz parte de uma integração entre agricultor e agroindústria (Seara). No caso de frangos de engorda a agroindústria fornece o pintinho, a ração, toda a orientação técnica de veterinário para o manejo, e o agricultor se encarrega da mão-de-obra e toda a infraestrutura da granja, (foto 20).

Segundo o produtor P. R. P.

“é uma das maiores dificuldades enfrentadas (falta de mão de obra especializada). Outro problema enfrentado neste caso é a falta de energia que aumenta o índice de mortalidade dos frangos, devido a refrigeração do local. A granja demanda pouca mão de obra, porém o serviço é constante (dia e noite), mas o retorno é razoável, dá para cobrir os investimentos”.

Além da engorda do frango o produtor consegue retirar a cama de frango para venda, o que lhe garante uma renda a mais, na verdade, o que dá sustento às granjas é a cama de frango, pois se não ficassem com ela a atividade seria inviável.

Quanto ao nível tecnológico a granja é bem equipada, são automatizadas e apenas nos primeiros 15 dias de vida do pintinho a ração é colocada manualmente, depois deste tempo, o serviço é mecanizado.



Foto 20 – Infra-estrutura da propriedade - Barracão automatizado para criação de frango.

Local: Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

Quanto ao nível tecnológico verificamos no gráfico 4 que o número de tratores e pulverizadores mecanizados praticamente é representado por uma unidade para cada propriedade.

Em relação aos dados do gráfico 4, estes ainda demonstram que predomina a utilização de maquinários de tração mecânica (trator, pulverizador mecanizado) nas unidades de produção familiar. O que constatamos também é o uso de irrigação em 70% das unidades produtivas familiares, principalmente na produção de uva e de verduras.

Pelo que podemos notar as condições de acesso à tecnologia das unidades produtivas familiares analisadas é relativamente baixa estando presente em poucas propriedades. Diante do exposto fica claro que as famílias estudadas são proprietárias não só da terra como também dos outros meios de produção, o que simultaneamente facilitou nas tarefas agrícolas. Entretanto, a maioria dos produtores da área de estudo utiliza hoje técnicas tradicionais de produção, tais como: arado tratorizado, pulverizador mecanizado (foto 21), plantadeira, etc.

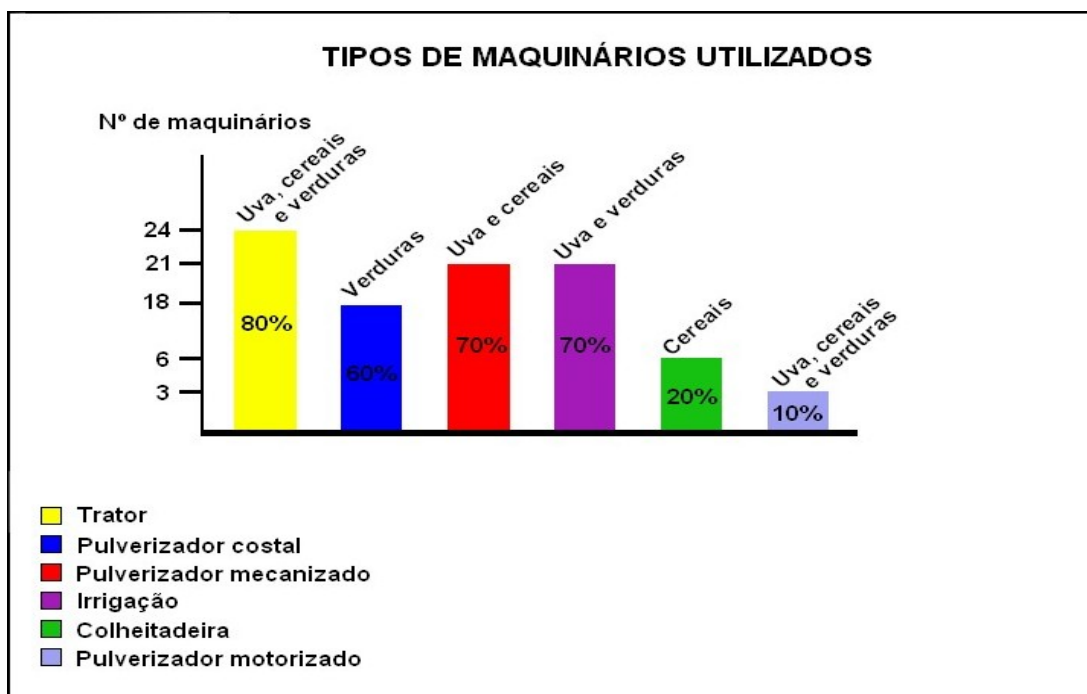


Gráfico 4 – Tipos de maquinários utilizados segundo as diferentes lavouras de Cruzeiro do Norte.

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira.

Elaboração gráfica: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira – 2010.



Foto 21: Tanque de pulverização mecanizada. Ao lado plantação de tomate cereja. Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

Apenas 09 dos produtores estudados investiram em novas tecnologias nas últimas safras, o que representa 30% dos mesmos, sendo que os principais destinos dos investimentos realizados foram em relação a formação e renovação das plantações e aquisição de equipamentos e insumos utilizados na lavoura.

Nota-se que houve pouco investimento tecnológico nas últimas safras por parte dos produtores que alegam falta de recursos financeiros para tal finalidade.

Observa-se que não houve alteração no padrão tecnológico das unidades de produção familiar pesquisadas, ou seja, continua sendo praticado o sistema convencional em todas as atividades agrícolas. Os gastos maiores são com a compra de adubos e agrotóxicos para a cultura da uva.

Quanto às benfeitorias, as casas em sua maioria são de alvenaria, e as poucas casas de madeira estão em ótimo estado de conservação (Foto 22). Vários produtores possuem mais de uma casa na propriedade, onde residem filhos ou agregados. Nas propriedades pode ser vistos a existência de curral, do terreiro de café, galpão para guardar implementos, etc., (Foto 23).



Foto 22 – Moradia rural do Distrito de Cruzeiro do Norte, (à esquerda: exemplo de casa de madeira; e, à direita: tipo de residência de alvenaria).

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira – pesquisa de campo/2009.



Foto 23 – Ao fundo galpão para guardar máquinas e equipamentos agrícolas da propriedade, além dos insumos utilizados. À frente terreiro de café. Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

Em relação à água encanada somente 40% tem acesso, 50% possuem poço-artesiano, apenas três proprietários possuem poço semi-artesiano (10%), já em relação à energia elétrica 80%.

De maneira geral os produtores da área de estudo possuem uma boa infra-estrutura na propriedade, conforme se observa na tabela 13.

Tabela 13 – Infra-estrutura das Unidades Produtivas Familiares.

Infra-estrutura	Propriedades	%
Água encanada	12	40%
Poço artesiano	15	50%
Energia elétrica	24	80%
TV	24	80%
Geladeira	24	80%
Fogão a gás	24	80%
Máquina de lavar	21	70%
Aparelho de som	15	50%
Automóvel	20	60%
Moto	12	40%
Computador	09	30%
Antena parabólica	06	20%
Poço semi-artesiano	03	10%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Em torno de 80% dos produtores tem acesso aos principais eletrodomésticos considerados necessários (geladeira e fogão). Esses indicadores servem como parâmetro para avaliar o perfil econômico e as condições de vida do agricultor familiar. Dois terços possuem carro e 40% motos, o que demonstra que o ambiente em que esses sujeitos sociais se reproduzem é muito mais favorável que o das periferias dos centros urbanos. O caráter social é mais um dos fatores que justifica o fortalecimento da agricultura familiar, como forma de fixar o agricultor no campo.

Tabela 14 – Preço estimado das terras pelos produtores entrevistados no Distrito de Cruzeiro do Norte.

Valor aproximado (R\$)	UPF	%
De 10.000 à 15.000	15	50%
De 15.000 à 20.000	09	30%
De 20.000 à 50.000	03	10%
Não sabe	03	10%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

O preço da terra segundo alguns produtores é devido aos investimentos em benfeitorias e também na diversificação da produção, mas esses dados estão diretamente ligados ao fato de não pretenderem vender a propriedade (Tabela 14).

Podemos assinalar que a reposição dos meios de produção, a cada ciclo agrícola, é feita através de recursos próprios (70%), e financiamentos mais recursos próprios (30%), demonstrando assim, que os proprietários de Cruzeiro do Norte quase não contraem empréstimos junto ao banco tanto para custeio como para investimentos (tabela 15).

Mesmo tendo conhecimento sobre o programa de apoio ao agricultor familiar via crédito rural (PRONAF), disponibilizado pelo governo federal, percebe-se que os produtores têm receio em obter estes créditos e não conseguir efetuar o pagamento.

Assim, o financiamento rural é uma prática quase inexistente junto aos produtores analisados, apenas 04 deles declarou possuir financiamento (PRONAF), os outros, não possuem por medo de contrair uma dívida, ou por não conseguirem fazer o financiamento devido aos trâmites burocráticos. As dificuldades decorrentes desta carência são óbvias: equipamentos tradicionais. Nesta situação a estratégia é gerar maior renda por ha., com maior diversificação da produção para diminuir riscos.

Tabela 15 – Formas de aquisição dos maquinários utilizados

FORMA DE AQUISIÇÃO	UNIDADES PRODUTIVAS	%
Recursos Próprios	21	70%
Financiamentos	03	10%
Recursos Próprios e Financiamento	06	20%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Em praticamente todos os sistemas e regiões, os problemas enfrentados pelos agricultores familiares estão associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos em implementos agrícolas.

Mesmo com estratégias que visam reduzir riscos esses agricultores necessitam de recursos para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável.

Com os agricultores do Distrito de Cruzeiro do Norte não é diferente, pois a ausência de recursos foi notada na precariedade dos equipamentos, que impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar, principalmente na capacidade de se manter competitiva em um mercado cada vez mais exigente. De acordo com (BUAINAIN; ROMERO; GUANZIROLI, 2003, p. 329), “Assistência técnica e comercialização, são fundamentais para a viabilidade dos sistemas produtivos”.

Refletindo sobre o que foi exposto pelos autores os problemas enfrentados pelo segmento de produtores rurais familiares foi duramente atingido pelas políticas de modernização da indústria e principalmente pela insuficiência de políticas públicas voltadas para subsidiar a produção familiar, em particular programas de crédito específicos para esse setor. Alguns sistemas enfrentam ainda problemas de mão de obra. Quanto a esta restrição os autores associam quatro fatores:

intensificação do uso do fator trabalho à medida que os sistemas se tornam mais complexos e integrados aos mercados agroindustriais; tamanho da família e da mão de obra familiar disponível; tecnologia inadequada para as necessidades da agricultura familiar e/ou inviável

economicamente; falhas no mercado de trabalho local. (BUAINAIN, ROMERO; GUANZIROLI, 2003, p. 331).

Nota-se que os produtores do Distrito de Cruzeiro do Norte não assumem os créditos rurais com receio de perder sua propriedade por não efetuar o pagamento do mesmo, sendo que a propriedade é seu único patrimônio familiar.

4.4 RELAÇÕES DE TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE

Segundo levantamento feito no trabalho de campo, os produtores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte utilizam de forma intensiva a força de trabalho familiar (foto 24).

Observamos também que 50% da mão de obra utilizada nas unidades de produção familiar é formada por temporários procedentes do Distrito de Cruzeiro do Norte. Essa situação justifica-se pela atividade predominante desenvolvida – a viticultura³³ que requer grande volume de mão de obra, porém não continuamente. Quanto à mão de obra contratada, a pesquisa identificou somente dois tipos de vínculos de trabalho: o trabalhador rural temporário e o permanente com carteira assinada.

Na tabela 16 podemos perceber que a contratação de mão de obra é uma prática de relativa importância. Em todas as categorias de produtores, o trabalhador temporário é o principal tipo de mão de obra contratada (50%), cuja demanda está na época em que a colheita é realizada quase que ininterruptamente.

Nesse sentido Tavares dos Santos (1984, p.34) ao estudar os viticultores no Rio Grande do Sul, observa que

a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção – o trabalho acessório e o trabalho assalariado – na unidade produtiva camponesa. [...].

³³ A viticultura será trabalhada em um item separado, devido a sua especificidade nos tratos culturais e a respectiva utilização de mão de obra.

Tabela 16 – Pessoal ocupado no estabelecimento.

Mão de obra Familiar	Mão de obra Permanente	Mão de obra Temporária	Mão de obra de Parceiros
30	09	15	06
100%	30%	50%	20%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Constatamos em algumas entrevistas que a força de trabalho necessária para desenvolver as atividades agrícolas, principalmente para preparar a terra e na colheita é complementada com a ajuda dos vizinhos, essa ajuda aparece em forma de mutirão (troca de dias de serviço). Como mencionado anteriormente envolve a presença de relações não-capitalistas de produção.



Foto 24 – Produção de pimenta com 2,42 hectares administrada por uma proprietária. Esta atividade conta apenas com a mão de obra familiar numa propriedade de 9,68 hectares. Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

Ainda, de acordo com o referido autor, “é feito com a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola”, (que no caso da área de estudo

seria na raliação e na colheita da uva que demanda maior mão de obra). Para completar a análise precedente,

[...] uma família solicita a ajuda dos vizinhos, que vem em grupo realizar a tarefa. Deste modo, famílias inteiras se auxiliam mutuamente, por exemplo, na colheita da uva, quando várias famílias vão colher primeiro no parreiral de uma, depois no de outra, e assim sucessivamente, repetindo o ciclo. (TAVARES DOS SANTOS, 1984 p. 35-36).

Desta forma essas práticas são fundamentais para reproduzir o processo de trabalho na unidade produtiva familiar da área de estudo, acompanhando o ciclo agrícola da uva.

Observa-se também a contratação de mão de obra permanente. A tabela 16 revela a presença deste tipo de trabalhador, que do total das unidades produtivas familiares, 30% conta com trabalhadores permanentes.

De acordo com os proprietários esses trabalhadores são contratados por um prazo fixo (mensal), recebendo uma quantia determinada (um salário mínimo).

Ocorre também como nos mostra a tabela 16, a contratação de trabalhadores temporários, que do total das propriedades representa uma porcentagem muito significativa (50%), distribuídos em quinze unidades produtivas familiares, o que dá uma média de 02 trabalhadores temporários. Isso se dá de acordo com Tavares dos Santos (1984, p.40),

“quando o trabalho familiar não é suficiente para os momentos críticos do ciclo agrícola, quando se exige rapidez e muita mão de obra para dar conta do serviço, como no caso da colheita da uva. Nesse caso específico são obrigados a contratar trabalhadores temporários”.

Diante da constatação empírica da existência de trabalho assalariado nas propriedades analisadas podemos considerar uma relação social de produção capitalista. Essa relação de acordo com Oliveira (1995, p.59),

[...] são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho [...].

O trabalhador assalariado não tem participação nos lucros auferidos pela produção, o que lhe impede a possibilidade de ganhos extras. No entanto em momentos de crise esse salário se mantém.

Um fato que chamou a atenção no trabalho de campo é que as crianças são em pequeno número, mesmo assim participam no trabalho agrícola, de acordo com os relatos, trabalham sob qualquer condição climática (chuva, frio).

Conforme foi possível observar a ajuda das crianças é fundamental no orçamento familiar, mesmo trabalhando poucas horas diárias (pois estudam em um período e trabalham em outro), gera um componente essencial de ganhos para a família, que muitas vezes não precisa contratar mão de obra extra familiar.

Em relação à assistência técnica utilizada pelos proprietários das unidades produtivas familiares em estudo, as características são muito distintas entre os agricultores, com uma acentuada diferença entre a orientação recebida de particulares e da cooperativa³⁴. (tabela 17).

Tabela 17 – Orientação técnica utilizada

SIM	NÃO	PARTICULAR	COOPERATIVA
21	09	12	09
70%	30%		

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

De acordo com os dados da tabela 17, verifica-se que 70% das unidades de produção se beneficiam dos serviços de orientação técnica, sendo que 12 delas recebem esta orientação de particulares (agrônomos de empresas particulares) e 09 recebem orientação de cooperativas. O que se constata é que os proprietários das unidades de produção familiar utilizam pouco o serviço da cooperativa.

Apesar da disponibilidade e da facilidade de utilização dos serviços de orientação técnica (EMATER), notamos que 30% das unidades produtivas analisadas não recebem nenhum tipo dessa orientação, o que se torna um dado

³⁴ Cooperativa Integrada.

preocupante, devido a relutância em aceitar ingerência em sua administração, não serem suscetíveis a mudanças e novos modelos de produção.

Os dados também revelaram que esses produtores não estão motivados a participar de alguma organização social, é uma participação de caráter comercial, como no caso da cooperativa que possibilita a compra de produtos agrícolas (adubos, sementes, agrotóxicos) com preços mais acessíveis (tabela 18 e 19), ou contam com o parcelamento do pagamento, além de poder entregar algum produto na cooperativa. Este fator aparece como preponderante entre os produtores, sendo que 80% deles compram insumos na cooperativa.

Tabela 18 – Local de compra de insumos e produtos.

Local de compra	Produtores	%
Cooperativas	24	80%
Cooperativas e particulares	06	20%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009

A utilização de insumos químicos se mostra importante, pois se constata que 100% dos produtores pesquisados afirmaram adquirir adubos e 90% agrotóxicos para melhorar as condições do solo e eliminar pragas nas lavouras, respectivamente. A utilização de herbicida, fungicida e pesticida pelos produtores também é significativa, sendo que 80% utilizam herbicidas e 60% fungicida. (conforme tabela 19).

Tabela 19 – Insumos utilizados pelos produtores.

Insumos	Produtor	%
ADUBOS	30	100%
INSETICIDAS	27	90%
CALCÁRIO	18	60%
HERBICIDA	24	80%
FUNGICIDA	18	60%
PESTICIDA	06	30%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Pode-se concluir que as unidades produtivas familiares, tendo condições para produzir, como o acesso a terra, crédito e assistência técnica, respondem com eficiência sua função de produtores.

Procuramos nesta parte do trabalho contextualizar a situação dos produtores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte, em particular, o fundiário, a insuficiência de terra, as dificuldades de acesso ao crédito, a assistência técnica, relações de trabalho, infra-estrutura das propriedades e tipos de culturas desenvolvidas.

5 PRODUÇÃO FAMILIAR: A VITICULTURA E A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

5.1 A IMPORTÂNCIA DA VITICULTURA NA PRODUÇÃO FAMILIAR DO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE

A caracterização física do município constitui um item de fundamental importância para a viticultura, uma vez que esta exige condições de solo, clima e relevo favoráveis a seu desenvolvimento. Uraí concentra as características físicas necessárias ao bom desempenho dessa cultura ocasionando bons rendimentos aos produtores.

A produção e a qualidade das uvas estão diretamente relacionadas com as condições físicas e de fertilidade do solo. O solo não deve ser muito arenoso e nem com excesso de argila, pois o primeiro é fraco em fertilidade e retenção de umidade e nutrientes, enquanto o segundo pode se tornar compactado e dificultar, ou restringir, o crescimento das raízes. Como a videira é uma planta perene, o preparo do solo tem grande importância, principalmente por ser esta a melhor oportunidade de condicionar o ambiente para as raízes terem o seu normal desenvolvimento.

A cultura da uva de mesa em Uraí começa concomitantemente com a grande diversificação de culturas no município na década de 60, neste período tem início a formação da videira para produção de uva de mesa. Entretanto, foi só a partir de 1970 que os resultados obtidos começaram a ser satisfatórios, permanecendo até a atualidade como alternativa de renda principalmente, para o produtor familiar que pretende permanecer no campo (CAMARGO, 2003).

Atualmente Uraí tem 168 produtores de uva, com 186 ha. de área plantada, sendo 8 ha. de uva rústica (para suco) e 178 ha. de uva de mesa, segundo dados da AUVA/2010.

O Distrito de Cruzeiro do Norte fica a 9 km distante do núcleo urbano do município de Uraí, apresenta as mesmas características físicas para o cultivo da uva. Segundo levantamento feito no campo, os 30 agricultores do Distrito de Cruzeiro do Norte utilizam de forma intensiva a força de trabalho familiar na

viticultura. Os viticultores, em sua maioria associam a uva com outros cultivos para diversificar sua produção de acordo com as exigências do mercado, e também para diluir os riscos e aumentar a renda, sempre buscando sua reprodução como produtor familiar.

A agricultura de base familiar tem sido para muitos destes trabalhadores a principal atividade geradora de trabalho e renda, e principalmente uma estratégia de permanência no campo.

A uva no Distrito (foto 25) é produzida principalmente por proprietários de terra. Sendo característica dessa área a pequena propriedade administrada pela família.



Foto 25 – Parreiral de uva Itália pronta para colheita, cultivada em uma propriedade de 2,00 hectares – Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

5.2 RELAÇÕES DE TRABALHO E OS TRATOS CULTURAIS NA VITICULTURA

As unidades produtivas familiares que foram analisadas demonstram que a participação da mão de obra familiar é muito expressiva (100%), ou seja, está presente diretamente em todas as propriedades. Tavares dos Santos (1984, p.27) afirma que,

na unidade de produção familiar, quem move o processo de trabalho “[...] é a força de trabalho familiar”, a qual é estabelecida no âmbito da produção por meio da divisão do trabalho entre os membros da família e com a ausência de salários. Dessa forma, a força de trabalho familiar é característica básica e fundamental nessa categoria de produtores.

No processo produtivo da videira na área de estudo, 100% dos 30 produtores entrevistados realizam trabalhos agrícolas diariamente, e desse total 50% só utilizam a força de trabalho familiar (foto 26).



Foto 26 – Trabalho familiar na colheita da uva rubi. Propriedade com 3.63 hectares.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

Em relação à mão de obra contratada temporariamente, essa é feita quando a força de trabalho da família não é suficiente para a realização das tarefas na viticultura.

De acordo com Tavares dos Santos (1984), acontece quando “a família não basta para os momentos críticos de ciclo agrícola, em que as tarefas exigem rapidez e muitos braços” como na poda, raleação e colheita da uva, onde estes trabalhadores desempenham parte das tarefas. A embalagem da fruta é, exclusivamente, tarefa do produtor e seus familiares, por ser um trabalho que exige muito cuidado no manuseio dos cachos.

Quanto à mão de obra contratada na área de estudo, a pesquisa identificou somente dois tipos de vínculos de trabalho: o trabalhador rural temporário e o permanente com carteira assinada. Em todas as categorias de produtores, o trabalhador temporário é o principal tipo de mão de obra contratada.

Há proprietários de terras que contam com a parceria e/ou arrendamentos de terra além dos que trabalham especificamente com a sua terra. São pequenos proprietários de terra que estão tentando obter uma renda fundiária por meio desses tipos de relações sociais.

De acordo com Oliveira (1995), estas são formas de renda pré-capitalista da terra que em nossa área de estudo é a renda-em-produto, pois de acordo com o referido autor,

se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. [...] Muitas vezes essa cessão é feita através de contratos. Essa forma de renda, evidentemente redefinida pelo próprio capital, está presente na agricultura brasileira através das diferentes formas de parceria: a meação, a terça, a quarta, etc. Ela nada mais é do que a renda-em-trabalho convertida em produto. (1995, p.77),

No contexto da área de estudo, a parceria é realizada na produção da uva cuja parcela do produto para o parceiro é de 40%. Conclui-se então que é o ciclo de existência da família que provoca a necessidade de contratação de outras forças de trabalho. Mesmo tendo uma área pequena utilizada para a viticultura, praticamente 100% da renda da família ainda provém dessa cultura. Isso mostra que ainda é uma atividade rentável.

A etapa que demanda o maior número de trabalhadores contratados temporariamente, é a época em que a colheita é realizada quase que ininterruptamente. Nesse sentido Tavares dos Santos (1984, p.34) observa que

a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção – o trabalho acessório e o trabalho assalariado – na unidade produtiva camponesa. Antes disso, porém, a família camponesa terá sua capacidade de trabalho complementada pela ajuda mútua entre os vizinhos [...]

Constatou-se em algumas entrevistas que a força de trabalho necessária para desenvolver as atividades agrícolas, principalmente no preparo da terra e na colheita é complementada com a ajuda dos vizinhos, essa ajuda aparece em forma de mutirão (troca de dias de serviço). Como mencionado anteriormente envolve a presença de relações não-capitalistas de produção.

Tavares dos Santos (1984, p. 34-35) descreve a prática de ajuda mútua da seguinte forma:

[...] como um processo grupal, concorrendo as pessoas espontaneamente para prestar auxílio quando necessário. [...] A retribuição à ajuda é uma obrigação coletiva: sempre que ocorrer tal situação, a família que recebeu ajuda deverá, juntamente com todos os outros, auxiliar a outra família em necessidade.

Sendo assim, todas as práticas de ajuda mútua mencionadas anteriormente supre a necessidade de força de trabalho do produtor familiar. Desta forma essas práticas são fundamentais para reproduzir o processo de trabalho da área de estudo, acompanhando o ciclo agrícola da uva.

A participação direta do produtor é bastante acentuada quanto aos tratos culturais da uva que é compreendido em 04 etapas: adubação, poda, raleação e colheita, aliadas as pulverizações com agrotóxicos sempre que necessário.

Em relação ao nível tecnológico da viticultura observamos que este é basicamente mecanizado (pulverizadores, irrigação) que de maneira geral facilita as atividades na cultura da uva, além destes são utilizados equipamentos manuais como (tesoura de podar e máquina costal de pulverizar).

Quanto aos tratos culturais na viticultura salientamos que a mão de obra utilizada é abundante em todas as fases. Esta deve ser capacitada, para:

realizar corretamente todos os tratos culturais necessários. Assim, o processo produtivo na viticultura conta principalmente com o trabalho familiar, que se envolve nas tarefas diariamente.

A produção na viticultura depende de fatores que afetam o seu desempenho e a sua viabilidade econômica. Esses fatores devem ser de domínio do produtor, tais como a variedade plantada, espaçamento, clima, solo, incidência de pragas e doenças, rendimento dos cultivos, custos de produção, preço do produto e o conhecimento, atendimento, relacionamento e manutenção do mercado consumidor.

As etapas de produção da videira iniciam-se pela adubação e correção do solo, quando este necessita. As etapas de desenvolvimento da videira (tabela 20) acontecem em espaços curtos de tempo entre uma fase e outra. O calendário dos tratos culturais da viticultura até a fase da colheita exige que a mão de obra esteja presente em todos os meses do ano (tabela 20).

A primeira fase é a poda do parreiral, uma tarefa manual que exige trabalhadores com prática nessa atividade – no caso é executada pela mão de obra familiar (a foto 27 mostra um parreiral podado). Esta atividade é feita com um cortador manual que retira todos os galhos (os que serão brotados), depois cada galho é mergulhado em uma solução de base hormonal para acelerar o processo de brotação.

No verão a brotação é mais rápida, em torno de 7 dias, no inverno é mais lenta, de 20 a 25 dias. Em nossa área de estudo a videira produz duas safras anuais (verão e inverno). Quando a poda é realizada nos meses de janeiro e fevereiro (verão), a colheita se faz no inverno, quando a poda ocorre nos meses de julho e agosto (inverno), a colheita se dá no verão, ou seja, seis meses após a poda. A poda quando efetuada no inverno é considerada de ciclo normal, quando a mesma é efetuada no verão é considerada de ciclo temporão.

Tabela 20 – Etapas da produção da videira e mão de obra utilizada.

Tipo de Atividade	Mão de obra utilizada	Meses
adubação	Familiar	Julho/dezembro
poda	Familiar	Agosto/janeiro
raleação	Familiar e temporária	Setembro/Fevereiro (trinta dias após a poda)
Manutenção (pulverizações, irrigação).	Familiar	Set. a Janeiro (verão) Fev. a Junho (inverno)
colheita	Familiar e temporária	Julho e dezembro

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

Organização dos dados: Cleuza Batista de Oliveira.



Foto 27 – Parreiral podado – poda de produção com varas e esporões³⁵ - foto EMBRAPA, 2010.

³⁵ A poda de produção consistirá na eliminação do excesso de ramos, retirando-se aqueles fracos, imaturos, doentes, com entrenós curtos ou achatados ou ainda mal posicionados. Selecionam-se então de cada esporão deixado na poda de formação, o ramo situado mais próximo a base do braço primário que será podado curto como esporão e o ramo imediatamente seguinte a este, que será podado longo como vara de produção. Em cada saída lateral da planta tem-se uma unidade de produção composta pelo esporão e vara. Esta poda é denominada poda mista, pois nela são mantidos ramos curtos (esporões) e longos (varas) (Foto 27). Os esporões tem a finalidade de produzir brotos vigorosos para serem podados como vara de produção no ciclo seguinte, substituindo portanto os ramos e permitindo a renovação da parte aérea das plantas. As varas são podadas com comprimento variável que depende da localização das gemas férteis. Estas, por sua vez, variam de acordo com a variedade utilizada, mas também são influenciados por fatores ambientais, sofrendo variações de um ciclo para o outro.

Em seguida iniciam-se as pulverizações com agrotóxicos, uma fase determinante para o bom desenvolvimento da planta, é quando ocorre a formação dos brotos. As duas primeiras pulverizações devem ser de fungicida preventivo conforme recomendação de técnicos, para impedir a entrada de doenças, elas são realizadas no início da brotação, período chamado movimentação da gema³⁶.

O monitoramento e controle das pragas e doenças fúngicas (míldio, oídio, antracnose) deve ser intensivo, visto que as doenças têm um ciclo muito rápido e em poucas horas se espalham por todo o parreiral causando prejuízos irreparáveis, prejudiciais ao desempenho da cultura. Dessa forma o produtor deve examinar sua plantação diariamente para não correr o risco de encontrá-la infestada de doenças. Sendo assim, a realização de inspeções rotineiras no pomar é essencial para a detecção de doença e prevenção de sua disseminação, pela adoção de medidas de manejo. A foto 28 mostra uma folha de uva infectada pelo míldio.



Foto 28 – Folha de uva infectada por míldio³⁷. **Fonte:** EMBRAPA, 2010.

³⁶ Quando o broto que dará origem ao cacho e aos galhos ainda não é visível e sim há apenas uma pequena ondulação no local. Essa fase ocorre entre dois a três dias. (CAMARGO, 2003).

³⁷ O míldio pode acarretar perdas totais para o viticultor, se não for controlado, preventivamente no período de condições climáticas favoráveis a este.

Do início do brotamento até a fase do pente³⁸ (aproximadamente 24 a 25 dias), diariamente são feitas aplicações com fungicida preventivo e curativo, dependendo do estado da videira. Se chover após a pulverização a mesma deve ser repetida no dia. Após a fase do pente, inicia-se a floração³⁹, nesse período permanecem as pulverizações diárias de agrotóxicos com intensificação em períodos de chuva.

Do período da brotação até a florada a infestação de doenças é muito grande e perigosa exigindo muita atenção do produtor. Nesse período a mão de obra familiar deve estar muito presente, além do trabalho contratado (temporário).

Terminada a florada diminuem as aplicações de agrotóxicos. Até a raleação as pulverizações poderão ocorrer de dois em dois dias, isso se não chover, caso contrário deverá repetir a aplicação.

Entretanto, o uso desses produtos dependerá das condições de umidade e temperatura que contribuem para o aparecimento das doenças comuns em qualquer fase do desenvolvimento da uva.

A raleação⁴⁰ deve ser feita entre 25 a 30 dias após a florada (foto 29). Nesta etapa utiliza-se uma tesoura para retirada de bagos danificados por doenças, aves e insetos, dando melhor aparência ao cacho. Tendo sido feita uma

³⁸ Esta fase consiste em utilizar um pente pequeno ou mesmo as mãos para retirar 60 a 70% dos botões que darão origem aos bagos dos cachos da uva. Este trabalho é feito para facilitar a etapa seguinte chamada de raleação. Tanto a primeira quanto a última têm um só objetivo, deixar o cacho da uva com menos bagos para que estes cresçam mais e resultem em um produto de melhor visual: cachos e bagos grandes e uniformes. (CAMARGO, 2003).

³⁹ Os botões dos cachos florescem resultando posteriormente nos bagos da uva.

⁴⁰ O raleio pode ser realizado em três fases distintas:

- a) **Fase de pré-floração:** o raleio é realizado de cinco a sete dias antes da floração, quando os botões florais estão separados e se desprendem com facilidade. Utiliza-se uma escova plástica específica fechando-se a mesma na parte superior do engajo e puxando-a até a inferior, repetindo-se a operação duas ou três vezes (Figura 3A). O raleio com escova plástica exige prática e muita atenção para a sua execução, a fim de se evitar danificar pencas ou retirar botões florais em excesso, prejuízos irreparáveis para a formação adequada do cacho. Nos ombros superiores ou 'pencas', o raleio é complementado com os dedos (Figura 3B).
- b) **Fase de "chumbinho":** o raleio pode ser realizado manualmente com os dedos retirando-se uma parte das baguinhas, operação denominada de pinicado, complementando-se a operação com a tesoura na fase de "ervilha".
- c) **Fase de "ervilha":** quando as bagas apresentam de 8 a 10 mm de diâmetro, o raleio é realizado com o auxílio de uma tesoura apropriada de lâminas estreitas e compridas (Figura 3C). São eliminadas as baguinhas pequenas e atrasadas, as mais internas e aquelas danificadas. Todo cuidado é necessário para se evitar retirar bagas em excesso ou perfurar bagas ou pencas. A quantidade de bagas eliminadas pelo raleio depende do grau de compactação de cacho, variando entre 40 a 70%. Quando se realiza previamente o raleio com escova plástica, manualmente ou pelo raleio químico pode-se reduzir muito a necessidade do raleio com tesoura, efetuando-se nesses casos apenas uma complementação ou um repasse, o que diminui muito os custos com mão-de-obra nesta operação. (EMBRAPA, 1010).

boa passagem de pente a raleação terá um resultado melhor. Para executar essa tarefa os produtores selecionam bem a mão de obra, contratando os mesmos trabalhadores, aqueles que têm experiência na atividade.



(A)

(B)

(C)

Foto 29 – Raleio de botões florais com escova plástica (A), manual (B) e raleio de bagas com tesoura (C).

Fonte: EMBRAPA, 2010.

Desta etapa em diante até a pré maturação os agrotóxicos são aplicados em intervalos de três dias ou até mais se não houver chuva. Esta fase estende-se até a colheita, sendo mais tranqüila para o produtor e necessita de menor uso de mão de obra, ele mesmo consegue pulverizar toda a parreira sozinho. Já na colheita (foto 30), o número de trabalhadores aumenta e a mão de obra da família já não é suficiente para executar o trabalho, sendo necessário a contratação de trabalhadores temporários, que varia de 25 a 30 reais a diária.



Foto 30 – Pulverização – uva já em fase de colheita⁴¹, variedade Itália – uso de pulverizador mecanizado, trabalho que segundo o produtor é executado pelo neto. Esta propriedade possui área total de 9,68 ha., sendo que 2,00 hectares são utilizados para produção de uva.

Foto: Cleuza Batista de Oliveira – dezembro/2009.

5.3 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO NA UVA E A ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DE URAÍ – AUVA.

Nos últimos anos houve grandes transformações na agricultura brasileira, em especial no estado do Paraná. Por muitos anos a agricultura familiar produzia basicamente para a subsistência, comercializando o excedente para comprar produtos que não se produzia na roça. Porém, este quadro mudou completamente, e atualmente a agricultura familiar está inserida na lógica de mercado.

⁴¹ A uva é uma fruta não climatérica, ou seja, não amadurece após a colheita. Em razão disso, ela só deve ser colhida quando atingir as condições apropriadas para o consumo. A depender da variedade, das condições climáticas e das práticas de manejo, o tempo de maturação dos frutos pode variar. (EMBRAPA, 2010).

Dentro deste contexto podemos apontar também a importância das formas de inserção da produção oriunda da agricultura familiar no mercado, que é feita de maneira direta e individual por parte de cada agricultor. Este processo faz com que o agricultor tenha uma margem de lucro razoável, na comercialização do seu produto, mas obrigando-o a buscar estratégias diferenciadas para comercialização.

Os problemas enfrentados pelo produtor familiar observado no trabalho de campo, vão além das pragas e doenças; a comercialização da produção de uva é sem dúvida, um dos mais significativos, principalmente, porque se trata de produtos perecíveis, que não podem ser armazenados para esperar o melhor preço.

A comercialização muitas vezes é mal sucedida em função do desconhecimento sobre o mercado do seu produto, que pode causar desde remuneração abaixo do mercado, até a perda total da produção quando é entregue nas mãos dos intermediários. Dentro desta perspectiva os produtores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte estão criando estratégias para a comercialização de seus produtos.

Um produtor informado sobre os pontos que envolvem a comercialização – como os preços praticados, condições de mercado, consumo, tendências, qualidade, classificação, padronização, embalagem - possui maiores possibilidades de vender melhor sua mercadoria, conseguindo lucros maiores. Segundo Oliveira (1981, p.23).

“Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas”.

Oliveira (1981), neste particular conclui que:

“Estamos a cada dia mais, assistindo ao processo provocado pela absorção por parte das grandes empresas capitalistas dos rendimentos do trabalho agrícola através da criação de mecanismos praticamente compulsórios de comercialização das safras”.

Neste contexto, dadas as dificuldades no processo de comercialização da produção submetida praticamente aos interesses do grande

capital, podemos concluir diante do exposto que apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho do produtor familiar retorna a este sob a forma de dinheiro. De acordo com Martins (1980), “o trabalho do pequeno agricultor está sendo amplamente subjugado pelo capital dos grandes grupos econômicos”.

A maioria dos produtores, de acordo com as entrevistas, transporta a produção para o Ceasa de Londrina-PR, alguns estão preferindo entregar a produção para a Associação (AUVA)⁴², para garantir o recebimento da safra, pois a venda para os intermediários não garante o recebimento do produto.

Outra questão importante diz respeito à qualidade da uva, os cachos devem ser atraentes, com sabor agradável e apresentarem-se resistentes ao transporte e ao manuseio e com boa conservação pós-colheita. Além disso, as bagas devem ser limpas, sem manchas provocadas por insetos, doenças, danos mecânicos ou defensivos, e a polpa deve ser firme, com película resistente.

As variedades de uva cultivadas na área de estudo, segundo informações dos produtores, foram selecionadas de acordo com sua adaptação às condições naturais de solo, relevo, clima e também sua aceitação pelo mercado consumidor. Desta forma, despontam atualmente como as mais cultivadas a Rubi, a Itália (foto 31), a Benitaka, a Niágara Branca e Rosada, onde ocupam posição de destaque quanto a participação na renda do produtor e emprego da mão de obra. Segundo informações dos entrevistados a viticultura apresenta grande valor na receita anual.

Outro fator potencializador a destacar é que a cultura de uva possui duas safras ao ano no Distrito de Cruzeiro do Norte: a primeira colheita acontece nos meses de dezembro a fevereiro, e a outra se inicia em maio e termina em junho.

O período de maior oferta de uva de mesa no mercado doméstico ocorre entre os meses de novembro a março e o preço pago aos produtores fica em torno de R\$ 1,00 o quilo, segundo declaração dos agricultores pesquisados.

⁴² Associação dos Fruticultores de Uraí.



Foto 31 – Preparo da uva para entrega sendo feita pelo filho do proprietário. A uva é selecionada embaixo do parreiral mesmo e encaixotada para o transporte até a associação (AUVA). O transporte é feito pelo próprio produtor. Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Foto: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

De acordo com Martins (1980), o trabalho do agricultor embora preserve a sua autonomia formal e aparentemente trabalhe para si mesmo, na verdade está submetido pelo capital dos intermediários que dominam a comercialização do produto. Nesse caso específico a maior parcela do lucro fica com os intermediários.

Por outro lado, os agricultores contarem com outras culturas e ou atividades como uma estratégia para mantê-los na atividade agrícola, intensificando o uso e a ocupação do solo para viabilizar a sua permanência no campo.

A necessidade de fortalecimento dos produtores de uva de Uraí, diante das condições adversas de armazenamento da produção, comercialização do produto de forma direta, evitando os atravessadores⁴³, além do acesso a assistência técnica, compra de insumos, conduziram os produtores do município a se organizarem a fim de superar estes obstáculos.

⁴³ Compradores particulares de uva que sempre existiram no município, porém, estes traziam problemas aos viticultores como: preço baixo do produto e principalmente a inadimplência.

A AUVA surgiu devido essas necessidade e também com a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia na década de 1980, quando os viticultores deixaram de comercializar a produção de uva no município.

Sendo assim, surge em 2001 a AUVA⁴⁴ com a intenção planejada de superar estes problemas, e em 2002 possuía 40 associados, sendo que 25 de origem japonesa.

Para o fortalecimento desse segmento foi criado um estatuto com objetivos claros, cuja principal finalidade seria melhorar a condição do viticultor em sua atividade produtiva e comercial (venda do produto sem riscos).

Os associados desde que em dia com suas obrigações (mensalidades, comparecimento em assembléias) podem usufruir dos benefícios da Associação (serviços prestados aos associados, eleições e dar sugestões de interesse social).

Em sua organização econômica tem como receitas atuais as contribuições dos associados, taxa de admissão e as doações recebidas de entidades públicas e privadas. As despesas são de ordem social e funcional.

A difusão de novas tecnologias e visitas a regiões produtoras são benefícios trazidos pela associação que contribuiu substancialmente para a melhoria da qualidade da uva e a homogeneização⁴⁵ do produto atingindo parte considerável dos associados.

Com uma produção de qualidade e padrão homogêneo entre os associados, a comercialização diretamente com os atacadistas (supermercados), se torna mais fácil, com isso os produtores não precisam entregar seus produtos aos intermediários. Outra vantagem para os associados é a compra de insumos através de pacotes promocionais diminuindo os custos para os mesmos.

O acesso a financiamentos também foi uma conquista da Associação que por meio do Programa do Governo do Estado, o Paraná 12 Meses⁴⁶, conseguiu máquinas e implementos que são usados pelos associados.

⁴⁴ Esta associação constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos e duração ilimitada, com sede e foro na cidade de Uraí, sendo constituída de pessoas físicas e jurídicas. Estas deverão ser fruticultores; dentro dos padrões técnicos de qualidade estipulada pelo Departamento Técnico da AUVA.

⁴⁵ Isso se justifica porque o mercado exige um produto de qualidade homogênea, ou seja, a fruta produzida pela AUVA tem que atingir um padrão único tanto no sabor, como na cor, tamanho do bago e do cacho.

⁴⁶ O Projeto Paraná 12 Meses decorre do contrato firmado, em dezembro de 1997, entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Paraná. Trata-se de um plano de ações que tem por objetivo geral "aliviar a situação de pobreza rural no estado numa ação apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das

Esta Associação segundo os produtores associados entrevistados foi uma conquista para os viticultores do município. Atualmente a associação tem 44 associados.

Apesar das dificuldades para o desenvolvimento da agricultura familiar, os produtores ainda preferem continuar no campo. Essa permanência se deve às estratégias utilizadas por eles.

5.4 PRODUÇÃO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO DISTRITO DE CRUZEIRO DO NORTE

A pesquisa realizada no Distrito de Cruzeiro do Norte, aponta para duas funções estratégicas da agricultura na dinâmica de reprodução social, ou seja, na permanência das famílias no campo, sendo elas: a diversificação e a forma de comercialização da produção.

De acordo com Oliveira (1991, p. 11-12),

estamos diante de dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção no campo. De um lado, o monopólio na produção, subordinando a circulação à produção. De outro, o monopólio na circulação, subordinando a produção à circulação.

Neste particular, o autor exemplifica no caso o produtor de uva, no sul do Brasil, subordinado às multinacionais de vinho, além de outros produtores (de ervilha, tomate, etc.) como exemplo da subordinação da renda da terra ao capital.

[...] o capital comercial, atuando na intermediação entre os produtores e consumidores e tendo nos “Ceasas” seu lócus privilegiado de atuação. (OLIVEIRA, 1991, p.12).

As palavras de Oliveira nos remetem a Martins (1980, p. 14-15)

condições de habitação e saneamento básico da família rural” (PARANÁ, 1998). As ações desse Projeto foram organizadas em quatro componentes: Desenvolvimento da Área Social, Desenvolvimento da Área Produtiva, Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Tecnológico. Os critérios para enquadramento dos produtores no Projeto consideraram o tamanho da área, valor das benfeitorias, valor dos equipamentos agrícolas e índice de utilização de mão-de-obra familiar. (IPARDES, 2002).

É através do mercado que a mercadoria perde a sua individualidade, que ela se socializa. Ela só pode ser trocada quando o seu conteúdo, o trabalho, se torna equivalente do conteúdo de todas as outras mercadorias, quando a substância da mercadoria, que é o trabalho, se socializa pela troca. Quando o trabalhador vende diretamente a sua força de trabalho, essa socialização mediada pela troca o atinge diretamente. A mercadoria que aí nasce é produto do trabalho combinado, social, socializado, de muitos trabalhadores. Quando, porém, o trabalhador, é proprietário dos seus instrumentos de trabalho, suas ferramentas, sua terra, esse processo atinge o fruto do seu trabalho, mas não o atinge diretamente. Ele comparece perante a sociedade, perante o mercado, sozinho, dono das coisas que produziu, quando muito, junto com a sua família [...]. (Grifo nosso).

Partindo dessa premissa podemos entender que a expansão do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital [...]. Oliveira (1991). De acordo com Martins (1981), “o capital não se torna dono da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe”.

Nesse sentido, pelo fato dos produtores de Cruzeiro do Norte estar voltados para o mercado fica claro que no momento da comercialização, parte da renda da terra está sendo extraída pelo capital comercial quando este estabelece os preços dos produtos.

A viticultura é uma cultura permanente com duas safras anuais, porém depender da monocultura é um risco para qualquer produtor. Assim, os produtores de Cruzeiro do Norte partiram para a diversificação de atividades/culturas para agregar valor.

Em áreas relativamente pequenas, passaram a complementar sua produção com outras atividades, a exemplo do cultivo de vegetais, de frutas, e da criação de animais como frangos, além da produção de leite ou queijo, garantindo renda o ano todo, o que lhes permitiu aumentar sua renda. Dessa forma, a renda não fica totalmente comprometida em caso de estiagem.

A diversificação não significa o fim dos riscos na agricultura, que continua a conviver com as quebras de safras, queda dos preços agrícolas, ou aumento do custo de produção, porém, esses riscos puderam se neutralizar pela existência da diversificação da produção, que de certa forma, acompanhou a exigência do mercado consumidor.

A procura por produtos de boa qualidade e com maior praticidade de uso, como no caso dos produtos embalados (foto 32) vem, aos poucos, alterando o mercado. Estes produtos, já estão merecendo uma atenção especial por parte de alguns produtores, que vêm até mudando suas técnicas de produção para dar maior tempo de vida as hortaliças e legumes, têm ganhado mais espaço nas prateleiras, com boa aceitação do consumidor.

Os produtos embalados vêm aumentando seu público, pois as pessoas estão se propondo a pagar um pouco mais pela qualidade do que comem, procurando ao mesmo tempo praticidade e qualidade.

Este comportamento tende a se incorporar cada vez mais ao dia a dia do consumidor, o que deverá provocar um crescimento do mercado, abrindo perspectivas de melhor remuneração para os produtores voltados ao atendimento desse consumidor específico.

A embalagem cada vez mais ganha atenção dos supermercados e isso se deve, principalmente, à sua praticidade. Mesmo longe das prateleiras, esse assunto ganha espaço, pois a embalagem está ligada diretamente à qualidade do produto, que bem acondicionado leva a menor perda.

Dentro deste item, pode-se destacar o conceito de feira limpa, (muito citado entre os entrevistados) que são aqueles produtos embalados e higienizados, práticos para o consumidor e que agregam valor ao produto.

A comercialização do Distrito sempre ocorreu com a presença de intermediários, sendo os próprios produtores os responsáveis pela entrega dos produtos.

Nos últimos anos, os produtos como, tomatinho rasteiro, mandioca, quiabo, jiló, berinjela, abobrinha, vagem, maracujá, pimentão, são vendidos diretamente pelo produtor no Ceasa em Londrina, no Mercado do Produtor⁴⁷, devido ao menor risco de calote. Já os cereais são entregues à cooperativa Integrada de Uraí, a laranja está em fase de formação e de acordo com os produtores será comercializada para uma indústria de sucos do município, (Tabela 21).

⁴⁷ São áreas cobertas destinadas a pequenos produtores rurais paranaenses e suas organizações para comercializarem suas próprias produções sobre veículos, sem a interferência de intermediários.

O Mercado do Produtor representa um elo na cadeia de comercialização hortigranjeira, pois auxilia os produtores nas operações comerciais, estimulando melhores arranjos para o processo de comercialização.

Além da venda do produto no Ceasa, relataram que se utilizam de algumas estratégias para comercializar a produção diretamente com o mercado consumidor por meio da venda de produtos *in natura* na feira livre do município, principalmente de frutas e de hortaliças, que segundo os mesmos aumenta a possibilidade de agregar valor aos produtos.

Desta maneira, pode-se perceber que a renda do produtor familiar do Distrito de Cruzeiro do Norte é resultado de uma grande diversificação da produção voltada a obtenção de lucro que seja o menos variável possível, ou seja, de acordo com os riscos inerentes a determinado tipo de cultura – no caso a uva - o produtor pode recorrer a outras, não dependendo, portanto de um só tipo de cultura.



Foto 32 – Mulheres embalando quiabo, estratégia para auferir maior renda a produção. Uma alternativa bem sucedida na propriedade familiar de 14 ha., que conta também com grande diversificação da produção. Distrito de Cruzeiro do Norte – Uraí.

Fonte: Cleuza Batista de Oliveira/2009.

Tabela 21 – Comercialização dos produtos – local de venda

COMERCIALIZAÇÃO	Propriedades	%
Ceasa	09	30%
Intermediários	06	20%
Ceasa/intermediário	06	20%
Ceasa/supermercado	03	10%
Ceasa/cooperativa	03	10%
Intermediários/cooperativa	03	10%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

As respostas que indicam a comercialização das lavouras com o Ceasa e os intermediários da região, representam 70% do total de produtores entrevistados. Estes acham mais vantajoso comercializar diretamente a sua produção no Ceasa⁴⁸ para fugir dos intermediários.

O Ceasa atua na administração do Mercado do Produtor, configurando-se como um centro de serviços de apoio à produção e comercialização.

A operação nos espaços pode ser realizada de duas formas como nos informou um produtor: como diarista ou mensalista. O mensalista paga uma taxa e tem direito a uma “pedra”, já o diarista, antes de iniciar a comercialização deve comprar tickets.

Segundo os produtores, para comercializar no Mercado do Produtor, o Ceasa exige a realização de cadastro, com a apresentação de documentação pessoal e dos documentos da terra como: Registro de Imóveis, Talão do INCRA/CCIR/ET, notas Fiscais de compra de insumos e contratos de arrendamento, como também Atestado do Produtor Emitido pela EMATER, entre outros.

Atualmente estão cadastrados mais de 6.000 produtores rurais das mais diversas regiões produtivas do Estado do Paraná, que comercializam nas unidades da CEASA/PR de Curitiba, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu, onde estão

⁴⁸ Essa comercialização é realizada na “pedra” pelos produtores associados da APRONOR – Associação Norte Paranaense de Horticultores.

disponíveis mais de 42.911m² de área, distribuídos em 718 espaços (pedras) cobertos⁴⁹.

A agricultura familiar enfrenta uma contradição:

de um lado, a viabilidade e rentabilidade passam, em grande medida, pela estratégia de reduzir riscos por meio da diversificação, potencializar a produtividade da mão de obra familiar por meio da tecnificação e incorporação de insumos industriais e buscar segmentos de mercado de alto valor agregado, nos quais possam ser obtidas algumas vantagens associadas à própria organização da produção familiar. Vale destacar o menor custo de gestão e supervisão da mão de obra familiar; a redução do custo operacional associado à utilização do trabalho familiar [...] produtividade mais elevada alcançada pela mão de obra familiar em tarefas de manuseio e atenção delicadas, quando comparada ao trabalho assalariado e, finalmente, a maior qualidade do produto obtido sob os cuidados dos próprios interessados. De outro lado, é notório que tanto o tamanho das famílias rurais como da mão de obra familiar tende a diminuir. (BUAINAIN, ROMERO E GUANZIROLI, 2003, p. 331-332, grifo nosso).

O autor deixa claro que o agricultor familiar tem a capacidade de adaptar-se as situações inerentes a sua atividade produtiva, podendo obter vantagens, mesmo com a escassez de mão de obra, que é compensada economicamente pela elevação da produtividade através das tarefas realizadas pela família.

De modo geral os agricultores familiares enfrentam a concorrência de grandes produtores que se beneficiam de subsídios e acesso privilegiado aos serviços de comercialização. São estes fatores que escapam inteiramente do domínio da família. Na agricultura de hoje, o comando não está com o agricultor, mas sim nas mãos de uma esfera pública coletiva (o consumidor) que orienta e determina sua atividade produtiva.

A tabela 22 apresenta o nível de satisfação dos produtores em relação aos preços obtidos na comercialização dos produtos, 50% acham os preços satisfatórios, ou seja, conseguem pagar as despesas. Segundo informações dos produtores, “a combinação de diferentes formas de comercialização dos produtos pode se constituir como uma importante estratégia para melhorar a renda total das propriedades”.

⁴⁹ Algumas das informações do texto estão disponíveis na internet, no link: <http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>

Tabela 22 – Nível de satisfação dos preços obtidos.

Preços satisfatórios	Produtores	Motivo	%
SIM	15	Paga as despesas.	50%
NÃO	09	Lucro do intermediário, custo da produção elevado.	30%
MAIS OU MENOS	06	Não tem preço mínimo, não cobre as despesas.	20%
TOTAL	30		100%

Fonte: Pesquisa de campo – Distrito de Cruzeiro do Norte. Uraí/PR – julho/dez de 2009.

No caso dos hortifrutigranjeiros, a procura por variedade ganha espaço, isto é, dirige-se para produtos diferenciados. Isso significa que para se adaptarem a este mercado, os produtores estão buscando um aperfeiçoamento dos maquinários utilizados na produção, e principalmente quanto à padronização, classificação e embalagem, além de ficarem atentos às novas tendências de produtos. Só assim eles estarão prontos para participarem desta nova fase e poderão aumentar sua renda. Do contrário, estará cada vez mais difícil manter-se no campo e no mercado.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação da mão de obra não contratada seja tão importante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar a recorrência com que hoje, em textos acadêmicos, a categoria agricultura familiar é utilizada sob a pretensão de conceito. Nesses casos e sob esta linha de pensamento, ela é definida como uma forma, entre tantas outras, de organização e gestão das relações de produção e trabalho, cujo eixo fundamental está referenciado à dinâmica da constituição da família (Lamarche, 1993).

Para Tavares dos Santos (1984), a especificidade deste processo de trabalho provém, inicialmente, da presença da força de trabalho familiar configurada como um trabalhador coletivo, que provoca eventualmente a utilização da força de trabalho assalariada na unidade produtiva.

Aliada a estes fatores a prevalência da produção familiar na área de estudo é explicada pelas estratégias produtivas adotadas por eles, especificamente um sistema de produção diversificado.

O presente trabalho teve como objetivo analisar se as práticas agrícolas dos agricultores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte contribuíram para sua permanência no campo. Para alcançar este objetivo optou-se por entender as abordagens teóricas realizando leituras pertinentes ao tema.

A análise precedente dos dados demonstrou que os agricultores familiares da área de estudo identificam as oportunidades e utilizam de forma intensiva os recursos disponíveis. Constatou-se também, que na maioria dos casos as dificuldades enfrentadas devem-se a fatores externos, e não se prende especificamente ao fato de serem “pequenos produtores”, termo este amplamente utilizado para justificar muitas vezes a inviabilidade da produção familiar.

A diversidade de situações nas quais se encontra a agricultura familiar se reflete nos diferentes sistemas e estratégias de produção adotadas pelos agricultores familiares. Uma alternativa característica da área de estudo para a permanência no campo são as estratégias produtivas criadas pelos produtores.

Os resultados da pesquisa exemplificaram a capacidade de adaptação dos agricultores familiares do Distrito de Cruzeiro do Norte que se mantêm com a renda da terra buscando novos produtos aliados à diversificação da produção.

De acordo com as informações obtidas no trabalho de campo quanto maior a diversificação do sistema produtivo, menores os riscos corridos pelos produtores e maior a renda auferida. Esta é uma das principais características presente na pesquisa realizada.

A diversificação da produção foi observada em todas as propriedades familiares pesquisadas. Os produtores adotam em geral sistemas produtivos que envolvam basicamente a mão de obra familiar, utilizando quando necessária mão de obra temporária. Nessa situação garantem que a estratégia é gerar a maior renda possível por hectare produzido.

Trata-se, neste caso, do aproveitamento que o proprietário faz da área total disponível, e neste caso específico da área de estudo, foi verificado que os produtores do Distrito aproveitam ao máximo sua área total.

Observou-se que, no período pesquisado cresceram as áreas voltadas para a produção de uvas de mesa. Em relação à sua inserção no mercado, faz-se necessário aos produtores de uva criar uma forma de cooperação que lhes permita agregar valor à sua produção.

A ampliação do cultivo de uvas finas de mesa no município de Uraí é parte de um movimento de expansão da fruticultura em geral na região do Norte Pioneiro do Paraná, o qual está associado ao processo de reestruturação produtiva e à tentativa de viabilização de unidades familiares de produção agrícola.

Nas trinta unidades pesquisadas, os produtores em geral vendem para intermediários e na CEASA “pedra” de Londrina, como mecanismos de comercialização mais praticados na área de estudo. Mesmo correndo o risco de não receber o produto, ainda vende aos intermediários.

Fica evidente que a diversidade de atividades é adotada nas propriedades visitadas como estratégia de permanência e reprodução social. A diversificação na unidade de produção acontece como estratégia para manter-se na terra, pois caso uma das atividades desenvolvidas na propriedade não gere renda suficiente para o sustento da família, o produtor tem outras atividades para subsidiar a manutenção da mesma.

Os resultados da pesquisa de campo demonstraram que é característica marcante da área de estudo as propriedades com classe de área total que variam de 2 a 30 hectares. Das 30 famílias pesquisadas correspondendo a uma

área de aproximadamente 428,77 hectares, 100% cultivam a uva como principal atividade produtiva da família.

Os produtores de uva na área de estudo apresentam características semelhantes às referenciadas anteriormente por Lamarche (1993). O agricultor que possui um pedaço de terra e nele produz com seu próprio trabalho e de sua família e com capital proveniente desse trabalho é caracterizado como familiar.

Assim, a reprodução das famílias pesquisadas só é possível porque a lógica desses produtores é a permanência na propriedade através do trabalho familiar e para isso há a constante busca por estratégias para não serem expropriados.

As estratégias de produção diversificada na agricultura familiar surgem como nova alternativa para a permanência do produtor no campo. O reconhecimento de que nas cidades as dificuldades podem ser ainda maiores leva à grande maioria dos produtores a continuar no campo, já que, segundo eles, é a realização das atividades agropecuárias no campo, “o que sabem e gostam de fazer”. Um outro elemento que justifica a vontade de permanecer no campo é o apego à propriedade familiar, que na maior parte dos casos, foi recebida como herança e traz laços de parentescos.

As entrevistas demonstraram que, o pequeno agricultor ainda quer se manter na propriedade. Uma das alegações é a afirmação de que “*só isso que ele sabe fazer*”⁵⁰, mas, quando se trata da permanência dos filhos no campo, ele reluta em dizer “*que os mesmos têm outras oportunidades e perspectivas e devem buscar outra atividade no mercado de trabalho para que não fiquem com a dependência financeira, exclusivamente da atividade agrícola*”.

As colocações acima podem justificar a realização desta pesquisa, como uma contribuição para o entendimento destas questões que revela o quanto é complexa e ao mesmo tempo particular.

⁵⁰ Conforme relatos na entrevista.

REFERÊNCIAS

BENATTI JÚNIOR, R. **Rami**: planta têxtil e forrageira. São Paulo: Nobel, 1988.

Brasil – **Estatuto da Terra** - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> - Acesso em jun/2010.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jul. 2006.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, e dá outras providências. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em: nov. 2009.

BUAINAIN, A. M. ROMEIRO, A. R., GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

CAMARGO, C. K. **A viticultura e o processo social e econômico. O caso de Uraí – PR**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina – 2003.

CARDOSO, J. A; WESTPHALEN, C. **Atlas Histórico do Paraná**. 2. Ed. Curitiba: Chain, 1986.

Central de Abastecimento S.A. **CEASA**. Disponível em: <http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/serramorena.htm>. Acesso Agosto/2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

GUANZIROLI, C. et al. **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, fevereiro 2000.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

IAPAR. **Relatório técnico anual**. Londrina, 1976/1977. 194 p.

IBGE. **Censo Agropecuário 1970**: Paraná. Rio de Janeiro, 1972.

IBGE. **Censo Agropecuário 1975**: Paraná. Rio de Janeiro, 1977.

IBGE. **Censo Agropecuário 1980**: Paraná. Rio de Janeiro, 1982.

IBGE. **Censo Agropecuário 1985**: Paraná. Rio de Janeiro, 1988.

IBGE. **Censo Agropecuário 1996**: Paraná. Rio de Janeiro, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 1950-2000**.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**: Culturas Temporárias e Permanentes. V. 32. Brasil, 2005.

INCRA/FAO. Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: **dossiê estatístico**. Brasília, 1996

_____ **Novo Retrato da Agricultura**: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.

INCRA/DC, **Evolução da Estrutura Agrária**, Brasília, 1987.

INCRA/DC, **Atlas Fundiário Brasileiro**, Brasília, 1996.

Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **EMATER**, Uraí-PR. 2009 - 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico de uma da implantação da cultura de uva fina de mesa no município de Uraí. Curitiba, 2002. 37 p. Projeto Paraná 12 Meses.

IPARDES – **Caderno Estatístico.** Município de Uraí. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86280&btOk=ok>. Acesso em: 03 Agosto. 2009

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tomo I. Trad. TIJIWA, A. M. N. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993.

MAACK, R. **Geografia Física do Paraná.** 2ª ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MACHADO, B. P. **Sinopse da história regional do Paraná.** Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1951.

MARTINS, J. S. de. **Expropriação e Violência:** (A questão política no campo), São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. **O Cativo da Terra.** 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

MINERAIS do PARANÁ. **MINEROPAR.** Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/glossario/conteudo.php>. Acesso em Julho/2010.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.) **Geografia Agrária:** teoria e poder. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, **Agricultura e indústria no Brasil.** Boletim Paulista de Geografia. nº 58. SP. AGB, 1981.

_____, **Agricultura camponesa no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991 (Caminhos da Geografia).

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo, Ática, 1995, 4ª ed. 88p.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, C. B. de. GUSMÃO, A. B; ALEGRO, R. C. **Uraí, Capital do rami. Sob o olhar do trabalhador: 1960 A 1980.** Artigo publicado. In: III Seminário de Pesquisa da Rede de Estudos Sobre Ensino e Aprendizagem em História: Memória, história local e produção do conhecimento 2007, Cornélio Procópio - PR.

_____. **Acervo Fotográfico de Jorge Takeo Takano: Imagens da História de Uraí.** Londrina: EDUEL, 2009.

OLIVEIRA, E. R. de. **URAÍ, Nossa Terra, Nossa Gente.** 1ª ed, vol 2 – 1999.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense.** Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, PUCSP. São Paulo, 1970.

SOUZA, P. C. **EMBRAPA.** Sistemas de produção. Disponível em: [Http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira/doencas.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira/doencas.htm). Acesso em mai. 2010.

_____. **EMBRAPA.** Sistemas de produção. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira/tratos.htm>. Acesso em mai. 2010.

_____. **EMBRAPA.** Sistemas de produção. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira/colheita.htm>. Acesso em mai. 2010.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho.** São Paulo, Hucitec, 1984.

URAÍ. Prefeitura Municipal. 1995.

YAMOCHI, Y. **Imigração Japonesa: Ontem e Hoje.** Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1991.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Novo, Norte Pioneiro**. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1987. 178 p.

WESTPHALEN, C. M. et al. **Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno**. Boletim do Departamento de História. Boletim nº. 7. UFPR – Curitiba, 1968.

WONS, Iaroslav. **Geografia do Paraná**. Física-humana-economica. Curitiba, Ensino Renovado, 1983.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Análise dos resultados do Censo Agropecuário – Agricultura Familiar no Brasil - 2006.

Para ser classificado como agricultura familiar no Censo Agropecuário (e segundo a Lei nº. 11.326), o estabelecimento precisava atender simultaneamente às condições detalhadas na publicação Agricultura familiar – Primeiros Resultados (p. 14 a 18). Os estabelecimentos não enquadrados nesses parâmetros foram designados como “não familiares”.

No Censo Agropecuário 2006, conforme mostra o gráfico 1, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

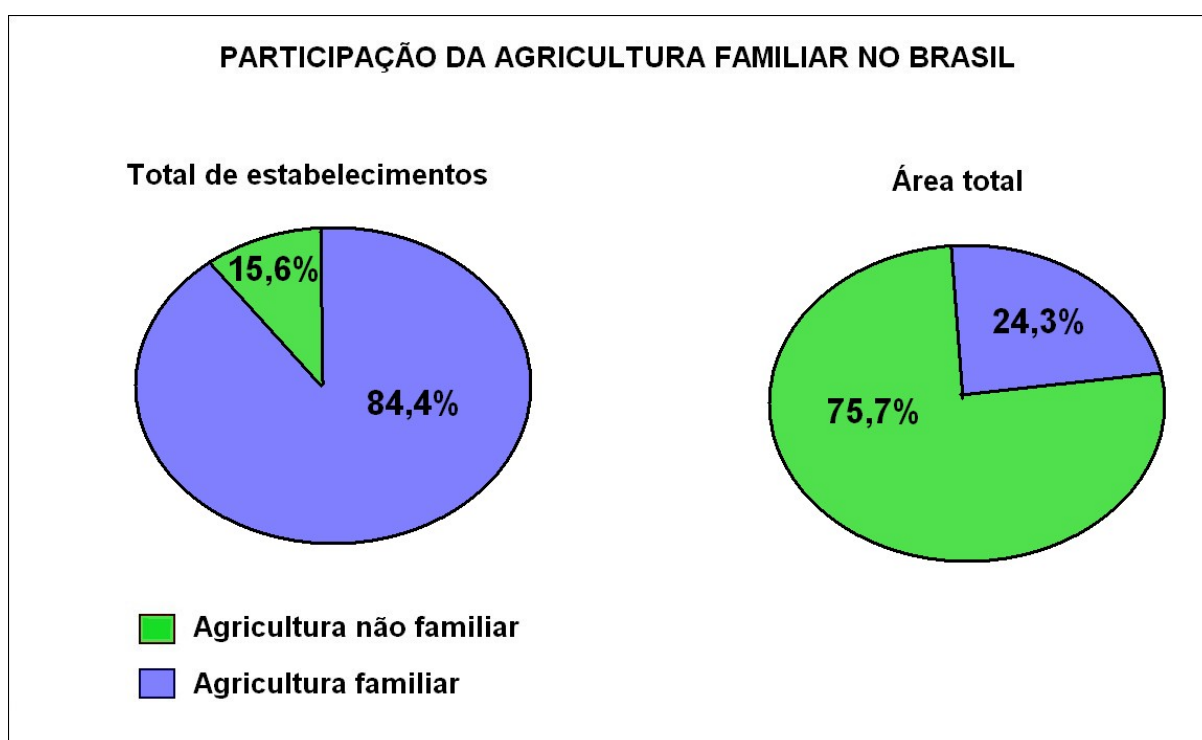


Gráfico 1 – Participação da agricultura Familiar no Brasil – 2006.

Fonte: Censo Agropecuário - Agricultura Familiar no Brasil – 2006.

Organizado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira - 2010

Esses resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área total. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. Em relação ao VBP (Valor Bruto da Produção), sua alta porcentagem na agricultura não familiar é devida, principalmente, a produtos como a cana-de-açúcar e a pecuária de corte que são tipicamente patronais e de alto valor agregado, tendo um importante peso no VBP da agricultura nacional.

Já a agricultura familiar apesar de somar 84,4% dos estabelecimentos possui uma área total de 24,3% e 38% do VBP (gráfico 2). O percentual do VBP produzido pela agricultura familiar demonstra sua importância em produtos destinados ao mercado interno e também nos principais produtos de exportação agrícola. Os agricultores familiares produzem 30% do VBP total da pecuária de corte, 58% da pecuária leiteira, 59% dos suínos e 50% das aves.

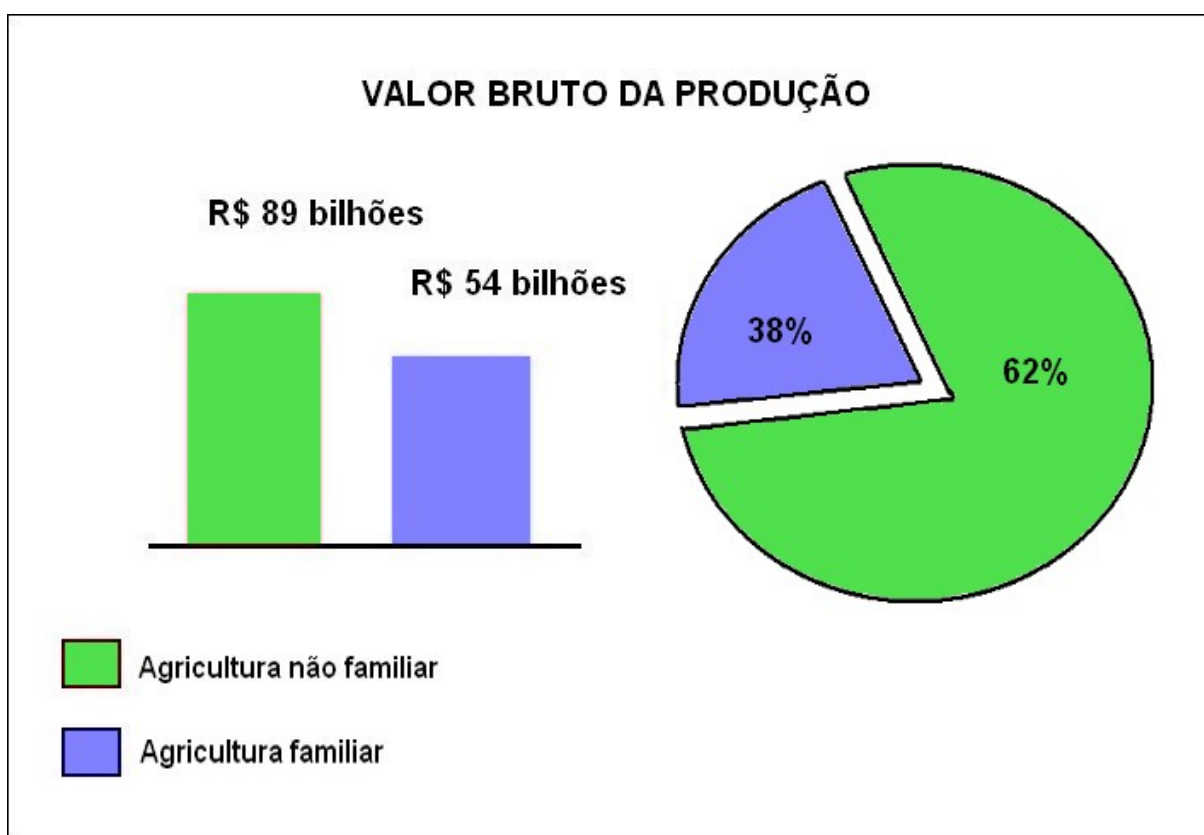


Gráfico 2 – Valor Bruto da Produção – Brasil – 2006.

Fonte: Censo Agropecuário - Agricultura Familiar no Brasil – 2006.

Organizado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira - 2010

De acordo com os dados do IBGE – Censo Agropecuário (2006), a participação da agricultura familiar no Brasil representa 54 bilhões de reais, ou seja, 38% do valor bruto da produção conforme ilustra o gráfico 2. Outro índice de significado altamente social é o Pessoal Ocupado/PO na agricultura familiar, pois $\frac{3}{4}$ do PO, ou seja, 74,4% do PO estão na agricultura familiar (gráfico 3)

Com apenas 24,3% da área total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 38% de toda a produção nacional, o que equivale a 54 bilhões de reais.

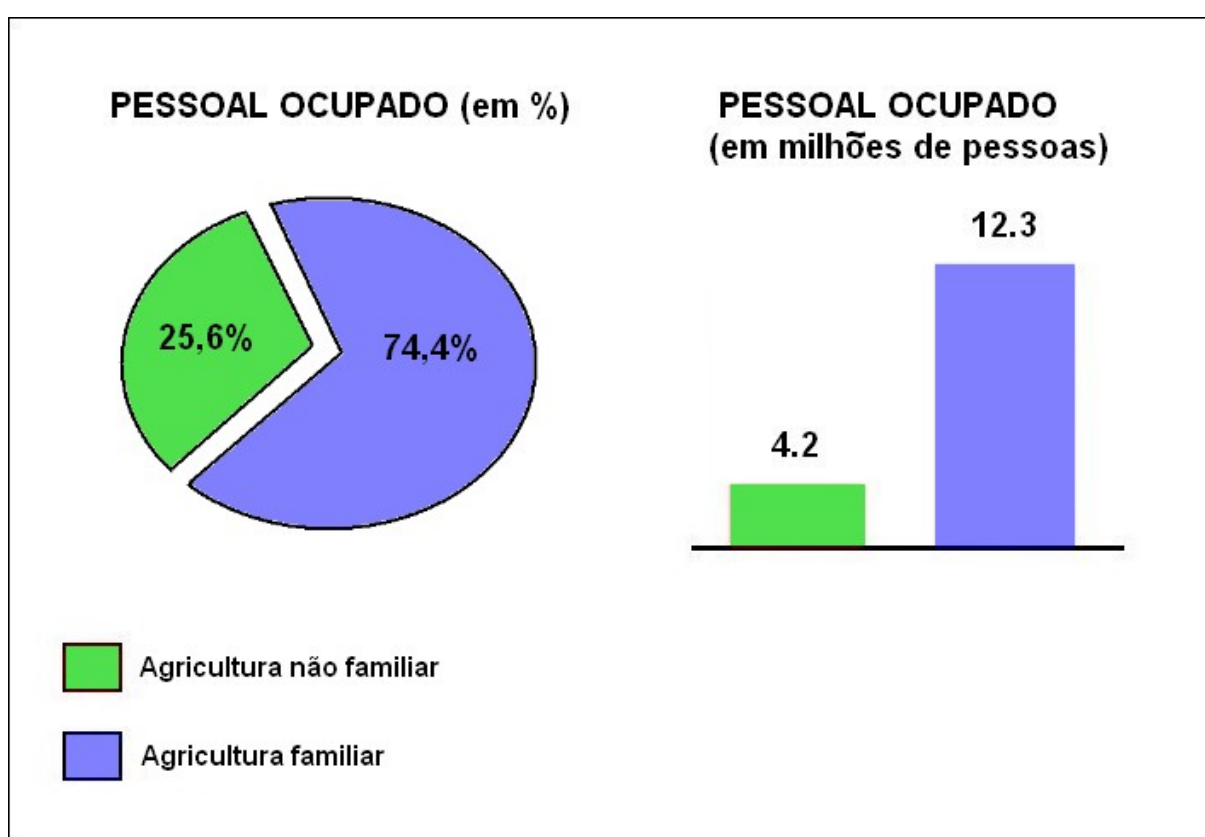


Gráfico 3 – Pessoal ocupado – Brasil – 2006.

Fonte: Censo Agropecuário - Agricultura Familiar no Brasil – 2006.

Organizado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira - 2010

Esses índices demonstram a importância do significado social da agricultura familiar, não só pela sua função social, como também é possível vislumbrar o que esses segmentos representam para o desenvolvimento do Brasil.

De acordo com os dados do gráfico 4, em 2006, os agricultores familiares produziram na pecuária, 59% de suínos, 58% de leite, 50% aves e 30% bovinos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura

familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja com 16%.

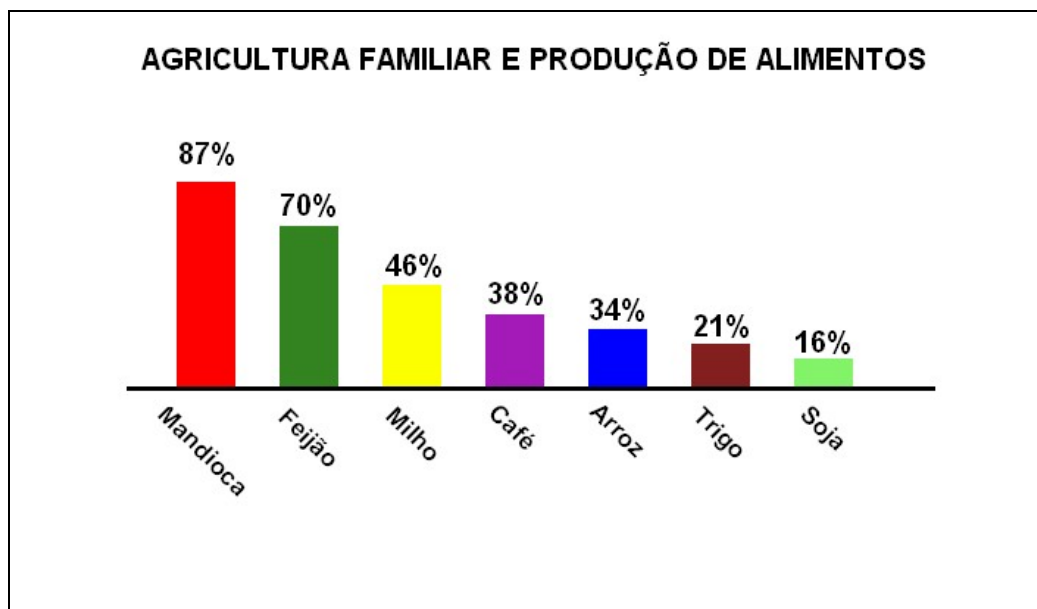


Gráfico 4 – Agricultura Familiar e produção de alimentos – Brasil – 2006.

Fonte: Censo Agropecuário - Agricultura Familiar no Brasil – 2006.

Organizado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira - 2010

Entre os agricultores familiares, a atividade mais comum, independentemente da quantidade produzida em cada estabelecimento, é a criação de aves, presente em 50% dos estabelecimentos. O milho e o feijão vêm em seguida, com produção em 46% e 70% dos estabelecimentos, respectivamente. A produção de leite está presente em 58%, seguido da pecuária de corte, praticada em 30% dos estabelecimentos familiares (gráfico 4 e 5 respectivamente). Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os não familiares, pois, mesmo detendo menor proporção de terra e recursos disponíveis, produzem e empregam mais que os não familiares. A análise permite avaliar a importância da agricultura familiar para a economia nacional.

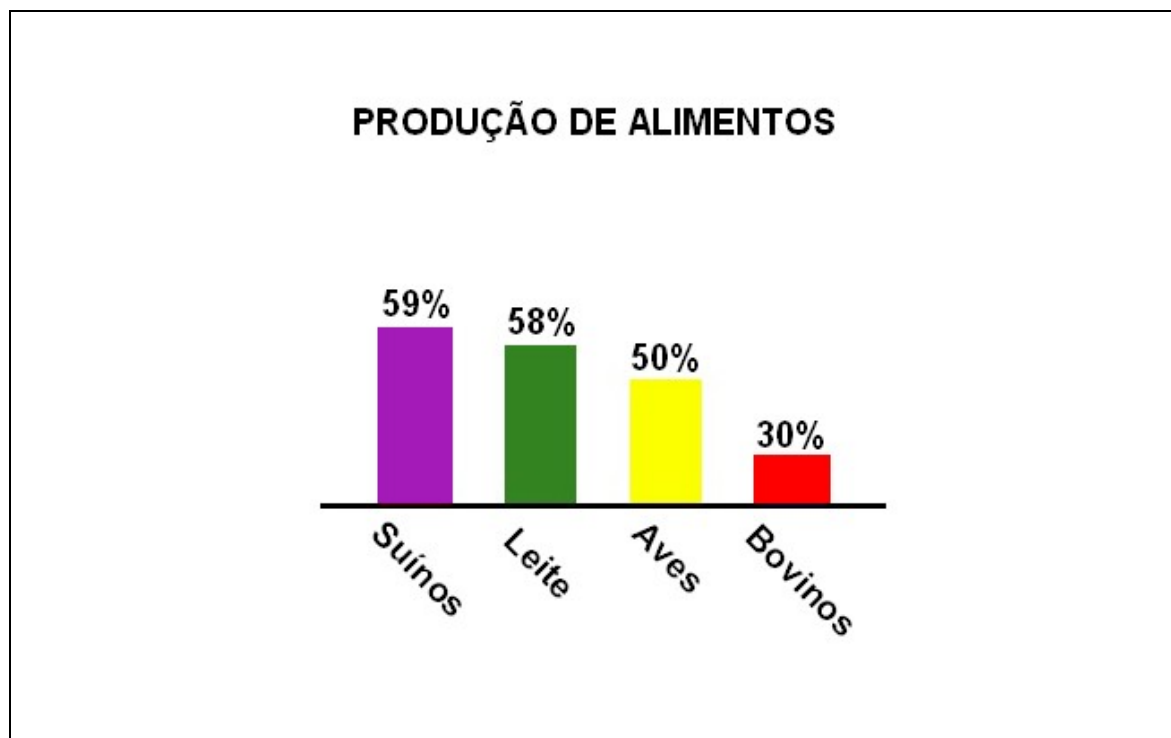


Gráfico 5 – Agricultura Familiar e produção de alimentos. Pecuária – Brasil – 2006.

Fonte: Censo Agropecuário - Agricultura Familiar no Brasil – 2006

Organizado por: Gustavo Vinícius Lopes de Oliveira - 2010

Os dados do Censo Agropecuário 2006 revelam que, apesar da falta de políticas públicas a seu favor, a agricultura familiar vem demonstrando ser mais eficiente do que a agricultura patronal. Isto pode ser comprovado pela renda total por hectare, onde a agricultura familiar produz uma média de R\$ 104,00/ha/ano contra R\$ 44,00/ha/ano da agricultura patronal, e também pelo fato da agricultura familiar ser a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. Portanto, em certas áreas a agricultura familiar permaneceu e encontrou diversas formas para se reproduzir.

ANEXO

4 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Tipos de cultura	Área ocupada	Destino (estado, município)	Valor médio da comercialização	Período da safra
Pasto	Área	Número de cabeças	Destino	Preço /cabeça
Mata (ciliar e reserva legal)	Área	_____	_____	_____

-Qual é a sua opinião sobre os 20% da reserva legal que as propriedades devem manter?

4.1 Sempre cultivou essas culturas? () sim () não

Porque escolheu estas culturas/ atividade?

4.2 - Recebe orientação técnica? () Não () Sim.

Por quê? De quem?

4.3. Faz rotação de culturas? () sim () Não

Como?

4.4 - Para quem produz soja, milho: faz plantio direto? () sim () não
Por quê?.....

4.5. Que tipo de maquinários/instrumentos são utilizados?

Trator () pulverizador costal () pulverizador mecanizado () instrumento de irrigação () colheitadeira () GPS () Outros:.....

a) a pulverização é () costal quais culturas

() mecanizada quais culturas?

b) como adquiriu essas máquinas? () financiamento () recursos próprios () outros

4.6 - Utiliza (marcar X em caso afirmativo):

() adubos () inseticida () calcário () herbicida () fungicida () pesticida
() inseticidas

a) Utiliza sementes transgênicas? () sim () não qual?

Por quê?

4.7 Onde compra os equipamentos e os insumos utilizados?

.....

4.8. Tem introduzido novas tecnologias nas últimas safras? () sim () não

Quais?

4.9. Tem enfrentado alguma dificuldade para produzir? () Sim () Não.

Por quê?

4.10. Qual é o tipo de solo da sua propriedade?

Quanto custa um hectare de suas terras?

4.11 Infra-estrutura: Possui: () água () encanada () outra forma de captação
-qual:

() energia elétrica () TV () Geladeira () Fogão () máq. de lavar

() aparelho de som () automóvel () moto () computador () antena
parabólica () outros:

5 – RELAÇÕES DE TRABALHO:

5.1. O senhor trabalha com a mão de obra familiar? () sim () não

Quantas?

5.2. Utiliza o sistema de troca de dias de serviço (mutirão)? Em que tipo de trabalho?

.....

5.3. O senhor trabalha com: parceiros () qual é a percentagem?

Para que tipo de cultura?

5.4. Contrata mão de obra temporária? Sim () Não () Quantos?
 Para que?..... Em que época?.....

5.5. Tem assalariados fixos? () sim () não quantos?
 Residem na propriedade? () sim () não

5.6. Necessita de mão de obra qualificada? () sim () não
 Para que tipo de atividade?

5.7. Tem dificuldade em encontrar mão de obra no município? () sim () não
 Porque?

5.8. Alguém da família recebe aposentadoria? () sim () não
 Quantas pessoas? () bolsa família quantas?.....

6 - COMERCIALIZAÇÃO:

6.1. O senhor vende para: () intermediários quais produtos
 () feiras-livres.....() supermercados.....
 () sacolões() CEASA () outros

6.2. É associado a alguma cooperativa? Qual?
 Por quê?

6.3. Recebe as sobras da cooperativa no final do ano? () sim () não
 Caso negativo: Por quê?.....

6.4. Vende a produção () imediatamente () espera melhor preço
 Por quê?

6.5. Quanto paga pelo armazenamento?

6.6. Quem transporta a produção? () próprio () paga frete
 Quanto custa?

6.7. Tem contrato alguma indústria? () sim () não

Para quais produtos?

6.8. Que tipo de incentivo que o governo tem dado ao produtor?

.....

6.9. Quem determina o preço da produção? Hortifruticultura

Café?..... Cereais?

6.10 Considera os preços de venda satisfatórios? () sim () não.

Por quê?.....

6.11. Faz financiamento? .() sim () não

Para que? Caso negativo: por quê?.....

6.12 Quais os impostos pagos ao governo? (*colocar imposto e valor*).....

6.13. Teve algum grande prejuízo na lavoura? Caso positivo: qual foi?

7- OPINIÕES E PERSPECTIVAS

7.1 - De modo geral, o Sr. está satisfeito com o que tem obtido em sua propriedade?

Por quê? .

7.2 - Pretende continuar no mesmo ramo? () sim () não.

Por quê?

7.3 - Como o Sr. vê a atuação governamental em relação ao setor

agrícola?..... O que precisa ser feito?

.....

7.4. Tem a intenção de melhorar algo na propriedade? Caso positivo: quais?

.....

7.5. Pretende que seus filhos permaneçam na propriedade? Por quê?

.....

7.6. Em sua opinião, o que falta no município ou região para um melhor desenvolvimento agrícola?

.....

7.7. Qual é a sua opinião sobre a reforma agrária no Brasil?

.....